

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI**

1. Identificação do material bibliográfico:

Tese: [] Dissertação: [X]

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Programa de pós-graduação: História do Brasil

Autor: Matheus Lima Silva

E-mail: matheuslimamef@gmail.com

Orientador (a) TERESINHA DE JESUS MESQUITA
QUEIROZ

Instituição: Universidade Federal do Piauí

Membro da banca: Talyta Marjorie Lira Sousa

Instituição: Universidade Federal do Piauí

Membro da banca: Gustavo de Andrade Durão

Instituição: Universidade Estadual do Piauí

Título obtido: Mestre

Data da defesa: 08/04/2026

Título do trabalho: AQUÊMDAHUMANIDADE: intelectuais, raça e os alicerces da
desigualdade racial no Piauí (1870-1930)

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): _____

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: []. Em caso de publicação parcial especifique o(s) capítulos(s)

restrito(s): _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 021/2014, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Teresina Data: 13/08/2026



Documento assinado digitalmente

MATHEUS LIMA SILVA

Data: 13/08/2026 10:11:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor: _____

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

MATHEUS LIMA SILVA

AQUÉM DA HUMANIDADE:
intelectuais, raça e os alicerces da desigualdade racial no Piauí (1870-1930)

TERESINA – PI
2026

MATHEUS LIMA SILVA

AQUÉM DA HUMANIDADE:

intelectuais, raça e os alicerces da desigualdade racial no Piauí (1870-1930)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras
Biblioteca Setorial Prof. Wilson Brandão

S586a Silva, Matheus Lima.
Aquém da humanidade : intelectuais, raça e os alicerces da desigualdade racial no Piauí (1870 - 1930) / Matheus Lima Silva. -- 2026.
138 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2026.
“Orientadora: Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz”.

1. História. 2. Raça. 3. Teorias raciais. 4. Racialização. 5. Piauí. I. Queiroz, Teresinha de Jesus Mesquita. II. Título.

CDD 981

MATHEUS LIMA SILVA

AQUÉM DA HUMANIDADE:

intelectuais, raça e os alicerces da desigualdade racial no Piauí (1870-1930)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

APROVADA EM 08/04/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ
Data: 04/08/2026 11:48:25-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – UFPI
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 TALYTA MARJORIE LIRA SOUSA
Data: 09/04/2026 11:04:13-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Talyta Marjorie Lira Sousa – UFPI
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente
 GUSTAVO DE ANDRADE DURAÓ
Data: 09/04/2026 15:36:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Gustavo de Andrade Durão – UESPI
Examinador externo

TERESINA – PI
2026

AGRADECIMENTOS

Nada em mim é só. Ao encerrar este ciclo, compreendo com clareza que só cheguei até aqui porque pisei num chão que já havia sido pavimentado por aqueles que vieram antes de mim. Como canta Sued Nunes, sinto-me povoado: sigo acompanhado pela boa intenção e pela proteção, material e energética, de pessoas que são o verdadeiro alicerce desta conquista.

A meu pai, Jonas (in memoriam), meu maior guia. Embora não tenha visto fisicamente a concretização deste sonho — que sempre foi nosso —, sua presença é a bússola que me orienta. Mesmo tendo interrompido sua própria formação, foi ele quem plantou em mim a semente da educação como caminho de libertação. Este título é, acima de tudo, o cumprimento de uma promessa silenciosa feita entre nós.

À minha mãe, Odaise, minha maior aliada. Pela força inabalável com que segurou as pontas materialmente durante minha graduação e o início deste mestrado, e por ser o colo onde sempre pude repousar minhas incertezas. Sem o seu suporte prático e emocional, este texto não existiria.

À minha tia Rachel e à minha avó Francisca, cujas mãos e orações foram fundamentais para que eu não perdesse o rumo. Às mulheres da minha família, que me ensinaram a resistir com dignidade.

Aos meus irmãos João Carlos e Maria Luiza, pela cumplicidade e por serem fortaleza e abrigo nos momentos em que as turbulências da vida tentaram desviar meu foco.

Às minhas amigas Bruna e Laís, pelo exercício diário da escuta, pelo apoio incondicional e por transformarem o cotidiano em um lugar mais leve.

Aos meus companheiros de jornada, os "Subalternos" — Iarah, Helen, Luiz Sérgio e Rakell. Compartilhar as angústias e as alegrias do mestrado com vocês tornou o caminho, por vezes espinhoso, um espaço de acolhimento e amizade verdadeira.

À Professora Marylu, minha orientadora de graduação, por ter sido a primeira a acreditar no meu potencial acadêmico. Sua postura ética e sua paixão pelo ensino seguem sendo minha maior inspiração pedagógica.

À minha orientadora, Professora Teresinha Queiroz. É uma honra imensurável ter sido guiado pela maior referência da historiografia piauiense. Agradeço pela serenidade, pela paciência e pela clareza com que conduziu esta pesquisa ao longo destes dois anos. Sua sabedoria foi o farol que iluminou meus momentos de dúvida.

Por fim, agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que este trabalho fosse concluído. O percurso da escrita é, por natureza, solitário, mas em nenhum momento estive só. Foi desafiador, mas encontrei refúgio naqueles que se fizeram abrigo.

A todos vocês, meu muito obrigado.

O poder é a habilidade de não apenas contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa.

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

Com o objetivo de abordar as interpretações da realidade por parte dos intelectuais piauienses a partir de um novo viés, o presente trabalho questiona o lugar da raça na formação desses intelectuais e na construção das leituras de mundo pela cultura letrada, no período que compreende o fim do século XIX e o início do século XX. Partindo da criação e da popularização de teorias raciais nos oitocentos, analisa-se a maneira pela qual as diferenças físicas, climáticas e geográficas — tendo como base o padrão europeu e norte-americano — tornaram-se objeto de estudo das ciências, as quais utilizavam uma abordagem fortemente tributária das ciências naturais. Nesse sentido, a teoria da evolução das espécies tornou-se central para o discurso cientificista, que rapidamente foi apropriado por inúmeras teorias raciais, as quais obtiveram grande prestígio, inclusive no Brasil. Nesse contexto, o discurso racial servia como instrumento de interpretação social e era usado como justificativa para as desigualdades entre grupos, transformando-se num debate que atravessava o ambiente acadêmico e as páginas dos jornais. Seja através de teóricos consagrados ou da vulgarização científica, os sujeitos racializados tornavam-se alvo de análises, ataques e piadas, contribuindo significativamente para a estigmatização de grupos, especialmente os negros. Nesse universo racista, a racialização de sujeitos era utilizada como arma de difamação e inferiorização, inclusive entre membros da elite piauiense, que julgavam uns aos outros por supostos graus de proximidade com a base da pirâmide racial brasileira. Para essa investigação, foram analisados jornais piauienses, em busca de discursos raciais; crônicas e romances de literatos locais; textos historiográficos e produções textuais geradas em meio a embates políticos e morais. Além disso, foram utilizadas obras essenciais da historiografia brasileira de autores como Teresinha Queiroz, Wlamyra Albuquerque, Roberto Ventura e Lilia Moritz Schwarcz. O trabalho também dialoga com teóricos fora do eixo ocidental, incorporando conceitos de autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe e Sueli Carneiro.

PALAVRAS-CHAVES: História; Raça; Teorias Raciais; Racialização; Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
2 O DISCURSO DA DIFERENÇA: TEORIAS RACIAIS E A CONSTRUÇÃO DE HIERARQUIAS SOCIAIS A PARTIR DA RACIALIZAÇÃO	14
2.1 A emergência da raça: o racismo entre livros e diplomas	17
2.1.1 Racismo e ciência: o nascimento das teorias raciais	22
2.1.2 A complexa engenharia racial nos trópicos: raça e cientificismo no Brasil	29
2.2 Na corda bamba da Linha do Equador: as teorias raciais e os intelectuais piauienses	34
2.2.1 Sol, pestes e monstros: o diálogo entre as teorias raciais e o periódico Estado do Piauí	42
3 A FABRICAÇÃO DAS HIERARQUIAS: RAÇA COMO TECNOLOGIA SOCIAL NO SÉCULO XIX E XX	52
3.1 O feio, o mal e o delírio: debatendo raça e racialização	57
3.1.1 Deve uma mulher negra conhecer a liberdade?	60
3.1.2 Tipos sociais: José Macaco e Capitôa	64
3.2 “Coisa de preto”	68
3.3 Libertos das senzalas, presos ao cativeiro social: o reforço das hierarquias raciais durante o período abolicionista e no pós-abolição	77
4 A MALDIÇÃO DE CAM: ESCRAVIDÃO, ABOLIÇÃO E RAÇA COMO FERRAMENTAS DE COMBATE NAS POLÊMICAS ENTRE OS MEMBROS DA ELITE PIAUIENSE	88
4.1 Heróis da Liberdade, Vilões da Escravidão: a campanha emancipacionista como estratégia de distinção e poder	90
4.2 O governador negro: a cruzada do jornal Cidade de Teresina contra Antonino Freire	97
4.3 Uma fauna de adjetivos: os ataques de cunho racial de Clodoaldo Freitas contra Campos Sales	106
4.4 Um “defeito” de origem: as nuances raciais nas disputas entre Higino Cunha e Miguel Rosa	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna¹.

A famosa palestra feita pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em seu *Ted Talk* de 2009 alcançou milhões de visualizações nas plataformas digitais, tendo sido adaptada posteriormente para versão escrita pela editora Companhia das Letras no Brasil, em 2019. O título da conferência é “O perigo de uma história única”. No discurso, a autora africana explica como sempre somos condicionados a olhar para a história de alguns povos por apenas uma ótica, repetidas vezes, até os sujeitos serem reduzidos a uma única história. Dessa forma, criam-se estereótipos e estigmas sobre alguns grupos que recebem, comumente, uma significação negativa.

Isso ocorre frequentemente na história da humanidade, sobretudo da modernidade até os dias de hoje, com os povos pertencentes ao que podemos chamar de Sul Global. Na dinâmica de poder de quem tem o direito de contar a sua história a partir de diferentes lentes e a dos outros através de uma única versão, o Ocidente se constituiu como a força gravitacional do mundo, como diria Achille Mbembe².

Dessa maneira, Chimamanda explica que um dos responsáveis por inaugurar as narrativas ocidentais sobre povos como o da África, certamente os mais atingidos por essa dinâmica, foi John Locke, um dos grandes nomes do Iluminismo e mercador inglês. Ao viajar pela Costa africana em 1561, Locke relatava que os africanos eram animais que não tinham casa e figuras monstruosas, sem cabeça, cujos olhos e bocas ficavam no peito³.

Para além da narração fantasiosa acerca dos povos africanos, havia no discurso de Locke aquilo que a Europa utilizou como forma de dominação: o poder de criar narrativas sobre as diferenças. Os contatos com grupos distintos a partir do processo de expansão marítima alteraram o projeto de poder europeu.

Dessa forma, criou-se a tradição de contar histórias sobre uma África estranha, cheia de criaturas inumanas vivendo num território hostil. Algo que também foi feito, em condições particulares, com o território americano, como é o caso, por exemplo, da interpretação dos ingleses sobre os povos originários do que viria a ser a América do Norte, registrado no

¹ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

² MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

³ MBEMBE, 2018.

trecho a seguir: “Quanto aos nativos deste país, encontro-os totalmente selvagens e primitivos, alheios a toda decência; mais ainda, incivilizados e estúpidos, como estacas de jardim, espertos em todas as perversidades (...) homens endemoniados que não servem a ninguém senão ao diabo”⁴.

São inúmeros os exemplos da forma pela qual os europeus se referiam aos diferentes povos com os quais cruzavam. Foi um processo iniciado entre os séculos XV e XVI, com as dominações coloniais, e que se estende até os dias de hoje, adquirindo outros contornos e peculiaridades. Entretanto, o foco desta dissertação volta-se especialmente para um período central nas construções de representações do mundo a partir de novos paradigmas. Refiro-me ao contexto do fim do século XIX e início do século XX, no qual o cientificismo e o racionalismo se erguem como uma linguagem dotada de veneração e validação social.

Durante esse período, surgem e se alastram no meio científico as teorias raciais que transformaram os velhos preconceitos ocidentais em discursos com viés científico. Não era apenas um relato de um povo, era a intenção de categorizar e analisar sujeitos e grupos a partir de métodos e teorias que utilizavam largamente as ciências biológicas como base. Era uma sociedade que passava a ser estudada e explicada através de características físicas e geográficas. Nesse sentido, todos os povos do mundo se sujeitavam a condições biológicas e climáticas na busca por compreensão das culturas humanas, as quais passavam a ser hierarquizadas por critérios arbitrários e controladas pelos “homens da *sciencia*”.

Não é novidade que, a partir dessa dinâmica, povos como os africanos, e consequentemente os seus descendentes, fossem vistos como inferiores e menos evoluídos. Esses jargões passaram a fazer parte da cultura escrita, tendo em vista a popularização e a vulgarização do darwinismo.

No Brasil, essas teorias foram amplamente divulgadas e utilizadas na busca por entender o país, tão diversamente habitado, apontado mundialmente como um grande problema do ponto de vista racial. O país tinha como característica singular a intensa miscigenação. Se esta era motivo de estigma no exterior, parte da intelectualidade local acabou por ressignificar o fenômeno, e em vez de degenerescência, as instituições e intelectuais enxergaram no mestiço o próprio mecanismo através do qual se poderia atingir o gradual branqueamento da população.

É preciso sublinhar que, embora o termo miscigenação fosse mobilizado pela elite brasileira sob um viés predominantemente biológico e determinista, a historiografia

⁴ LASMA, Lando (org.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contrato, 2007. p. 59.

contemporânea oferece chaves de leitura que transcendem a questão do “sangue”. Na perspectiva de Serge Gruzinski⁵, a miscigenação deve ser compreendida menos como um simples cruzamento racial e mais como uma complexa mecânica cultural que produz “mundos mesclados”. Para o autor, o que se verifica na prática social não é a existência de fronteiras rígidas e específicas, nem categorias estantes, como pretendiam os teóricos do racismo científico, mas sim um processo fluido de recomposição de fragmentos culturais.

Gruzinski argumenta que a mistura é um fenômeno dinâmico onde o original e o novo se entrelaçam de forma indissociável, tornando impossível qualquer tentativa de retorno a uma pureza absoluta. Assim, a miscigenação no Brasil pode ser interpretada não apenas como o temor da “mancha” biológica, mas como o palco de uma hibridização que desafiava constantemente os rótulos de “negritude” ou “brancura” que a elite tentava, a todo custo, fixar.

No Piauí, essa dinâmica não foi diferente. Mergulhados nessas teorias raciais, os intelectuais piauienses, formados em instituições famosas por discutir tais questões, como a Faculdade de Direito de Recife, buscavam interpretar a realidade local e nacional pela ótica da raça e da racialização. Sendo assim, muitos artigos, crônicas, textos historiográficos, ou mesmo polêmicas, são fontes para compreender como a raça se tornou emergente nos debates desses sujeitos, que pareciam defender a abolição e ao mesmo tempo estavam do lado de um projeto racial de República, em que se perpetuavam hierarquias consolidadas após séculos de escravidão, mantidas por intermédio de um esforço cientificista de provar que as diferenças permitiam desigualdades.

A base teórica desta dissertação foi construída a partir de debates produzidos por intelectuais do mundo inteiro, que partem de um viés de confrontação do eurocentrismo. Para partir desse ponto de vista é preciso fazer uma escolha consciente dos riscos implicados. Um dos teóricos mais importantes para a compreensão da racialidade é Frantz Fanon⁶. O psiquiatra e filósofo martinicano, com seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, tece uma série de conceitos úteis ao entendimento do impacto do racismo na formação psíquica dos sujeitos.

Através de Fanon, podemos compreender em que medida os processos de colonização e as estruturas colonialistas definiram as representações do negro enquanto signo da feiura, da maldade e da ignorância. Não há espaço, nessa lógica, para o entendimento dos sujeitos não brancos como indivíduos pertencentes a uma humanidade plena, restando apenas a desumanização pura e simples.

⁵ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.

Influenciado por Fanon e Michel Foucault, Achille Mbembe é outro filósofo africano cuja produção teórica é importantíssima para a escrita desta dissertação. Em especial no seu livro *Crítica da razão negra*⁷. Mbembe discute de que maneira o europeu construiu sua concepção de negro através da violência da colonização, colocando-o em uma dinâmica de desumanização. Segundo ele, “o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito, em mercadoria”⁸. Embora a violência colonial tenha atingido diversos povos de formas brutais, Mbembe argumenta que a categoria negro ocupa um lugar singular na estrutura da modernidade. Para o autor, não se trata de uma exclusividade no sofrimento, mas de uma especificidade na lógica do capital: o corpo negro foi o primeiro experimento de transformar o humano em uma mercadoria móvel, desterritorializada e puramente comercializável em escala global.

A fala de Mbembe, longe de isolar a experiência negra de outras opressões, estabelece o paradigma que ele chama de devir-negro do mundo. Ao afirmar a transformação do espírito em mercadoria, o autor aponta para um modelo de desumanização que, se outrora foi inaugurado e testado sobre o corpo africano, hoje tende a se universalizar como uma técnica de governo sobre as populações supérfluas do capitalismo contemporâneo.

Nessa lógica colonial, o escravizado e o negro, categorias que passaram a ser sinônimas, foram reduzidos a suas características físicas e atirados no fosso da desumanidade, primeiro coisificados pelo mercantilismo voraz, depois classificados e transformados em objetos de estudo pelo cientificismo racista.

Outro conceito de grande importância para este campo de estudo é do dispositivo da racialidade, elaborado pela filósofa brasileira Sueli Carneiro⁹, que busca entender como a fabricação do outro como um não ser fundamenta o ser. Em outras palavras, a tese da autora demonstra que, do ponto de vista ontológico, o negro surge como uma categoria que podemos chamar de outro, grupo que serviria como base para a existência do eu hegemônico, nesse caso, o branco. Dessa maneira, Carneiro explica que o negro é usado como espaço de negatividade para que o branco seja um espaço de positividade. Enquanto a existência do negro é representado pela feiura, burrice e atraso, o branco é construído através do signo da beleza, da inteligência e da civilidade.

Todos esses conceitos são caríssimos para a construção do saber histórico, sobretudo porque utilizam das lições do tempo histórico como base de sustentação. Os principais

⁷ MBEMBE, 2018.

⁸ MBEMBE, 2018, p. 19.

⁹ CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

conceitos em torno desses estudos estão ligados à raça e à racialização, ambos precisavam ser investigados à luz da História, uma vez que seus significados e usos variam no tempo e no espaço.

Raça e racialização são ideologias móveis, vistas de maneiras diferentes, conforme as especificações das sociedades. A definição do que é ser negro e de quem pode ser visto como negro varia de acordo com o contexto e o local. São modelos históricos de significação da realidade e, portanto, esta pesquisa se torna fundamental para a produção do conhecimento histórico e das humanidades.

A inquietação sobre a configuração racial brasileira acompanha-me desde 2017, quando ingressei em uma graduação que não cheguei a concluir. Naquela época, embora sem aprofundar a problemática, eu já questionava o lugar social de brancos e negros. Anos depois, no curso de História, vi-me diante de uma infinidade de temas instigantes, mas sem conseguir fixar-me em nenhum, até que um convite me reconduziu às raízes que eu havia abandonado.

Fui chamado a integrar o grupo de iniciação científica coordenado pela Profa. Dra. Marylu Alves de Oliveira. O projeto propunha um estudo desafiador sobre as sensibilidades e afetos negros no Piauí do início do século XX, complexificado pelas restrições da pandemia e pela dificuldade de acesso aos arquivos públicos.

Impossibilitado de consultar fontes primárias, dediquei-me à bibliografia existente. Surpreendi-me ao notar a ausência de análises sobre a vivência negra piauiense no pós-abolição. Essa descoberta foi o divisor de águas em minha formação: ali eu encontrava meu caminho. Por prudência, recuei no escopo da monografia, mas sem abdicar do compromisso firmado. Compreender os processos de racialização no Piauí consolidou-se, assim, como meu foco e projeto enquanto historiador.

Vale ressaltar que, embora as pesquisas sobre a escravidão formem um campo mais robusto no estado, há uma escassez preocupante na historiografia piauiense quanto aos processos de emancipação, ao pós-abolição e à constituição e narrativa dos negros como sujeitos históricos.

No contexto da historiografia nacional, este campo de estudo avança fortemente nas últimas décadas, com a rica contribuição de historiadores e historiadoras, como Sidney

Chalhoub¹⁰, Hebe Mattos¹¹, Wlamyra Ribeiro de Albuquerque¹² e tantos outros. O problema central desta investigação reside na compreensão da mecânica discursiva operada pela elite intelectual piauiense entre 1870 e 1930, período em que a raça foi mobilizada como uma tecnologia de poder para hierarquizar a sociedade. A questão fundamental que orienta este estudo pode ser formulada da seguinte forma: de que maneira o discurso racial foi instrumentalizado para situar determinados sujeitos numa zona de incompletude humana, justificando a sua exclusão da cidadania plena?

Este trabalho analisa a construção e a circulação das percepções raciais no Piauí (1870-1930), desvelando como o discurso intelectual forjou hierarquias que posicionavam a população negra "aquém da humanidade". Para tanto, mapeiam-se as justificações científicas da desigualdade em obras e artigos de intelectuais piauienses, investigando como a imprensa operou como espaço de vigilância e criminalização. Nesse processo, descrições físicas do corpo negro eram transmutadas em etiquetas morais de vadiagem e periculosidade, enquanto o estigma racial era instrumentalizado pelas elites como arma de desmoralização em disputas de poder.

O corpus documental fundamenta-se em um conjunto heterogêneo de fontes literárias e hemerográficas, com destaque para os periódicos da época. Tais veículos eram espaços de intensa disputa de opinião, onde escritores materializavam suas representações de mundo e disseminavam informações sobre economia, política e cultura. Nestas páginas, assim como em obras históricas da intelectualidade local, categorias como clima, biologia e hereditariedade eram mobilizadas para explicar o suposto atraso ou progresso do povo piauiense.

Para mapear essa dinâmica e seus símbolos, analisaram-se títulos como *Telephone*, *Reforma*, *Gazeta*, *Estado do Piahy*, *Estafeta* e *O Artista*, localizados principalmente no acervo digital *Memória do Jornalismo Piauiense*. Também foram feitas análises de crônicas e outros escritos literários a fim de apreender a dimensão da hierarquização racial no Piauí. Um exemplo disso são as crônicas presentes no livro *Literatura e prosa* de Jônatas Batista¹³, essencial para notar as sociabilidades entre grupos hierarquizados do ponto de vista racial.

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹¹ CASTRO, Hebe Maria Mattos. A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

¹² ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1890)*. 2004. 247 f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

¹³ BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

É fundamental pontuar que esta pesquisa não propõe a realização de um exame biográfico ou de um “raio-x” isolado de nomes como Abdias Neves, Clodoaldo Freitas ou Higino Cunha. Embora recorrentes, tais autores são aqui compreendidos como agentes de uma classe e de seu tempo. O objetivo é construir um mosaico de percepções, em que a singularidade individual cede lugar às referências, aos cacoetes intelectuais e às práticas discursivas compartilhadas. Como porta-vozes de um projeto de poder que utilizava a raça como régua da humanidade, o foco central desta investigação recai sobre o funcionamento dessa engrenagem, e não sobre a biografia de seus operadores.

Foram também consultadas, para ajudar na compreensão da arquitetura das teorias raciais, as obras de Lilia Schwarcz¹⁴, Roberto Ventura¹⁵ e Wlamyra Albuquerque¹⁶. A análise das teorias raciais foi, por sua vez, igualmente essencial para identificar os principais pontos debatidos tanto pelos teóricos europeus quanto pelos brasileiros. Ideólogos como Herbert Spencer¹⁷, Gobineau¹⁸, Lombroso¹⁹, Nina Rodrigues²⁰, Silvio Romero²¹, entre outros, revelam de que maneira eram construídas as diferenças através do discurso científico.

Considerando a hegemonia das teorias raciais no século XIX, o primeiro capítulo investiga os discursos de diferenciação fabricados pela cultura científica do período. Analisa-se a definição do paradigma evolucionista e sua influência biológica sobre os demais campos do saber, além de examinar como tais teorias foram integradas ao pensamento da elite brasileira, funcionando tanto como reflexo da colonização intelectual quanto como artifício para perpetuar dinâmicas elitistas nacionais. Por fim, aborda-se a aplicação desse determinismo biológico e climático por intelectuais piauienses em seus periódicos e textos literários.

O segundo capítulo examina as significações atribuídas aos sujeitos negros na imprensa e na literatura do Piauí. Dado que a racialização visava, prioritariamente, negatizar essa população, busca-se compreender o lugar social que lhe era destinado. Como expressão

¹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1931)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁵ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁶ ALBUQUERQUE, 2004.

¹⁷ SPENCER, Herbert. *Do progresso: sua lei e sua causa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

¹⁸ GOBINEAU, Comte de. *Essai sur l'inégalité des Races Humaines*. Paris: Firmin-Didot & Cie., 1940.

¹⁹ LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2010.

²⁰ RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Popular, 1894.

²¹ ROMERO, Silvio. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

máxima da alteridade, homens e mulheres negros eram descritos sob óticas que refletiam a identidade projetada pelos escritores: sujeitos cujas existências eram indissociáveis da carga simbólica e dos estigmas impostos pela branquitude.

Por fim, o terceiro capítulo analisa os conflitos entre intelectuais piauienses, que funcionavam como vitrines do racismo explícito. A recorrência de ataques racistas em disputas políticas, utilizados para deslegitimar oponentes, justifica a dedicação de uma seção exclusiva ao tema. Nesses embates, a racialização servia como arma, sendo feita por meio de ofensas como “negroide degenerado” ou alusões à senzala, chegando-se à comparação da tez dos filhos para aferir superioridade. Tais práticas expõem a estratégia de inferiorização do outro e revelam a concepção profunda daquela elite sobre o significado de ser negro.

2 O DISCURSO DA DIFERENÇA: TEORIAS RACIAIS E A CONSTRUÇÃO DE HIERARQUIAS SOCIAIS A PARTIR DA RACIALIZAÇÃO

Os seres humanos dominam a linguagem há milênios. Criamos uma série de códigos, a princípio orais, para nos comunicarmos e darmos sentido e significado ao que nos rodeia. Esse processo é contínuo e histórico, uma construção que atravessa a trajetória humana de maneira que tende a ser naturalizada, como acontece com boa parte do que é estrutural.

Conforme a escrita foi sendo desenvolvida, a linguagem passou a tomar um novo rumo e a se desenhar de maneiras cada vez mais complexas.

Com o advento da escrita, a comunicação tornou-se ainda mais complexa. Entretanto, essa evolução ocorre em sociedades marcadas por tensões e desigualdades, o que transforma o ato de se comunicar em um verdadeiro campo de disputa. Assim, o domínio da norma torna-se um filtro de poder em estruturas sociais fortemente hierarquizadas.

Sendo assim, saber ler, escrever e falar se tornam marcadores sociais, sobretudo em sociedades fortemente ligadas a fatores hierárquicos. Como aponta Michel de Certeau²², a escrita é fundamentalmente tópica, pois vincula-se a um lugar de produção que é, simultaneamente, social, político e institucional. Portanto, a mancha gráfica no papel não é um ato isolado, mas a manifestação de um poder que delimita quem pode dizer a “verdade” sobre o mundo. Isso não ficou apenas no passado, é uma realidade que continua se impondo, uma vez que um dos fatores que medem o sucesso ou não de uma civilização é o percentual de pessoas que dominam a cultura escrita.

Nesse sentido, a linguagem deixa de ser apenas um sistema de códigos para se tornar o que Frantz Fanon²³ descreve como o suporte do “peso de uma civilização”. Para o autor, falar uma língua é, acima de tudo, assumir uma cultura e os valores nela contidos. Através dessa construção humana, ocorre um movimento interessante que pode até mesmo ser compreendido como uma divinização da linguagem. Nós a criamos e ela nos domina com seus códigos, leis e significados que fogem da noção de constructo social e atingem a condição de natureza, como se sempre estivessem lá. O ser humano criou Deus e acredita que Deus o criou.

²² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²³ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

Essa divinização da linguagem e a consequente cristalização de seus significados encontram ressonância na crítica de Roland Barthes²⁴. Para o autor, existe um movimento contínuo no senso comum e na cultura que mascara a realidade histórica sob o manto do “natural”. Ao confundir natureza e História, o discurso ideológico dissimula-se naquilo que parece óbvio, transformando o que é puramente construído em algo aparentemente imutável. Assim, a linguagem deixa de ser percebida como um campo de disputa para ser aceita como uma verdade absoluta, uma “exposição decorativa” que protege as estruturas de poder de qualquer questionamento sobre sua origem humana e política.

Tal reflexão pode nos ajudar a investigar a definição de significados solidificados na sociedade através da construção de conceitos e a propagação deles até se tornarem “naturais” e isentos de qualquer interferência humana. São visões de mundo que se estruturam ao longo da história de maneiras que parecem insuperáveis.

Para situar esta pesquisa em uma temporalidade predominante, toma-se como referência, sobretudo, o final do século XIX e o início do século XX. Trata-se de um período decisivo para compreender tanto a formação quanto o reforço de estruturas antigas que moldaram a sociedade brasileira em padrões que, em larga medida, ainda persistem.

Um dos problemas centrais que o Brasil enfrenta desde sua constituição é a profunda desigualdade entre os que habitam seu território. Uma sociedade fundada sobre bases coloniais dificilmente poderia apresentar outro resultado, uma vez que um processo dessa natureza imprime marcas duradouras em uma população que, embora diversa, é produto de uma mesma matriz de violência histórica.

Nesse contexto, significados e conceitos foram elaborados como formas de conferir inteligibilidade à realidade vivida. Sendo a colonização o eixo estruturante desse processo, a linguagem que o organizava era, inevitavelmente, a linguagem colonial. Assim, o Brasil foi historicamente construído sob a ideia de inferioridade em relação à metrópole.

Entretanto, a experiência concreta de diferentes grupos sociais produziu múltiplas formas de interpretação dessa condição. Uma sociedade constituída sob o signo da colonialidade assumiu contornos profundamente hierárquicos em seu interior, para além da oposição entre Colônia e Metrópole.

A América Portuguesa estruturou-se em torno da dominação e da subjugação de povos que, no léxico colonial, foram classificados como menos evoluídos e, por isso, considerados mais suscetíveis à violência. Nesse processo, povos originários e africanos traficados e

²⁴ BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

escravizados foram, cada qual a seu modo, moldados de acordo com as exigências e ideologias do Ocidente.

Sendo assim, a violência colonial e imperialista do século XVI em diante fabricou uma série de signos e significados que legitimam um mundo desigual e hierárquico. Essa fabricação fundamenta-se no que Aníbal Quijano²⁵ chama de colonialidade do poder. Para o autor, a ideia de “raça” foi a primeira categoria mental da modernidade, criada para classificar a população mundial em termos de “superior” e “inferior”. Essa classificação não foi um acidente, mas o instrumento básico para a distribuição de poder e trabalho em escala global. Assim, o que vemos no século XIX é o amadurecimento dessa lógica eurocêntrica, onde o discurso da ciência passa a validar uma estrutura que já havia sido tecida pela linguagem da dominação.

Sendo assim, a violência colonial e imperialista do século XVI em diante fabricou uma série de signos e significados que legitimam um mundo desigual e hierárquico. Essas ideologias foram se arraigando e fazendo parte das sociedades até ganharem contornos científicos, sobretudo no século XIX.

As ideologias são construídas e propagadas de maneira que se tornam naturais, como anteriormente debatido. O poder do discurso da diferença, que nasce juntamente com a modernidade, reflete o nascimento de uma entidade que ditou os caminhos da humanidade, o Ocidente.

As categorias que nascem juntamente com a modernidade se tornaram, ao longo desses séculos, estruturas rígidas de poder de onde emanam as hierarquias sociais tão presentes em sociedades marcadas pela colonização, como o Brasil. Isso foi possível, em grande medida, pela força da ideologia que se adaptou a diferentes realidades, linguagens e conhecimentos.

Assim, grandes categorias, como a raça, nasceram e se desenvolveram e estiveram presentes de forma explícita ou implícita nos discursos desde então. Desde a validação da escravidão, extermínio de povos originários, dominação e exploração violentas da África e Ásia, até os campos de concentração nazistas.

²⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

2.1 A emergência da raça: o racismo entre livros e diplomas

A difusão de ideias não estava ao alcance de todos. A possibilidade de ocupar espaços que permitissem a circulação de interpretações sobre o mundo era, e em grande medida ainda é, restrita a um grupo bastante específico: uma elite letrada que, ao longo do século XIX, financiava jornais, frequentava as poucas instituições de prestígio do país e participava de conferências e sociedades.²⁶

Mesmo em uma sociedade amplamente analfabeta como a brasileira, e marcada por severas limitações econômicas, como no caso do Piauí, a escrita constituía um instrumento de inserção social e de afirmação nos círculos de prestígio. Quando os textos não alcançavam leitores, restava a via da oralidade; e, na ausência de audiência, pouco havia a fazer.

Apesar da frustração recorrente desses escritores e intelectuais diante do alcance limitado de suas produções, é plausível supor que suas ideias circulavam com mais intensidade do que as daqueles sem formação equivalente. Esses homens acumulavam funções, eram, ao mesmo tempo, literatos, redatores, bacharéis e governantes, o que conferia peso às suas palavras, ainda que nem sempre fossem amplamente lidas ou ouvidas.

Seus escritos, ademais, constituem fontes privilegiadas para a compreensão dos sentidos atribuídos à realidade por determinados grupos sociais. Em diálogo com outros intelectuais, expressavam inquietações relativas às múltiplas questões de seu tempo, frequentemente assumindo a posição de observadores. Nesse sentido, como destaca Teresinha Queiroz, tais intelectuais, “veiculavam valores e comportamentos, e aparecem como instrumentos a abrir e fechar fissuras nas estruturas sociais e políticas, a definir perspectivas sociais que tanto interferem no presente como propõem comportamentos futuros”.²⁷

Entre as perspectivas predominantes na intelectualidade piauiense, destacavam-se as teorias raciais, amplamente difundidas nos meios acadêmicos no período em que muitos desses homens concluíram sua formação. Esse quadro é particularmente evidente entre os bacharéis formados na Faculdade de Direito do Recife, centro que abrigou figuras de destaque no debate racial no Brasil, como Silvio Romero.

Ao abordar as teorias raciais do século XIX, é imprescindível considerar alguns de seus principais formuladores, como Herbert Spencer,²⁸ Arthur de Gobineau,²⁹ Cesare

²⁶ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

²⁷ QUEIROZ, 2011, p. 194.

²⁸ SPENCER, Herbert. *Do progresso: sua lei e sua causa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

²⁹ GOBINEAU, Comte de. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Firmin-Didot & Cie., 1940.

Lombroso³⁰ e Francis Galton.³¹ Foram eles, entre outros, que contribuíram para inserir o etnocentrismo e o racismo na dinâmica da cientificidade europeia oitocentista, cujas formulações se difundiram amplamente, alcançando também o Brasil.

Responsáveis por sistematizar correntes como o darwinismo social, a antropologia criminal e a eugenia, esses autores exerceram influência significativa sobre o pensamento científico em consolidação naquele século. Suas ideias impactaram, em maior ou menor grau, intelectuais e setores letrados, e as ideologias raciais que produziram demonstraram notável longevidade, chegando a influenciar, já no século XX, políticas de extermínio associadas à ascensão dos regimes fascista e nazista na Europa.

Desde o século XVIII, a ciência vinha adquirindo densidade e prestígio nos meios letrados europeus. Tornava-se cada vez mais valorizado alinhar-se ao discurso científico, ao mesmo tempo em que se buscava definir suas formas de expressão e seus critérios de validação. Nesse contexto, diferentes áreas do saber empenharam-se em desenvolver métodos e experiências capazes de disputar espaço com sistemas tradicionais de crença.

Esse movimento intensificou-se ao longo do século XIX, com a profissionalização do cientista e o surgimento de teorias que abalaram profundamente o pensamento ocidental, como a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin. Foi também nesse período que se estabeleceram de maneira mais nítida as fronteiras entre os diversos campos do conhecimento.

A partir de então, as especialidades emergentes passaram a delimitar com maior rigor seus objetos e métodos. No âmbito das ciências sociais, observou-se um esforço de redefinição disciplinar: áreas como a Sociologia e a História buscaram distanciar-se de sua tradição mais próxima da literatura, adotando parâmetros considerados científicos e aderindo, em grande medida, ao paradigma do cientificismo.

Nesse processo, as ciências naturais assumiram posição de destaque e passaram a exercer forte influência sobre os demais campos. A biologia, em particular, foi elevada a um estatuto privilegiado, servindo como modelo epistemológico, sobretudo em função do impacto do evolucionismo, que orientou de maneira decisiva as análises científicas do período.

Segundo Lilia Schwarcz, esse cientificismo chega ao Brasil mais como um modismo do que de fato uma prática de pesquisa. As elites e seus interlocutores estavam mais preocupados, a princípio, com os debates já produzidos na Europa; não havia um movimento

³⁰ LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2010.

³¹ GALTON, Francis. A theory of heredity. *Contemporary Review*, v. 27, p. 80-95, 1875. Disponível em: www.galton.org. Acesso em: 21 out. 2008.

de experimentação nesse primeiro momento³². O consumo deliberado do que era produzido na Europa alinhava-se ao objetivo de modernização e civilização das elites nacionais a partir dos modelos europeus, os quais eram alçados ao topo da humanidade por meio do imperialismo e de suas justificativas teóricas.

A Europa dominava o mundo e justificava sua dominação através de suas teorias raciais, as quais eram reproduzidas na periferia do Ocidente e absorvidas por elites locais que desejavam aproximar-se o máximo possível da metrópole, incorporando aquilo que lhes convinha. É o caso das elites brasileiras, que, segundo Schwarcz, eram:

Grandes leitoras da literatura produzida na Europa e nos Estados Unidos, [...] não passariam incólumes aos ditames que vinham do estrangeiro. Por outro lado, recém-saída da desastrosa Guerra do Paraguai e vivendo, nos últimos anos do Império, um período de relativa estabilidade econômica motivada pela produção cafeeira, a monarquia brasileira tencionava diferenciar-se das demais repúblicas latino-americanas aproximando-se dos modelos europeus de conhecimento e civilidade. Nos institutos, nos jornais, nos romances, era como uma sociedade científica e moderna que o Brasil de finais de século pretendia autorrepresentar-se³³.

Essas ideias dominantes serviam como modelo de civilidade para os arquitetos da nação brasileira, mesmo que apresentassem contradições, uma vez que parte dessas teorias feriam de morte o Brasil, país de clima tórrido e composto por “raças inferiores”, tópicos que muitos ideólogos da época entendiam como negativos para o progresso de uma civilização.

Tal contradição expõe um caráter duplo das elites letradas brasileiras. Em primeira instância, existia por parte desse grupo uma noção que Roberto Ventura identifica como exotismo, ou melhor dizendo, autoexotismo: uma forma de o intelectual brasileiro olhar de fora para o próprio país, como um narrador observador.³⁴ Dessa forma, um “diálogo imaginário” era estabelecido entre os ideólogos brasileiros e os europeus como uma estratégia de alinhamento ao discurso do dominador e distanciamento dos dominados. Contudo, isso apenas reforçava a imagem negativa do Brasil.

Entretanto, essa abordagem tinha uma segunda camada. Por mais que o alinhamento ao discurso dominante europeu fosse prejudicial para a construção dos símbolos nacionais, as

³² SCHWARCZ, 1993.

³³ SCHWARCZ, 1993, p. 26.

³⁴ Sobre esse aspecto, Ventura explica que: “A fascinação dos intelectuais brasileiros com aspectos da cultura metropolitana, como a teoria climática ou os relatos de viagem, mostra a identificação com o ponto de vista estrangeiro, em um imaginário ‘diálogo’ com interlocutores europeus. Introduziu-se, na literatura e na crítica brasileira, uma visão exótica ou um olhar de fora, que trouxe uma imagem negativa da sociedade e da cultura local, expressa na oscilação entre ufanismo e cosmopolitismo, na tensão entre a ideologia civilizatória e o projeto nacionalista”. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 18.

elites letradas acreditavam que poderiam criar um abismo evolutivo entre elas e o restante da população. Portanto, não se tratava apenas da absorção acrítica de um projeto colonialista, mas também de uma estratégia elitista e racista de distinção em meio àqueles que seriam vistos como degenerados e inferiores. Acerca dessa diferenciação, Ventura explica:

As teorias racistas se ligaram aos interesses dos grupos letrados, de se diferenciarem da massa popular, cujas formas de cultura e religião eram depreciadas como atávicas, atrasadas ou degeneradas. A teoria racista não exprimiu, portanto, apenas interesses colonialistas e imperialistas, já que se articulava aos interesses de grupos nacionais identificados à modernidade ocidental³⁵.

Essa construção da diferença e a emergência da racialização de sujeitos tornaram-se a ordem do dia no Brasil através do discurso cientificista, sobretudo a partir da década de 1870. Carregavam consigo esse duplo caráter de exotismo e elitismo, e objetivavam construir uma modernidade no país.

Essa modernidade, porém, encontrava barreiras na visão das elites brasileiras. O obstáculo era sobretudo de caráter racial. Os aspectos físicos e biológicos dos sujeitos eram cruciais para explicar o atraso das civilizações. Uma vez que os ditos mais civilizados e evoluídos se situavam longe dos trópicos e tinham pele branca, cabelos e traços faciais específicos, com os que destoavam desse padrão sendo vistos como opostos.

O Brasil representava um problema para essas teorias. Além de sua localização geográfica e dos aspectos climáticos, havia na formação da gente brasileira um aglomerado de genes entendidos como inferiores. Até mesmo os portugueses, embora europeus, eram considerados menos relevantes nos degraus da hierarquia racial.

Para compreender tais diferenças e buscar soluções para os problemas nacionais, ideólogos brasileiros, profundamente influenciados por correntes naturalistas, positivistas e, sobretudo, racistas, passaram a interpretar o país à luz das teorias raciais europeias. Essas formulações encontraram no Brasil um terreno particularmente favorável à sua difusão, dadas as condições sociais, intelectuais e políticas que permitiram sua assimilação.

A construção dessa perspectiva remonta ao impacto provocado, no Ocidente, pelo encontro com o “outro” durante a expansão marítima. A partir desse momento, identificar semelhanças e, sobretudo, diferenças tornou-se fundamental. Portugueses e espanhóis deparavam-se com populações desconhecidas, cujos modos de vida destoavam profundamente das referências culturais dos reinos católicos europeus.

³⁵ VENTURA, 1991, p. 58.

Entretanto, esse contato inaugural encerra uma contradição central, que Tzvetan Todorov³⁶ descreve como a “recusa da alteridade”. Segundo o autor, o colonizador foi capaz de cartografar o espaço físico, mas fracassou em reconhecer plenamente a humanidade dos povos encontrados. O outro não era percebido como sujeito autônomo, mas como uma projeção distorcida do próprio europeu, cuja legitimidade dependia de sua tradução nos termos da cultura cristã ocidental.

Como observa Lilia Schwarcz, essas percepções não permaneceram estáticas. Ao longo dos séculos, oscilaram entre diferentes interpretações: da idealização do “bom selvagem” à formulação de concepções que enfatizavam a inferioridade e a debilidade dos povos não europeus. No século XVIII, tais visões coexistiam no interior do pensamento letrado, tensionado entre princípios de igualdade e hierarquização dos seres humanos.

Nesse quadro, como argumenta Todorov, o reconhecimento do outro assumia uma lógica ambivalente. Quando percebido como igual, era submetido a um processo assimilacionista, que buscava suprimir suas diferenças. Quando reconhecido como distinto, essa diferença era imediatamente convertida em sinal de inferioridade. Em síntese, a condição de humanidade plena exigia a renúncia à alteridade; sua preservação implicava a rejeição a posições inferiores.

A partir do final do século XVIII, a noção de diferença ganhou centralidade crescente, favorecendo a emergência do conceito de raça como categoria explicativa das distinções humanas. Essa noção passou a operar como instrumento de classificação das variações físicas e biológicas, sendo mobilizada também para justificar e naturalizar desigualdades sociais.

A hierarquização racial pode ser analisada à luz dos eixos de poder propostos por Todorov: o axiológico, que estabelece juízos de valor; o praxiológico, que orienta relações de dominação e submissão; e o epistêmico, voltado ao conhecimento e à classificação do outro. A racialização articula esses três planos, convertendo o conhecimento em ferramenta de ordenação e controle.

Nesse sentido, a ideia de raça consolidou-se como operador ideológico central no interior do discurso científico, sendo reforçada pelas teorias evolucionistas do século XIX. As diferenças passaram a ser objeto sistemático de estudo e categorização, permitindo a construção de hierarquias que preservavam, no topo da estrutura social, aqueles que detinham o poder de defini-las.

³⁶ TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Essa dinâmica evidencia o que Todorov denomina “paradoxo da capacidade de compreensão”: o domínio europeu não decorreu da ignorância, mas de uma capacidade técnica de conhecer o outro com vistas à sua dominação. O cientista oitocentista, ao mensurar crânios ou classificar fenótipos, operava de modo análogo ao conquistador que estuda o campo de batalha, o conhecimento funcionava como instrumento preliminar de submissão.

Dessa forma, o poder de racializar equivalia ao poder de produzir estigmas, amparado pela autoridade da ciência. A classificação dos indivíduos em categorias supostamente objetivas permitia traçar fronteiras rígidas entre grupos, baseadas em características como cor da pele, traços fisionômicos, tipos de cabelo e práticas culturais. Enquanto alguns eram reconhecidos como plenamente humanos, outros eram empurrados para zonas de desumanização sistemática.

2.1.1 Racismo e ciência: o nascimento das teorias raciais

Como se argumentou, a modernidade foi erigida sob o signo da diferença. A Europa constituiu-se como centro organizador do mundo, a partir das concepções elaboradas no contato com o “Outro”, entendido como objeto de dominação. Ao longo de séculos, consolidou-se a elevação das metrópoles ao ápice das civilizações, acompanhada da formação de uma consciência colonizadora.

No século XIX, contudo, essas formas de classificar o mundo passaram a articular-se com uma nova instância de legitimação: a ciência. Se o Ocidente já operava por meio de práticas racistas, apresentando suas próprias particularidades como neutras e universais, a ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos não se desvinculou dessa lógica.

Apesar da retórica de neutralidade e imparcialidade, a ciência é uma construção humana, produzida e validada por sujeitos historicamente situados. Esses sujeitos estão imersos em uma cultura que os precede e que eles próprios reproduzem. Quando tal cultura incorpora o racismo como elemento estruturante, esse traço tende a se projetar sobre os saberes produzidos em seu interior.

Embora o século XIX tenha sido o momento de maior consolidação das teorias raciais no âmbito científico, a reflexão sobre as diferenças humanas é anterior. Durante séculos, foram elaboradas visões de mundo que, a partir do século XVIII, passaram a sustentar discursos investidos de forte autoridade e pretensão de verdade.

Nesse contexto, como aponta Lília Schwarcz, destacam-se autores que, ainda no século XVIII, contribuíram para a construção de uma imagem negativa da América, como

Buffon e Cornelius de Pauw. Em suas análises, o continente era representado sob o signo da carência e da degeneração: enfatizavam-se a suposta escassez de recursos, a menor estatura de plantas e animais e, por extensão, características atribuídas aos próprios habitantes.³⁷

Essas leituras, formuladas por naturalistas, apoiavam-se em um rigor de matriz biológica que era transposto para a interpretação social e moral dos seres humanos. Tal procedimento, a aplicação de categorias naturais à compreensão das sociedades, constitui um dos traços fundamentais das teorias raciais que se fortaleceriam ao longo do século XIX.

O termo raça teria sido introduzido no debate no início do século XIX através de Georges Cuvier. O naturalista francês foi um dos primeiros a criar uma taxonomia humana, um sistema para classificar as diferenças dos sujeitos a partir, principalmente, de características físicas permanentes. Dessa maneira, o modelo de Cuvier dividiu a humanidade em três subespécies: caucasiana, etiópica e mongólica³⁸.

Para além dessa separação baseada em termos que a princípio parecem somente biológicos, Cuvier também estava preocupado com outras questões, uma vez que também utilizava critérios culturais para pormenorizar os grupos. Segundo Giralda Seyferth, as classificações de Cuvier e seus contemporâneos foram inaugurais para o que seria um dos principais motes das teorias racistas, o determinismo biológico, que utilizava supostas leis da natureza para explicar as diferenças culturais. Segundo Seyferth:

Cuvier ‘inventou’ o conceito de tipo biológico como base para classificações — considerando gêneros, espécies, raças, como unidades estáveis. Sua tipologia de raças humanas invoca uma hierarquia com os negros na base e os brancos no topo, e pressupõe que as diferenças mentais e culturais são produzidas pelas diferenças físicas. As doutrinas raciais posteriores, com o aparato da ciência antropológica, transformaram esses dois pressupostos em dogma, no qual o termo ‘diferença’ passou a significar ‘desigualdade’³⁹.

Desse modo, sustentar a ideia de que os estudos científicos são neutros e plenamente imparciais implica ignorar as disputas inerentes à produção de qualquer forma de conhecimento. No caso das teorias raciais, não se tratava apenas de investigar diferenças humanas, mas de fundamentar a pretensa superioridade de determinados grupos sobre outros. Quando os próprios critérios de avaliação são estabelecidos de forma arbitrária, o resultado tende a favorecer quem os define.

³⁷ SCHWARCZ, 1993.

³⁸ SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 175-203, 2018. p. 176. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6581>. Acesso em: 8 ago. 2025.

³⁹ SEYFERTH, 2018, p. 176.

Ao tomar seus próprios padrões como expressão de perfeição e de maior grau de evolução, ideólogos europeus posicionaram-se no topo da hierarquia que eles mesmos construíram. Em contrapartida, os demais grupos, frequentemente aqueles já submetidos ao domínio ocidental, foram relegados à base dessa estrutura.

Nesse contexto, os produtores de teorias continuaram a elaborar interpretações sobre a origem e a formação da humanidade. Entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX, predominou o monogenismo, concepção fortemente influenciada pela tradição bíblica, segundo a qual a humanidade teria uma origem comum, conforme narrado no livro do Gênesis.

Em oposição a essa perspectiva, consolidou-se, a partir de meados do século XIX, o poligenismo, que propunha a existência de múltiplos centros de criação humana. Os teóricos associados a essa corrente contribuíram para reforçar interpretações que vinculavam o comportamento humano a determinantes biológicos, recorrendo, por exemplo, à mensuração de crânios e ao desenvolvimento de teses no campo da antropologia criminal.

Segundo Thomas Skidmore⁴⁰, as teorias raciais podem ser divididas em três escolas de pensamento. A primeira seria ligada ao poligenismo, que ele nomeia como etnológica-biológica. Essa corrente de ideias teria nascido nos Estados Unidos, na década de 1840, e ajudou a formular a concepção de que a suposta inferioridade dos indígenas e negros estava ligada a diferenças físicas em relação aos brancos, uma vez que, seguindo esse ponto de vista, esses grupos teriam surgido de distintos processos de criação, como se fossem espécies diferentes.

Para teóricos dessa linha de estudos, as diferentes espécies ou raças do que conhecemos como gênero *homo* estariam ligadas aos espaços climáticos reservados a cada um. Além disso, buscavam provar que as sociedades brancas se destacavam nessa dinâmica, possuíam superioridade cultural em relação aos demais povos e seriam os únicos capazes de criar civilizações.

Neste sentido, é possível compreender que os formuladores dessas análises queriam a todo custo provar o ponto de que as diferenças não se limitavam apenas ao elemento físico. O objetivo dessas “ciências” era tornar indiscutível que as distinções biológicas estavam alinhadas com questões culturais. Havia a necessidade de credibilizar velhos estigmas através do conhecimento que alcançava um espaço privilegiado, a ciência. Nesse sentido, Skidmore explica que:

⁴⁰ SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Os vulgarizadores da escola etnológico-biológica usavam os instrumentos de uma nova ciência, a antropologia física, para dar base científica aos preconceitos preexistentes sobre o comportamento social dos não-brancos, da mesma forma como outros pesquisadores pretendiam encontrar provas da inferioridade mental dos negros nos resultados dos seus testes de inteligência⁴¹.

Tratava-se de um esforço mobilizador de indivíduos e instituições com o propósito de conferir legitimidade científica a preconceitos e hierarquias sociais preexistentes. Ainda assim, nem mesmo o princípio de revisão crítica que caracteriza a ciência foi capaz de interromper rapidamente a formulação dessas teorias. Embora a escola etnológico-biológica tenha sido posteriormente superada, o racismo científico persistiu por longo tempo.

O principal abalo a essa escola veio com o darwinismo. Antes, porém, de examinar seus desdobramentos no campo racial, convém destacar outra vertente relevante, associada a um dos nomes mais influentes do racismo científico: Arthur de Gobineau. Vinculado à chamada escola histórica, que exerceu forte impacto também no Brasil, Gobineau procurou explicar a ascensão e o declínio das civilizações a partir de fatores étnicos.

Em suas interpretações, a dimensão racial ocupava lugar central, sendo considerada determinante para a suposta superioridade de certos grupos.⁴² Essa leitura articulava-se, ainda, ao culto do chamado “povo ariano”, entendido por esses teóricos como o ápice do desenvolvimento civilizacional. A partir dessa premissa, construía-se a ideia de que os arianos estariam destinados a exercer domínio sobre os demais povos.

Esse conjunto de concepções foi profundamente afetado pela emergência de um novo paradigma: o evolucionismo. A publicação de *A Origem das Espécies*, em 1859, por Charles Darwin, provocou uma inflexão significativa nas interpretações sobre as diferenças humanas. Suas ideias rapidamente se difundiram e passaram a influenciar múltiplos campos do conhecimento, extrapolando o âmbito das ciências biológicas.

Como consequência, ocorreu também a vulgarização e o desvio de seus pressupostos, que passaram a fundamentar uma nova vertente das teorias raciais: o darwinismo social. Inicialmente, essa corrente mostrava-se mais compatível com o monogenismo, sobretudo pela noção de que o processo evolutivo se iniciaria a partir de uma origem comum, em contraste com os pressupostos do poligenismo.

Apesar disso, o darwinismo social incorporou amplamente contribuições oriundas das teorias poligenistas, como a frenologia, a antropometria e a antropologia criminal. Ademais,

⁴¹ SKIDMORE, 2012, p. 66.

⁴² SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2013. p. 24.

compartilhava com esses autores a preocupação com a miscigenação, frequentemente interpretada como fator de degeneração das chamadas “raças superiores”.

Nesse contexto, a seleção natural e a competição entre espécies foram convertidas em princípios orientadores para a análise das sociedades humanas. As ideias de Darwin passaram a ser utilizadas como critério para classificar povos segundo estágios evolutivos, estabelecendo hierarquias que pressupunham o avanço de alguns e o desaparecimento de outros.

Entre os principais responsáveis pela difusão dessa interpretação destacou-se Herbert Spencer, autor da célebre expressão “sobrevivência dos mais aptos”. Spencer recorreu de forma sistemática à linguagem biológica para analisar a organização social e os diferentes povos, tomando a Europa como parâmetro de superioridade e empregando categorias valorativas para classificar civilizações e grupos humanos.

Ainda assim, o darwinismo social se utilizou fortemente dos acúmulos de teorias raciais criadas pelos teóricos poligenistas, tais como a frenologia, a antropometria e a antropologia criminal. Para os poligenistas, havia algo para ser evitado na relação entre as diferentes raças, a miscigenação. Para esses teóricos, a mistura entre os diferentes gerava a degeneração das espécies humanas que entendiam como superiores.

Assim, a máxima orientadora desses teóricos passou a ser a seleção natural e competição das espécies. Os conceitos de Darwin passaram a ser utilizados para observar as sociedades humanas e definir quais povos estavam em um estágio evolutivo mais avançado, e quais seriam superadas de tal maneira que sumiriam com o tempo.

Um dos principais nomes por trás de uma das interpretações mais conhecidas das teorias de Charles Darwin foi Spencer, autor do termo “sobrevivência dos mais aptos”. Spencer utilizava de forma insistente a linguagem biológica para analisar os povos e a constituição das sociedades. Além disso, não economizava no uso de adjetivos para se referir aos diferentes grupos e civilizações, sempre partindo da Europa como referência de superioridade, como é o caso no seguinte trecho:

Pois bem, este caráter, mais acentuado no homem do que em nenhum outro indivíduo do grupo, acentua-se mais no europeu do que no selvagem. Por outro lado, a julgar pela maior extensão e variedade das funções que desempenha, podemos inferir que o homem civilizado possui também o sistema nervoso mais complexo ou heterogêneo do que o homem não civilizado, fato que corresponde à maior relação que o cérebro do primeiro tem com os gânglios subjacentes⁴³.

⁴³ SPENCER, 1939, p. 27.

Dessa forma, o filósofo britânico expunha suas convicções acerca da formação dos povos e defendia uma teoria fortemente ancorada em pressupostos biológicos. Tais fundamentos eram mobilizados para sustentar a ideia de superioridade de determinados grupos e para distinguir aqueles considerados mais civilizados dos tidos como selvagens, com base tanto em características físicas quanto em elementos menos visíveis, como particularidades do sistema nervoso.

Spencer também se dedicou à análise das produções culturais das sociedades humanas, como linguagem, pintura, música e ciência, a partir de uma perspectiva evolucionista. Em suas interpretações, tais manifestações refletiam um processo gradual de passagem do simples ao complexo, o que, em sua visão, indicaria o avanço de certos povos em relação a outros.

Nesse esquema, aqueles mais distantes do padrão considerado complexo eram classificados como bárbaros ou selvagens. Cultura e biologia, assim, eram articuladas como instrumentos de análise, classificação e hierarquização dos diferentes povos, conduzindo invariavelmente à posição do Ocidente no topo da escala evolutiva.

Nesse contexto, diversos estudiosos empenharam-se em formular e defender teorias que buscavam conferir fundamento às desigualdades humanas, interpretando-as como decorrentes de fatores evolutivos, biológicos, físicos e climáticos. A desigualdade, desse modo, era convertida em justificativa para a hierarquia.⁴⁴

Outro nome relevante nesse debate foi o historiador britânico Henry Thomas Buckle,⁴⁵ cujas ideias alcançaram ampla difusão entre intelectuais brasileiros a partir da década de 1870. Buckle exerceu influência significativa na interpretação histórica e na compreensão da formação das sociedades por meio do que se convencionou chamar de determinismo geográfico ou climático.

Sob o impacto do prestígio crescente das ciências naturais em seu tempo, Buckle defendia que o progresso ou a decadência das sociedades resultava da interação entre dois fatores: a ação da natureza sobre os indivíduos e a ação dos indivíduos sobre a natureza. No primeiro caso, sustentava que elementos como clima, solo, fauna e flora condicionariam disposições psicológicas e comportamentais, tornando certos grupos mais propensos a determinadas condutas. Para o autor, essas relações obedeciam a leis fixas.

Adepto do determinismo climático, Buckle também formulou interpretações sobre o Brasil. Em sua perspectiva, o país exemplificaria de modo claro como o meio natural

⁴⁴ SCHWARCZ, 1993.

⁴⁵ ROMERO, Alejandro Gomes. No país dos ventos alísios: leituras sobre Henry Thomas Buckle no Brasil republicano (1880-1900). *Revista Vernáculo*, [S. l.], n. 38, 2016. DOI: 10.5380/rv.v0i38.39823. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/39823>. Acesso em: 10 ago. 2025.

influenciaria a constituição de uma nação e de sua população. Marcada por forte etnocentrismo, sua leitura levava-o a considerar o Brasil como um caso praticamente irrecuperável, conforme assinala Ricardo Alexandre de Santos Sousa:

O exemplo brasileiro era tomado por Buckle como esclarecedor nesse sentido. Com uma visão bastante idílica da natureza local, o inglês acreditava ser inviável a construção de uma nação civilizada no Império dos Trópicos. Afirmava que os ventos alísios vindos do oceano, carregados de umidade, ao depararem-se com a Cordilheira dos Andes sem poder transpassá-la se precipitavam em chuva torrencial sobre o solo brasileiro, alimentando a vasta rede fluvial e devido ao calor tropical tornava a terra extremamente fértil⁴⁶.

Na interpretação de Henry Thomas Buckle, a exuberância natural do Brasil e a elevada fertilidade de suas terras atuavam como entraves ao progresso. Segundo essa perspectiva, a abundância de recursos produziria indivíduos acomodados e pouco inclinados ao trabalho, já que tudo lhes estaria, supostamente, disponível. Tais concepções repercutiram entre intelectuais brasileiros, tornando-se uma das formulações recorrentes nos escritos de teóricos nacionais.

No interior desse ambiente de elaboração de teorias e discursos raciais, emergiu um debate mais radicalizado no âmbito do darwinismo social. Diversos autores e autoridades passaram a se preocupar com as possíveis implicações práticas das questões raciais para a organização de suas sociedades.

É nesse contexto que se consolida a eugenia, conceito formulado por Francis Galton.⁴⁷ A proposta eugenista visava intervir diretamente na realidade por meio de políticas de controle populacional. Não por acaso, a própria etimologia do termo remete à ideia de “bom nascimento”. Defendia-se, assim, a regulação da reprodução entre grupos, com o objetivo de preservar uma suposta superioridade hereditária.

A eugenia buscava transpor o darwinismo para o campo das relações humanas, aplicando modelos biológicos e estatísticos à seleção dos indivíduos considerados mais aptos. Incentivava-se a reprodução entre esses sujeitos, sob a premissa de que características físicas e intelectuais desejáveis seriam transmitidas às gerações seguintes.⁴⁸

⁴⁶ SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. Natureza e sensibilidade na história oitocentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH, 2013. p. 6.

⁴⁷ Cf.: DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

⁴⁸ Cf.: DEL CONT, 2008.

Embora diversas e nem sempre consensuais, as teorias raciais compunham um arcabouço interpretativo voltado à análise, classificação e hierarquização das diferenças humanas. Para seus formuladores, não se tratava apenas de identificar distinções, mas de enquadrar grupos em categorias definidas por atributos físicos e, por extensão, morais, passíveis de estudo segundo as leis da natureza.

Originadas sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, essas construções teóricas foram rapidamente assimiladas no Brasil. Encontraram receptividade entre intelectuais vinculados a diferentes instituições, que passaram a reinterpretar e validar, à sua maneira, essas matrizes de pensamento. No Piauí, esse processo seguiu dinâmica semelhante: formados em centros como a Faculdade de Direito do Recife, intelectuais piauienses integraram redes de circulação dessas ideias, incorporando-as aos esquemas utilizados para interpretar e dar sentido à realidade social.

2.1.2 A complexa engenharia racial nos trópicos: raça e cientificismo no Brasil

A ideia de raça no Brasil foi, contudo, uma invenção peculiar, inspirada nos vários determinismos raciais europeus e norte-americanos e na presunção da superioridade da civilização ocidental moderna. A mestiçagem e seus efeitos constituíram o tema central da interpretação orgânica da história do Brasil e das especulações acerca do futuro da nação⁴⁹.

Como explicitado por Seyferth, as diferentes teorias raciais que adentraram o Brasil, sobretudo a partir da década de 1870, eram utilizadas de maneira bastante particular. Misturavam-se diferentes perspectivas, e o uso delas não se limitava a uma reprodução fidedigna por parte dos teóricos brasileiros. Havia a aceitação de que as diferenças raciais justificavam hierarquias na sociedade, entretanto, alguns julgavam a possibilidade de o país triunfar através da mestiçagem.

Do ponto de vista ocidental, a miscigenação era comumente vista como algo negativo e degenerativo, especialmente para teóricos como Gobineau e seus seguidores. Em 1874, o conde francês decretou que a raça brasileira seria extinta em duzentos anos por conta da miscigenação. Em sua concepção, o brasileiro se encontrava em tamanho nível de mestiçagem que já não era possível identificar as origens dos indivíduos. Dessa forma, decretava que o país sucumbiria à anarquia social e logo se extinguiria⁵⁰.

⁴⁹ SEYFERTH, 2018, p. 179.

⁵⁰ SOUSA, 2013

Alguns intelectuais brasileiros, ainda que discordassem em relação a certas formulações, não rejeitavam integralmente o pressuposto racial. Reconheciam, segundo suas próprias categorias, que o país enfrentaria desafios decorrentes de sua formação étnica, entendida por eles como inferior, mas procuravam alternativas para superar o diagnóstico pessimista atribuído ao Brasil.

Em uma sociedade profundamente impactada pela elevação da ciência ao estatuto de forma privilegiada de conhecimento, sobretudo entre as elites, as concepções de mundo passaram a se ajustar a essa linguagem. A ciência do século XIX não criou o racismo, mas desenvolveu-se imersa em um ambiente intelectual que o incorporava.

Não se tratava apenas da valorização de um saber fundamentado em métodos e objetos de estudo definidos. Consolidou-se também uma postura que utilizava teorias e análises como forma de obter legitimidade junto aos círculos letrados. O cientificismo, amplamente celebrado no período, operava frequentemente como um mecanismo de validação acrítica de qualquer proposição que se apresentasse sob o rótulo de científica.⁵¹

O prestígio atribuído à ciência, incluindo o que hoje se reconhece como pseudociência,⁵² esteve vinculado não apenas a indivíduos, mas, sobretudo, às instituições que abrigavam e legitimavam essas produções. Tais espaços funcionavam como centros de consolidação do saber, reunindo e preservando teses e memórias que orientavam projetos de nação.

No Brasil, as principais instituições científicas foram implantadas com a transferência da corte portuguesa. A partir de 1808, D. João VI promoveu a criação de espaços inspirados nos modelos europeus, entre os quais se destacou o Museu Nacional.

Em seus primeiros anos, o Museu Nacional afirmou-se principalmente por meio das ciências naturais. Áreas como a Antropologia assumiam, então, um viés fortemente biológico,

⁵¹ Ao longo do tempo, o termo “cientificismo” obteve diferentes significados. Durante o século XIX, era algo neutro ou até mesmo positivo e se referia ao que se entendia como ciência na época. Contudo, a partir do século XX a expressão passou a receber contornos negativos, tal percepção é dominante até os dias de hoje. Acerca disso, Susan Haack explica que o cientificismo é: um tipo de atitude excessivamente entusiástica e acriticamente reverente para com a ciência, uma incapacidade de ver ou falta de vontade de admitir sua falibilidade, suas limitações e seus potenciais perigos. Cf.: HAACK, Susan. *Seis sinais de cientificismo*. Porto Alegre: Liga Humanista Secular do Brasil, 2012. Disponível em: <http://ilhs.org.br/cientificismo>. Acesso em: 8 ago. 2025.

⁵² O termo “pseudociência” é aqui empregado com a ressalva de que se trata de uma classificação anacrônica e retroativa. No contexto de finais do século XIX e inícios do XX, as teorias mencionadas, como o racismo científico e o determinismo biológico, não eram percebidas como formas marginais ou “falsas” de conhecimento, mas constituíam o paradigma científico dominante e institucionalizado. O uso do termo visa assinalar o seu atual descrédito metodológico, sem ignorar que, no período em análise, tais saberes ocupavam o lugar social da verdade oficial e serviam como base para a classificação racial e o exercício do poder.

recorrendo à análise de características físicas como base para o estudo das culturas. Entre as práticas mais difundidas estava a craniologia.

Outras instituições semelhantes foram fundadas ao longo do século XIX, como o Museu Paulista e o Museu Paraense. Inseridos no contexto do racismo científico, esses espaços e seus intelectuais produziram conhecimentos que reforçavam essa visão de mundo, ao mesmo tempo que incorporavam novas formulações, como a defesa do branqueamento da população brasileira, concebido como estratégia para superar uma suposta degeneração.

Foi nesse sentido que um dos diretores do Museu Nacional, João Batista Lacerda, trabalhou boa parte de sua vida na análise da situação racial brasileira, com foco na população mestiça. Lacerda foi representante do Brasil no Primeiro Congresso Universal das Raças em 1911, ocorrido em Londres. A comunicação feita por Lacerda tinha como título *Sur le métis au Brésil* [Sobre os mestiços do Brasil]. Nas suas conclusões, o cientista brasileiro explica que brancos e negros não eram duas espécies humanas diferentes, mas sim duas raças. Além disso, defendia que o mestiço era um tipo étnico suscetível a variações e poderia voltar a uma das raças que o originou⁵³.

Essas conclusões de Lacerda ajudam a compreender a sua tese mais famosa. Ao defender que o mestiço poderia voltar a ser uma das raças que o originou, o teórico brasileiro conclui que deveria haver condições para que, no Brasil, os mestiços se encaminhassem para a raça branca. Dessa forma, ele finaliza seu discurso com a promessa de um país embranquecido em um século. Defendeu:

Dentro de um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, em sua maior parte, por indivíduos da raça branca latina, e por volta do mesmo tempo, o negro e o índio sem dúvida terão desaparecido desta parte da América. Um futuro brilhante está reservado ao Brasil; ele se tornará o principal centro onde a raça latina virá reforçar-se, rejuvenescer-se na América do Sul, assim como os Estados Unidos o foram na América do Norte para a raça saxônica⁵⁴.

O ideal de homens como Lacerda era que o Brasil se tornasse uma nação branca. Eles encaravam a miscigenação como uma ponte para chegar a um futuro em que indígenas e negros, elementos declarados inferiores, sumiriam, restando apenas brasileiros brancos.

Outra instituição criada durante o século XIX é importantíssima para o estabelecimento de uma corrente de pensamento científica: o Instituto Histórico e Geográfico

⁵³ COSTA, Cláudio da Silva. *João Batista de Lacerda: “redução étnica” na Primeira República do Brasil (1889-1930)*. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado) — Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2021.

⁵⁴ LACERDA, João Batista de. *Sur le métis au Brésil*. Paris: [S. n.], 1911. p. 30-31. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/35>. Acesso em: 19 jul. 2025. Tradução nossa.

Brasileiro. O IHGB passou a congregar uma série de intelectuais que tinham em suas mãos papel e pena para escrever a história de uma nação. Não somente escrever essa história, mas dar sentido aos habitantes enquanto sujeitos viventes de um país que necessitava de símbolos nacionais.

É importante lembrar que o IHGB estava sediado no Rio de Janeiro, capital do Império. Não é por acaso que a história dita brasileira está em torno, a princípio, das narrativas que dizem respeito, sobretudo, ao Rio de Janeiro. Com o tempo, a produção de conhecimento dessas regiões adjacentes passou a ganhar importância, tornando o Sudeste, como conhecemos atualmente, o centro da história brasileira.

Os demais institutos, como o de Pernambuco ou do Piauí, precisavam se contentar com a possibilidade de serem vistos como produtores de uma história regional. Nasce, portanto, uma forma de dar significado à nação que se constituía nos trópicos. Ela seria narrada por homens da elite, muitos deles europeus, situados no Rio de Janeiro e com projeções de um Brasil mais parecido com eles do que com a maior parte da população.

As análises feitas sobre essas classes brasileiras postas nas bases da pirâmide social eram abundantes e revelam o pensamento dos partícipes do instituto através das publicações de seus artigos. Interessados na Antropologia e Etnografia da época, os teóricos buscavam compreender os agentes formadores da gente brasileira, mesmo aqueles vistos como indesejáveis por muitos: indígenas e negros.

Parte dos intelectuais ligados ao IHGB partilhavam a concepção de que os indígenas representavam um problema menor que os negros. Não havia unanimidade acerca dos povos originários, embora muitos acreditassem que eles estavam em um grau mais elevado de evolução do que os africanos e que, por isso, poderiam ser civilizados.

Por outro lado, os negros eram vistos como elemento menos evoluído e que atrasava o progresso da nação. Os povos que foram escravizados não eram capazes, segundo os teóricos raciais, de serem adaptados à civilização. Essa posição passou a ganhar contornos cada vez mais cientificistas, que tentavam provar esse ponto através de análises biológicas e geográficas.

Portanto, o IHGB se constituiu como uma instituição responsável por dar significado ao Brasil e ao brasileiro. Os teóricos pertencentes ao instituto tinham a missão de auxiliar na construção de símbolos e signos que sustentassem a ideia de nação. As correntes ideológicas, nas quais se baseavam esses sujeitos os guiaram na fabricação de uma imagem de país que buscava eliminar indígenas e negros do cenário, pois acreditavam que não havia por parte

desses povos contribuição que chegasse ao nível do fardo do homem branco, que era colocado como elemento civilizador do país.

Havia, por vezes, um clima de pessimismo quanto à formação do Brasil e de sua gente. Convencidos de que o país estava condenado por vários fatores teorizados pelo racismo científico, muitos intelectuais brasileiros se lamentavam da natureza, do clima e das populações que o habitavam.

Entretanto, alguns outros teóricos buscavam brechas e releituras das teorias raciais com o intento de resolver os supostos problemas pelos quais tanto se lamentava. É o caso do crítico literário Sílvio Romero, que assimilou em grande medida os ideários europeus acerca das raças, mas buscava outras conclusões.

Em *O Brasil social e outros estudos sociológicos*⁵⁵, Romero busca construir uma outra visão acerca dos grupos criticados e marginalizados do Brasil. Segundo o autor, apesar das limitações, as populações que viviam no Brasil profundo eram os responsáveis por manter e criar a fortuna do país.

Romero parece apontar sua crítica para as elites econômicas e intelectuais. Admitia a hierarquia social e racial, mas acreditava que os problemas do Brasil estavam ligados também aos seus dirigentes, que eram gananciosos e pedantes, responsáveis por produzir a desigualdade no que diz respeito aos bens, sobretudo da terra, e uma quantidade considerável de pessoas que não sabiam ler e escrever. Romero explica da seguinte maneira:

Originaram-se dessa anomalia inicial antinomias que ainda hoje nos atropelam e fazem manquejar. A primeira delas é a disparidade entre uma pequena elite de possuidores e proprietários e o avultadíssimo número dos que nada têm, nada possuem, principalmente nas populações rurais. Segunda extravagância do gênero é a antinomia entre outra elite, a dos intelectuais, eivada de estrangeirices de toda a casta, especialmente na capital e nas grandes cidades, e o imensíssimo número de analfabetos ou incultos que constituem a nação por toda a parte⁵⁶.

Romero se queixa de que as populações brasileiras, principalmente indígenas e negros, foram despossadas de tudo e incorporadas na sociedade de uma maneira que as colocava em um patamar de pobreza gritante. A solução para o intelectual sergipano estaria na aceitação dessas massas e na correção delas.

Conforme Romero, o problema do Brasil estava na negação desses sujeitos por parte da elite, que se julgava a única merecedora de ser considerada brasileira. Dessa forma, viravam as costas para o povo e não faziam o que importava de verdade na concepção do

⁵⁵ ROMERO, Sílvio. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

⁵⁶ ROMERO, 2001, p. 89.

teórico: “fazer tudo que for possível em prol de tais populações, educando-as, ligando-as ao solo, interessando-as nos destinos desta pátria”⁵⁷.

Romero não negava parte dos pressupostos das teorias raciais, mas enxergava no mestiço um futuro para o país. Mesmo que julgasse o indígena como inútil e o africano como elemento fraco e dominado, não se aliava ao julgamento negativo do produto da miscigenação e desacreditava da tese de que o brasileiro estava fadado a desaparecer por conta de uma suposta degeneração causada pela mistura dos povos.

2.2 Na corda bamba da Linha do Equador: as teorias raciais e os intelectuais piauienses

A partir da década de 1820, transformações nas estruturas educacionais brasileiras reduziram a dependência em relação à formação europeia, em um contexto marcado pela independência política do país. A criação de cursos jurídicos em território nacional impulsionou a formação de bacharéis e elevou significativamente o prestígio desse tipo de titulação.

O bacharel passou a ocupar posição de destaque, tanto pela sua formação quanto pela atuação pública que frequentemente o conduzia à esfera política. As elites locais, intelectuais e administrativas, eram, em grande medida, oriundas dos cursos de Direito ou de Medicina. Nesse contexto, o intelectual era aquele que havia tido acesso à educação formal, privilégio restrito à maioria da população. Por meio da leitura, esses indivíduos entravam em contato com diversas correntes de pensamento e compartilhavam, em geral, um repertório relativamente homogêneo de ideias e interpretações do mundo, dada a limitação das instituições formadoras.

Suas concepções eram difundidas principalmente por meio de jornais e revistas vinculados às próprias instituições. Não era incomum que mantivessem vínculos com as cidades onde se formaram, sobretudo porque muitos precisavam deslocar-se para os centros de ensino existentes no Brasil do final do século XIX, ainda que posteriormente retornassem às suas regiões de origem.

Entre essas instituições, destaca-se a Faculdade de Direito do Recife, cuja criação visava consolidar um polo de formação jurídica para o Norte do país. Por essa razão, atraiu

⁵⁷ ROMERO, 2001, p. 90.

numerosos estudantes piauienses que, ao concluírem sua formação, retornavam ao Piauí para ocupar cargos políticos e atuar como representantes da intelectualidade local.

Inicialmente, a instituição foi fundada em Olinda, em 1828, sendo transferida para Recife apenas em 1854. Apesar de críticas quanto à sua infraestrutura, a mudança foi acompanhada por uma renovação intelectual que consolidou sua posição como referência regional.⁵⁸

Segundo levantamento de Teresinha Queiroz, ao analisar a trajetória de 126 estudantes piauienses de Direito entre o século XIX e o início do XX, apenas 8 haviam estudado em Olinda, enquanto 98 foram formados em Recife. Tal dado evidencia a centralidade da capital pernambucana na formação jurídica piauiense.⁵⁹

Nesse sentido, o conjunto de saberes e formas de interpretar a realidade construído na Faculdade de Direito do Recife ao longo de décadas contou com significativa participação de estudantes piauienses. Esses indivíduos foram formados em uma tradição específica, que moldou suas visões de mundo e influenciou diretamente sua atuação como agentes políticos e intérpretes da sociedade.

A geração posterior à década de 1870 passou a se identificar como promotora de uma ruptura com estruturas de pensamento até então consideradas rígidas. Entre suas características destacavam-se o anticlericalismo e a defesa da separação entre as esferas secular e religiosa. Intelectuais piauienses como Clodoaldo Freitas e Higino Cunha, formados entre as décadas de 1870 e 1880, exemplificam esse perfil. Ambos vivenciaram transformações profundas no país, como a abolição da escravidão e o fim da monarquia, e manifestavam forte oposição a crenças e práticas consideradas supersticiosas.

Essa geração também foi impactada pelas teorias de Charles Darwin e por suas implicações para o estudo das sociedades humanas. A Faculdade de Direito do Recife constituiu um espaço central para a difusão e o debate dessas ideias, incorporando especialmente vertentes associadas ao determinismo climático e geográfico.

Nesse ambiente, o cientificismo adquiriu grande força entre os intelectuais ligados à instituição. A literatura, por exemplo, passou a ser concebida em estreita relação com a ciência, como evidenciam as produções de Sílvio Romero, Tobias Barreto e seus

⁵⁸ SCHWARCZ, 1993.

⁵⁹ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *As diversões civilizadas em Teresina: 1880-1930*. Teresina: FUNDABI, 2008. p. 110.

contemporâneos. Nesse quadro, o naturalismo destacou-se como a corrente literária que melhor expressava o ideal científico e racionalista do período.⁶⁰

O naturalismo fazia forte oposição ao romantismo. Havia uma busca por representar a vida de forma mais crua e menos suavizada na literatura naturalista. Dessa forma, entendia-se que certos aspectos da humanidade deveriam ser temas literários e debatidos nas obras, buscando mostrar o lado biológico dos sujeitos. Além disso, era característica do naturalismo a criação de tipos sociais que serviam como modelos representativos que sempre agiriam de determinada maneira. Não obstante, a escola literária em questão se aliava às teorias raciais da época com forte presença determinista.

Abdias Neves, formado na Faculdade de Direito de Recife, é um dos nomes que representam o naturalismo no Piauí, especialmente com seu romance *Um manicaca*⁶¹. A obra foi lançada nos primeiros anos do século XX, momento em que o naturalismo já não tinha a mesma potência de outrora. Entretanto, Abdias Neves se aliou aos preceitos da literatura naturalista para destacar sua visão de mundo acerca da sociedade piauiense⁶².

Em *Um manicaca*, Abdias Neves constrói uma crítica aos costumes e às formas de sociabilidade por meio de personagens representativos da sociedade piauiense. Ao satirizar a religiosidade excessiva e a propensão à bisbilhotice, o autor confere à obra um caráter normativo, aproximando-a de um verdadeiro manual de conduta, no qual a literatura assume função pedagógica.

Além disso, inserido no contexto das teorias raciais de seu tempo, o autor propõe interpretações sobre sociedades sertanejas com o intuito de delinear algo próximo a uma psicologia social. Para tanto, estabelece comparações entre populações do Piauí e do Ceará, buscando identificar padrões de pensamento e comportamento que definiriam esses grupos e suas culturas.

Segundo Abdias Neves, o povo piauiense apresentaria, em contraste com o cearense, traços de indolência e acomodação, não compartilhando da energia e iniciativa atribuídas aos vizinhos. Essa leitura fundamenta-se em um dos métodos mais recorrentes do período: o

⁶⁰ O Naturalismo é a corrente literária que aplica os princípios do Positivismo, do Evolucionismo e do Determinismo à ficção. Diferente do Realismo, que foca na crítica de costumes da burguesia, o Naturalismo volta-se para as camadas marginalizadas e para os instintos humanos, tratando os problemas sociais como patologias biológicas. Ver: CHALHOUN, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶¹ NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

⁶² DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva. O pragmatismo literário de Abdias Neves: naturalismo e utilitarismo intelectual em *Um manicaca* (1909). *Humana Res*, Teresina, v. 5, n. 8, p. 113-132, ago./dez. 2023.

determinismo climático e geográfico, que procurava explicar características culturais a partir das condições naturais.

Em sua obra *O Piauí na Confederação do Equador*,⁶³ o autor elabora ainda a figura do “caboclo do Nordeste”. Embora parta da experiência histórica piauiense, Neves amplia essa representação para o conjunto do sertão brasileiro, construindo um tipo social que categoriza e diferencia, em oposição a outras figuras, como o Jeca Tatu de Monteiro Lobato.⁶⁴

Na sua interpretação, o processo de ocupação do Piauí teria ocorrido de modo disperso, com fazendas isoladas e pouca comunicação entre si, o que resultaria em um ambiente rarefeito, marcado pela ausência de dinamismo social e pela monotonia da vida cotidiana.

Para além desses aspectos, Neves atribui à natureza um papel central na formação do sertanejo. A combinação entre abundância de recursos e calor intenso seria, em sua visão, determinante para a constituição de sujeitos preguiçosos e apáticos: a facilidade de subsistência reduziria o esforço necessário à sobrevivência, enquanto o clima debilitante comprometeria a disposição física. A esses fatores somava-se, ainda, uma dimensão psicológica, conforme o próprio autor sugere.

Na concepção de Neves, a ocupação piauiense foi feita de maneira que as fazendas se encontrassem isoladas e sem muita comunicação, resultando em um ambiente quase vazio, que não era preenchido com atividades que dessem aos sujeitos da região alguma novidade.

Para além disso, os meios de subsistência dos sertanejos da região vinham da natureza. Para Abdias Neves, havia fartura e um calor escaldante, fatores determinantes para que os viventes daquele lugar se tornassem preguiçosos e apáticos. Tudo possuíam com facilidade para garantir a subsistência e o sol os tirava a energia. Além disso, havia o fator psicológico, nas palavras de Abdias Neves:

A vida nas fazendas fez do matuto um contemplativo, imerso em constante tristeza. Passa horas em silêncio, com o olhar preso a um ponto invisível, concentrado e taciturno. Se canta, o canto é de um ritmo estranho e lento, de profunda nostalgia que diz bem como o instrumento de sua predileção — a viola. Fala pouco — frases curtas, monossílabos — com expressão fisionômica incaracterística e indecifrável. Ri ainda menos⁶⁵.

No trecho acima, Abdias Neves busca categorizar os habitantes do sertão através da análise de comportamentos descritos de maneira universal sobre as personagens. O autor faz o

⁶³ NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

⁶⁴ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Martins Fontes, 1944.

⁶⁵ NEVES, 2019, p. 36.

uso de características e condutas de alguns sujeitos, mas os toma como se fossem do todo. Dessa maneira, a figura do “caboclo nordestino” passa a ser uma.

A análise feita pelo autor não está muito distante da que fazia Silvio Romero acerca dos sertanejos brasileiros. Ambos tomam esses sujeitos como partícipes na construção do país. Não os descartam, mas compreendem aquilo que entendiam como limitações, que eram, ao mesmo tempo, físicas, morais e culturais.

A reiteração dessa perspectiva determinista na obra de Abdias Neves manifesta-se com particular nitidez em suas reflexões na obra *A Guerra do Fidié*. Ao analisar o movimento, Neves não se limita à narrativa factual, mas opera uma distinção entre os perfis dos cearenses e dos piauienses baseada na crença de que o meio geográfico e o clima atuam como agentes modeladores do caráter e da biologia dos sujeitos.

Para o autor, as diferenças de atuação política entre as duas províncias vizinhas seriam explicadas por uma espécie de fatalidade climática: o cenário das secas e a aspereza do solo cearense produziriam um tipo humano distinto daquele gestado nos campos pastoris do Piauí. Como explicita no seguinte trecho:

A Província de além-Ibiapaba foi, sempre, como ainda é cavalheiresca e heroica. Seus filhos têm um pendor irrefreável para a existência nômade, corrida entre as dificuldades do presente e as incertezas pavorosas do amanhã. Não se fixam. Sofrem a fascinação das viagens, a ânsia do novo sol, de novas terras, de novas e estranhas paisagens. Há uma voz muito íntima, que os chama, constantemente, para diante: emigram para o Piauí e cedo se aborrecem, e o Piauí não os satisfaz e eles voltam para emigrar de novo para o Amazonas, e se o Amazonas os não mata, voltam à terra do seu berço para emigrar, ainda uma vez, para o Rio e São Paulo, para o sul da África, para a China, para as minas da Califórnia⁶⁶.

Essa abordagem consolida o uso do determinismo climático como uma ferramenta de interpretação histórica, na qual a “têmpera” dos povos é interpretada como uma extensão direta de suas condições orgânicas e ambientais. Ao cruzar o discurso biológico com a influência do meio, Neves reforça a premissa de que a capacidade de agência política e o grau de civilidade de uma população estariam condicionados a fatores extrínsecos ao domínio social. Ainda nesse seu estudo, o que Abdias fala sobre o Piauí demonstra sua ideologia:

O piauiense é um tipo essencialmente firme nas convicções, constante nos hábitos, moderado nos impulsos. Não é reformador, nem sofre arrebatamentos. É um reflexo do meio.

O Piauí, com efeito, nada oferece de notável em seu aspecto físico: as terras, baixas, correm sem um relevo orográfico de importância. Não mostram nem variações bruscas de paisagem, nem alternativas frequentes de matas e várzeas: quase sem interrupção se estendem as chapadas, monótonas na sua uniformidade, eternamente as mesmas, com uma vegetação raquítica, aberta

⁶⁶ NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié*. Teresina: FUNDAPI, 2006. p. 252.

e inconstante, que se estende até onde o olhar se cansa, e tudo se confunde num cinto escuro que aperta o horizonte.⁶⁷

Dessa forma, o autor soma à sua produção intelectual mais um elemento que naturaliza as diferenças culturais e sociais a partir da lente biológica: se o clima e a raça definem a capacidade de participação na modernidade, certas populações acabam sendo empurradas para diferentes zonas de significados.

Seguindo com as análises do que pensava Abdias Neves, podemos citar o texto que o autor escreve para o jornal *O Artista* acerca de uma cultura muito particular do sertão. O texto redigido pelo intelectual teoriza sobre os repentistas, observando-os como quem faz um trabalho etnográfico.

Neves inicia o texto se lamentando de algo que era motivo de descontentamento de muitos intelectuais piauienses: o isolamento da região e a falta de interesse de outros teóricos brasileiros em relação ao que era produzido no Brasil. Em diálogo com textos de Sílvio Romero, o autor diz que:

Daria para muitos volumes um estudo exaustivo da poesia popular no Piauí, completamente desconhecida lá fora, onde não chegam as notas de nossa vida.

O sr. Sylvio Romero, que escreveu sobre a poesia popular do Brasil e o sr. Mello Moraes que esmerilha com erudição e interesse assuntos indígenas, não se lembraram de nós até agora, e naturalmente não se lembrarão⁶⁸.

Dessa forma, na concepção de Abdias Neves, a cultura popular piauiense era escanteada mesmo com a abundante produção local. Não havia espaço nas notas de intelectuais de fama nacional, cabendo, assim, aos piauienses a dura tarefa de colocar o Piauí no mapa.

A abundância de poetas populares repentistas no Piauí era explicada, na visão de Neves, pela lógica determinista do clima e da geografia, além do peso da formação étnica da região. Contudo, o autor não se estende nesse ponto, propondo que falaria disso em outra oportunidade, munido de maior empiria.

Entretanto, é visível que as questões raciais se fazem presentes no restante do texto, especialmente porque as personagens mencionadas são descritas de maneira racializada. Homens com talento louvável, na visão de Abdias Neves, e que, com seus versos melódiosos, encantavam qualquer um.

A figura do “caboclo” reaparece, esse sujeito social que vivia nas entranhas do sertão, em meio a chapadões e caatingas. O sentimento de nostalgia nas músicas dessas personagens

⁶⁷ Neves, 2006. p. 263.

⁶⁸ NEVES, Abdias. Bemtevi e Mandapolão. *O Artista*, Teresina, ano 1, n. 18, p. 2, 22 jun. 1902.

reaparece, Neves, desta feita, enxerga as canções como poesias doces e não somente sofridas, apesar da difícil realidade.

Esses caboclos do sertão são descritos por Abdias Neves como homens “mestiços, em que prepondera o contingente de sangue africano”⁶⁹. O autor parte do pressuposto de que as questões étnica e geográfica podem ser chaves de leitura para compreender esses poetas do sertão e suas fabricações. Dessa maneira, é possível notar uma menção elogiosa a esses sujeitos, o que se configura como uma certa valorização das figuras mestiças que, por muitos teóricos da época, não eram vistos como degenerados.

Existe uma complexa maneira de trabalhar o discurso racial por parte desses homens da ciência. De certa forma, há uma condenação das heranças indígenas e africanas, mas uma tentativa de valorização, mesmo que de forma controversa, do produto da miscigenação das três raças principais que formaram o Brasil.

Muito embora houvesse esse esforço, não se traduzia em uma garantia de anulação das hierarquias construídas a partir do elemento racial. Homens intelectualizados como Abdias Neves e Clodoaldo Freitas utilizaram o discurso da racialização como artifício desumanizador em seus embates e polêmicas com outros teóricos, o que será tema do último capítulo.

Clodoaldo Freitas, destacado intelectual e político piauiense, também se formou na Faculdade de Direito do Recife, integrando essa geração de bacharéis dedicada à interpretação da realidade local e nacional. Seus escritos circularam em jornais e revistas de diversas regiões do país, como exemplifica sua colaboração na revista *Sciencia e Letras*, periódico editado no Rio de Janeiro.

Nesse espaço, Freitas abordou uma questão que considerava central para o Brasil de seu tempo. Em 1912, publicou o texto *O negro como fator do Direito*, no qual buscava discutir a contribuição da população negra para a formação do ordenamento jurídico brasileiro.

Embora seu objetivo declarado fosse analisar o legado afrodescendente no campo jurídico, o autor amplia sua reflexão para diferentes aspectos da constituição da nacionalidade. Nesse percurso, examina a influência de povos originários e africanos em dimensões como a língua, as cantigas, a alimentação e outras expressões culturais.

Ao longo do texto, Freitas estabelece comparações entre indígenas e africanos, questionando qual desses grupos teria exercido maior impacto na formação cultural brasileira. Em sua avaliação, os povos originários teriam contribuído de forma limitada, em razão de terem sido dizimados ou afastados dos centros considerados civilizados.

⁶⁹ NEVES, 22 jun. 1902, p. 2.

Sua interpretação sobre os indígenas os caracteriza como grupos “selvagens”, associados à liberdade, em contraste com visões românticas que os elevavam à condição de heróis. A partir desse pressuposto, sustenta que a influência africana teria sido mais decisiva na configuração da cultura nacional.

Apesar de reconhecer a relevância dos africanos, o texto também reproduz concepções típicas do pensamento racial de sua época. Um exemplo disso é sua descrição da vida no continente africano como marcada por perigos constantes e pela dominação de déspotas, o que o leva a sugerir que, ao serem escravizados no Brasil, os negros aceitariam a condição da senzala por encontrarem aqui um “déspota mais humano”.

Tal formulação implica a ideia de que o senhor de engenho, embora autoritário, seria mais brando em comparação com supostos governantes africanos. Na concepção do autor, o africano já estaria acostumado a uma vida de servidão em sua terra natal e por conta disso “aceitava a nova situação e trabalhava e sofria resignadamente, preparado, como estava, desde o berço para a vida de eterna submissão”⁷⁰, o que explicaria, segundo ele, em sua adaptação à escravidão no Brasil, interpretada como a continuidade de uma condição anterior.

Assim, as interpretações de Clodoaldo Freitas refletem de modo evidente os referenciais assimilados em sua formação intelectual. De maneira geral, esses teóricos não elaboravam leituras que reconhecessem plenamente a humanidade dos grupos racializados. Ainda que o autor admita a importância de africanos e seus descendentes na formação da nacionalidade brasileira, suas afirmações são atravessadas por pressupostos que esvaziam o alcance desse reconhecimento, como se observa também no trecho a seguir:

O africano ainda vive ao nosso lado na sua descendência africana, guardando n’uma santa teimosia de judeu a língua materna, a religião do seu país, as modas, as comidas, tudo. Não conseguimos absorver o africano em três séculos de contacto. E ele civilizou-se entre nós como se estivesse no Congo. E deste fenômeno de atavismo heroico só o judeu tem dado exemplo na história. O cruzamento do africano com o branco segue o branco, quer ser branco e nacionaliza-se em tudo e por tudo brasileiro como todo o mundo. O sangue puro africano fica africano puro como seus maiores, não obstante afetar nossos costumes, frequentar nossas academias. A verdade é que, inversamente do índio, cujo contacto há muito não sentimos, o africano existe a nosso lado, florescendo n’uma mestiçagem cada vez mais numerosa e viril⁷¹.

⁷⁰ FREITAS, Clodoaldo. O negro como fator do direito. *Sciencias e Letras*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 62, jun. 1912. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=342688&pasta=ano%20191&pesq=clodoaldo&pagfis=65>. Acesso em: 23 ago. 2025.

⁷¹ FREITAS, jun. 1912, p. 63.

Clodoaldo Freitas compara o africano ao judeu, os colocando como teimosos e persistentes quanto a manutenção de suas culturas. Quanto a isso, admite que a cultura brasileira recebeu grande influência dos costumes africanos. Ainda assim, alguns comentários soam peculiares, na falta de outra palavra melhor para descrevê-los.

Quando o autor considera que o africano “civiliza-se” entre os brasileiros como se estivesse no Congo, deixa subtendido que a civilidade dos povos negros difere daquela dos povos com os quais eles convivem. É possível concluir que ele esteja se referindo ao negro como um cidadão, mas com grandes limitações, uma vez que delimita uma diferença entre os grupos.

Além disso, surge através de mais um teórico do Norte brasileiro a iniciativa de criar um discurso elogioso em relação aos mestiços. Clodoaldo Freitas parece minimamente satisfeito com a miscigenação entre as etnias formadoras do Brasil, que chama de numerosa e viril. Isso se devia ao fato de que, na visão do intelectual piauiense, o mestiço era predominantemente branco, ou gostaria de sê-lo. Um “florescimento” da mestiçagem também foi elogiado pelo autor:

Na formação do caráter e do gênio brasileiro. o mestiço trouxe as tendências atávicas e hereditárias inerentes às duas raças de que descendia, e, daí, todas as idiosincrasias que nos são peculiares, a exuberância de imaginação lírica e languida da nossa poesia, o entusiasmo romântico pelas novidades importadas, embora decadentes, do estrangeiro; a passividade heroica da nossa obediência à autoridade que age em nome da lei ou da força; a pronunciada tendência para a superstição; a inaptidão para as grandes sínteses e profundas elocubrações científicas⁷².

Apesar de todas essas tendências elogiosas, não é possível declinar outras formulações de mundo fabricadas nesse mesmo período, abundantes e cotidianas. A tentativa de glorificar a miscigenação se dava pelo fato de que esses homens da *ciência* acreditavam que o elemento branco predominava e predominaria sobre o negro. O gene branco seria o elemento civilizador dessa mistura.

Dessa forma, nem sempre se cultivava uma visão positiva sobre o Piauí e o Brasil como um todo. Costumeiramente, haveria a escolha de um motivo para fomentar o pessimismo em relação a nação que se constituía através de elementos raciais constantemente inferiorizados. É o que veremos no tópico a seguir e ao longo dos próximos capítulos.

2.2.1 Sol, pestes e monstros: o diálogo entre as teorias raciais e o periódico *Estado do Piauí*

⁷² FREITAS, jun. 1912, p. 63.

“É certo que o consideram lá fora uma espécie de Senegal brasileiro, – abrasado pelo mesmo sol, vitimado pelas mesmas pestes, povoado pelos mesmos monstros [...]”⁷³. O sol inclemente, que castiga a terra e os corpos; as pestes, que ceifam a saúde e a vida; e os “monstros”, que povoariam esse espaço descrito como adverso. Trata-se da construção de um lugar marcado pela fatalidade, associado ao infortúnio e, por isso, comparado àquilo que, no imaginário da época, figurava como uma das regiões mais desventuradas do mundo: a África, mais especificamente o Senegal.

A expressão “uma espécie de Senegal brasileiro”, retirada de texto publicado no periódico *Estado do Piauí*, revela um olhar que se pretende externo — o “olhar de fora”, o olhar do outro. Contudo, ao mobilizar essa perspectiva, o autor produz uma duplicação da alteridade: o Piauí passa a ser construído como um “outro do outro”, algo simultaneamente distinto, exótico e degradado, definido por analogia com um espaço já previamente estigmatizado.

Esse paralelo explicita a articulação de três correntes intelectuais marcantes do século XIX: o determinismo geográfico-climático, o sanitarismo-higienismo e a eugenia. Todas elas, em maior ou menor grau, operavam em consonância com o racismo, que, naquele contexto, assumia a forma de discurso científico como estratégia de legitimação, sem abandonar sua natureza fundamental.

No texto, a equivalência entre o sol do Piauí e o do Senegal aparece como chave explicativa para o que se interpretava como atraso e incivilidade. Trata-se de uma justificativa de ordem climática amplamente aplicada ao Brasil, ainda que de maneira diferenciada: regiões mais próximas da linha do Equador seriam vistas como particularmente afetadas pelo calor intenso, o que agravaria seus supostos entraves ao desenvolvimento.

Ao examinar o campo literário brasileiro entre o final do século XIX e o início do XX, Ventura observa que Araripe Júnior, um dos críticos mais influentes do período, atribuía ao clima um papel central na formação da intelectualidade e da criatividade nacional. Embora defendesse a noção de uma “escrita tropical”, Araripe sustentava a existência de um condicionamento climático. Segundo Ventura, para o crítico, “O clima quente obrigaria os autores a abandonarem a ‘correção’ do estilo europeu, adotando uma escrita repleta de emoção, nervosidade e sensualismo”⁷⁴.

Nessa perspectiva, o chamado Estilo Tropical seria, por definição, incapaz de alcançar a “correção” atribuída ao modelo europeu: caracterizar-se-ia pela emotividade, pelo

⁷³ O NOSSO futuro. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 1, 16 jan. 1890.

⁷⁴ VENTURA, 1991, p. 18.

nervosismo e pelo sensualismo, afastando-se do ideal de racionalidade. Ventura identifica, ainda, um consenso entre intelectuais da época quanto à suposta fragilidade dos brasileiros, atribuída às condições da zona tórrida e úmida. Desse modo, consolidava-se a imagem de uma população marcada pela morbidez, pela curta expectativa de vida, pela indolência e pelo abatimento.

Retomando a epígrafe, observa-se que o autor segue precisamente essa linha interpretativa:

[...] é certo que a máxima parte dos seus habitantes, disseminados, de longe em longe, por toda a extensão do seu território, arrastam por aí a existência precária e nômade dos povos primitivos, sem progressos, sem estímulos, sem aspirações, sepultados na mais crassa ignorância, entorpecidos pela mais criminosa preguiça [...]⁷⁵.

Desse modo, evidencia-se uma ideologia difundida entre setores da cultura letrada: a ideia de rebaixamento da humanidade no Brasil, com particular incidência sobre o Piauí. Nessa perspectiva, a inferiorização atribuída ao clima somava-se à incidência de doenças tropicais, compondo um quadro de degradação física e social.

O sertão, categoria na qual o Piauí era frequentemente inscrito por seus próprios intelectuais, tornava-se símbolo de distância e isolamento. Essa representação não se limitava ao pensamento local, sendo igualmente reiterada por viajantes envolvidos em missões científicas. Clima, enfermidades e população eram, assim, objeto de um olhar marcado pela cautela e pela suspeita, consolidando a imagem do Piauí como uma terra abandonada, atrasada e enferma.

No que diz respeito à população, a expressão que sintetiza essa visão, e que ecoa formulações correntes à época, é a referência aos “monstros” que habitariam tanto o Piauí quanto o Senegal. Mas quem seriam esses “monstros”? Nesse contexto, o termo parece operar como negação da própria humanidade. Era recorrente, no período, a classificação dos indivíduos em uma escala que variava da plena humanidade à desumanização. Grupos racializados como inferiores eram frequentemente animalizados ou descritos em termos monstruosos, como ocorre na epígrafe.

Os parâmetros de análise social estavam fortemente ancorados em uma matriz biológica, sob influência das ciências naturais e das formulações de Darwin e de seus contemporâneos. A animalização dos indivíduos e seu afastamento do humano constituíam elementos centrais de ideologias derivadas da teoria evolutiva, como o darwinismo social de matriz spenceriana. Tais concepções funcionavam como justificativas para a manutenção da

⁷⁵ O NOSSO..., 16 jan. 1890, p. 1.

dominação e da ordem estabelecida: se, segundo Spencer, apenas os mais aptos sobrevivem, os menos aptos estariam destinados ao desaparecimento. A miséria, nesse quadro, era naturalizada como expressão de inferioridade biológica.

No Brasil, parcelas das elites recorreram a essas premissas para interpretar as tensões de uma sociedade marcada pela escravidão. Buscava-se, assim, uma explicação de ordem natural para problemas sociais complexos, situando sua origem no clima e na composição étnica da população. Como observa Maria Augusta Bolsanello, “para os intelectuais brasileiros, as crises social e econômica da época aconteciam sobretudo devido ao clima tropical e a constituição étnica do povo e não por questões históricas ou políticas”.

Ainda que fatores histórico-políticos não fossem completamente ignorados, a autora destaca a predominância de explicações de cunho biologizante. Não por acaso, o autor da epígrafe recorre a esse repertório interpretativo: era na “ciência”, especialmente nas ciências naturais, que se buscavam as chaves para compreender o êxito ou o fracasso das sociedades.

Dentro dessa lógica, o Brasil surgia como um problema a ser decifrado. Se o clima era considerado imutável, restava dirigir a atenção à população, vista como elemento passível de intervenção. Nesse sentido, a noção de que os “monstros” deveriam ser combatidos revela a radicalidade dessas interpretações. Bolsanello explicita o teor dos debates da época, presentes, inclusive, no *Estado do Piauí* (1890), ao caracterizar sua população como “primitiva” e “preguiçosa”. Segundo a autora:

Revela-se, assim, a ideologia corrente entre uma parcela da cultura letrada: o rebaixamento da humanidade no Brasil, especialmente no Piauí. Essa humanidade tida como inferior pelo clima era também assolada por doenças tropicais.

O sertão em que o Piauí foi inserido por seus intelectuais simbolizava distância e isolamento. Essas associações eram feitas tanto por intelectuais locais quanto por viajantes em missões científicas. O clima, as doenças e a população piauiense mereciam um olhar cauteloso e desconfiado. Concluía-se que o Piauí era uma terra abandonada, atrasada e doente⁷⁶.

⁷⁶ Ao analisar o processo de institucionalização da saúde no Piauí, Romão de Araújo explica que: “Além da literatura ocorreu também a associação do estado à ideia de sertão a partir de discursos políticos e médicos. A relação entre homem e meio aparece nas mensagens governamentais do estado no que tange às condições sanitárias e em relatórios de cientistas, que ao percorrerem o território piauiense no período em questão, contribuíram para a percepção da região enquanto um dos muitos sertões caracterizados a partir do atraso, do abandono e das doenças”. ARAÚJO, Romão Moura de. *“Saúde, uma das nossas reais necessidades!”: o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910 a 1930)*. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) — Fundação Oswaldo Cruz, Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018. p. 28.

No que se refere à população, o trecho que melhor condensa o pensamento do autor, em sintonia com muitos de seus contemporâneos, é a menção aos “monstros” que habitariam o Piauí e o Senegal. Mas a quem se referia essa designação? Nesse contexto, o termo parece operar como antítese do humano. Era recorrente, à época, classificar e hierarquizar os indivíduos em uma escala que oscilava entre a plena humanidade e a desumanização. Grupos racializados como inferiores eram frequentemente animalizados ou descritos como monstruosos, como se observa na epígrafe.

Os critérios de análise social encontravam-se profundamente ancorados em uma matriz biológica,⁷⁷ sob a influência das ciências naturais e das formulações de Darwin e de seus contemporâneos. A animalização dos indivíduos e seu afastamento da condição humana constituíam elementos centrais de ideologias derivadas da teoria evolutiva, como o Darwinismo Social de matriz spenceriana.⁷⁸ Tais concepções serviam para legitimar relações de dominação e a manutenção da ordem vigente: se, para Spencer, apenas os mais aptos sobrevivem, os menos aptos estariam destinados ao desaparecimento. Nesse enquadramento, a miséria da população era interpretada como expressão de inferioridade biológica.

No Brasil, parcelas das elites recorreram a essas premissas para explicar as tensões de uma sociedade estruturada pela escravidão. Buscava-se uma explicação de cunho natural para problemas sociais complexos, localizando sua origem no clima e na composição étnica da população. Conforme observa Maria Augusta Bolsanello: “para os intelectuais brasileiros, as crises social e econômica da época aconteciam sobretudo devido ao clima tropical e a constituição étnica do povo e não por questões históricas ou políticas”.⁷⁹

Embora fatores histórico-políticos não fossem totalmente ignorados, a autora destaca a predominância de interpretações biologizantes. Não por acaso, o autor da epígrafe recorre a esse repertório explicativo: era na “ciência”, especialmente nas ciências naturais, que se buscavam as chaves para compreender o sucesso ou o fracasso das sociedades.

⁷⁷ Acerca dessa noção das ciências da natureza como elemento de análise da integralidade da vida, Cristiane Mérida diz o seguinte: “A modernização do Ocidente fez eclodir novas concepções e novos olhares sobre a *vida humana*. Evocando as referências biológicas — supostamente, a ciência competente — para as explicações sobre as questões mais cotidianas e sobre as mais eruditas, o ambiente social sustentou a autoridade médica, a qual se recorreu ao tratamento clínico e político”. MÉRIDA, Cristiane Brandão Augusto. *O cérebro criminoso na antropologia criminal do século XIX: um estudo sobre a etiologia do crime a partir da medicalização da sociedade*. 2009. 175 f. Tese (Doutorado em Medicina Social) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 18.

⁷⁸ BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

⁷⁹ BOLSANELLO, 1999, p. 158.

Dentro dessa lógica, o Brasil era concebido como um enigma. Se o clima era considerado imutável, restava intervir sobre a população, vista como elemento passível de correção. Nesse sentido, a ideia de que os “monstros” deveriam ser combatidos revela a radicalidade dessas formulações. Bolsanello explicita o teor desses debates, presentes, inclusive, no *Estado do Piauí* (1890), ao caracterizar sua população como “primitiva” e “preguiçosa”. Segundo a autora:

Partia-se do princípio de que se o brasileiro não tinha conseguido promover o desenvolvimento adequado do país, por ter-se tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente devido ao calor e à mistura com raças inferiores, era necessário pelo menos resolver o problema racial, uma vez que contra o clima nada poderia ser feito⁸⁰.

Bolsanello expõe uma das principais formas de pensamento produzida entre o final do século XIX e início do século XX. Havia no Brasil, do ponto de vista de certa elite e seu cientificismo, problemas que o impediam de se modernizar e civilizar. Contudo, apenas um deles era possível de ser contornado: a questão racial.

Existia por parte da elite brasileira e de sua intelectualidade uma espécie de visão externa do país; mesmo que seus pés estivessem fincados em solo tropical, suas mentes sobrevoavam e analisavam como se fossem apenas narradores observadores. Aquilo que Ventura chama de “auto-exotismo”⁸¹. Essa percepção está diretamente ligada a um ponto de vista que reconhece na Metrópole ou na Europa uma superioridade, o que levava o próprio intelectual brasileiro a enxergar os demais habitantes do mesmo país como outros — um olhar sobre o estranho.

Uma vez que esse olhar estava sob influência da idealização dos europeus, os demais seriam inferiorizados. O Brasil, portanto, enfrentava um problema de ordem racial, na concepção desses intelectuais. Assim, a presença da herança africana e indígena no sangue dos brasileiros era algo complexo e digno de intervenções científicas.

A mestiçagem não era vista como um horror em sua totalidade, uma vez que se acreditava que poderia ser um estágio necessário para que se alcançasse o branqueamento da população. Destaca-se, contudo, a diferença de tratamento de cada parte que compunha o todo dos indivíduos miscigenados brasileiros.

⁸⁰ BOLSANELLO, 1996, p. 158.

⁸¹ Sobre isso Ventura explica que “Produz-se, a partir da idealização das metrópoles, uma espécie de auto-exotismo em que o intelectual ‘periférico’ percebe a realidade que o circunda como ‘exótica’. O exotismo permite, por um lado, o distanciamento ante os costumes da própria sociedade, trazendo um olhar antropológico. Por outro, introduz negatividade na sua auto-representação que leva à visão etnocêntrica das culturas populares e origem africana indígena ou mista”. VENTURA, 1991, p. 38.

Ainda durante o Segundo Reinado, D. Pedro II esteve atento para a formação de uma identidade brasileira a partir de sua cultura e sua história, que foram escolhidas propositalmente para compor o discurso oficial acerca da nação. Para isso, foi realizado um concurso para definir o melhor trabalho acerca da História do Brasil. O vencedor foi Karl Friedrich Phillip Von Martius, naturalista bávaro, premiado em 1840 por seu texto *Como se deve escrever a história do Brasil*⁸².

Para além de todas as questões em torno desse concurso, há um ponto abordado por Martius que define bem a forma como cada parte formadora da identidade que se pretendia entender como brasileira era vista. Segundo o naturalista: “O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver pequenos confluente das raças índia e etiópica”⁸³.

Martius demonstra a dimensão que deve ser dada para cada uma das diferentes raças formadoras do povo brasileiro. Ao colocar o sangue português como um poderoso rio, ao passo que indica a pequenez do africano e indígena, colocando-os como passageiros e passíveis de superação, o autor hierarquiza os grupos citados e revela qual deles deve guiar o Brasil rumo à civilidade.

Essa tendência era amplamente aceita entre os intelectuais e grupos letrados nas décadas que seguiram ao concurso promovido pelo Império. O Brasil era um país miscigenado, mas havia uma hierarquia entre as partes componentes dessa miscigenação. A portuguesa estaria no topo e seria a responsável por trazer a civilidade.

Segundo Schwarcz⁸⁴, a interpretação de Von Martius foi sendo remodelada e reconfigurada pelos escritores da história brasileira e outros letrados, a ponto de emergir uma noção que foi prontamente compartilhada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: a diferente concepção sobre indígenas e negros⁸⁵.

Influenciados principalmente por um movimento indianista, que idealizava os habitantes originários do país e enxergava neles uma tendência de possível civilização, muitos intelectuais entendiam que, das partes que integravam o todo da população brasileira, apenas para os negros não havia solução. Schwarcz explica o seguinte:

Ao branco, cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação: “Não há

⁸² VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillip. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1844.

⁸³ VON MARTIUS, 1844, p. 443.

⁸⁴ SCHWARCZ, 1993

⁸⁵ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, era central na construção da identidade nacional.

dúvida que o Brasil teria tido”, diz Von Martius, “uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros”⁸⁶.

Portanto, dentre as diferentes raízes que formavam a população brasileira, uma era vista como degenerada e pouco tinha a contribuir com a nação que se pretendia construir. Essa noção, que passou a ser maquinada durante o Segundo Reinado, continuou fazendo parte do discurso republicano e do novo modelo político que o Brasil passou a seguir a partir de 1889.

O trecho que foi escolhido como epígrafe desta seção é originário do periódico oficial *Estado do Piauí*, de propriedade de A. Diniz, que também era o principal redator, segundo o que informa o cabeçalho do jornal. Diniz era dono do antigo órgão de notícias *O Telephone*, que foi encerrado antes da inauguração do jornal supracitado.

O periódico foi inaugurado no dia 14 de janeiro de 1890, e tinha como principal objetivo ser o órgão oficial do governo. Além disso, divulgava o discurso republicano e frequentemente tinha início com redações acerca da República brasileira e o Piauí. Os comentários feitos na epígrafe sobre o clima, as pestes e o povo reaparecem no mesmo jornal dois números depois. É provável que o autor fosse o proprietário, entretanto, esses escritos na maioria das vezes não eram assinados. É o caso da redação a seguir:

As condições étnicas e climatéricas, a uberdade do solo e a magnitude da natureza fizeram do brasileiro um ser amolentado e fraco, uma sub-raça imaginosa, inteligente, mas indolente e sem as energias másculas dos romanos e dos ingleses que também surgiram na vida como produtos de fusão de elementos dissimiles. Porém, se os fatores naturais nos fizeram moral e fisicamente débeis, a pupilagem monárquica impossibilitou-nos de adquirir uma educação própria a reagir à fragilidade da nossa própria constituição⁸⁷.

Os argumentos são muito parecidos com os utilizados anteriormente, sobretudo em relação ao determinismo geográfico e climático. Entretanto, dessa vez o autor deixa mais evidente a ideologia racial com a qual dialogava. Ao mencionar uma fusão de elementos distintos, que fariam do brasileiro uma “sub-raça”, o redator expõe, de maneira breve e nas entrelinhas, sua opinião acerca da miscigenação brasileira.

Em seu julgamento, essa fusão não havia dado certo como a ocorrida com os “másculos” romanos ou ingleses. Essa percepção traz consigo o ideal de que os elementos distintos que compõem a massa da gente brasileira não seriam tão bons quanto os que compuseram aqueles. Portanto, o neologismo “sub-raça” sintetiza o projeto eugênico: situa o brasileiro num degrau inferior da escala evolutiva. Quem seriam então os responsáveis por macular o sangue do povo brasileiro?

⁸⁶ SCHWARCZ, 1993, p. 84.

⁸⁷ UM APELO. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 4, p. 1, 22 jan. 1890.

Isso não está posto no texto. Contudo, esse é apenas mais um discurso entre os demais presentes no jornal em que se propõe uma análise política com críticas severas ao Império que teve fim meses antes. A leitura desses artigos pode permitir que se tenha uma resposta sobre a pergunta feita acima. É evidente que o racismo científico servia também aos projetos políticos republicanos.

Na terceira edição do jornal, o redator promove uma discussão sobre o uso do empirismo e da ciência na política. Considerando que o cientificismo é característico desse período, o discurso científico era utilizado como expressão da razão e no combate das paixões e inspirações emocionadas.

O redator propõe uma explicação do seria a política e como ela deveria guiar as sociedades conforme as suas necessidades. Além disso, explica a importância da ciência política quando usada corretamente, e lamenta que isso não ocorra na prática. Ainda que a análise proposta não tenha como foco esse discurso, interessa compreender que havia diálogo com os seus leitores.

No referido artigo, Spencer é mencionado, uma vez quem foi o responsável por construir a forma como se concebia as diferenças humanas e as hierarquias sociais a partir da ideia de que o mais apto sobreviveria. A citação de Spencer feita pelo redator não é algo que possa fazer referência direta às ideologias raciais, porém, é certo que havia uma leitura do teórico inglês por parte daquele que escreveu o texto no periódico piauiense.

Alguns números depois, mais especificamente no 22⁸⁸, o redator volta a expor sua bagagem teórica ao citar aqueles que são considerados fundadores da antropologia criminal, os italianos Cesare Lombroso, Raffaele Garófalo e Enrico Ferri. Novamente, o conteúdo em si do texto não interessa a este trabalho, mas a constatação dos autores com quem o redator do jornal piauiense dialoga. Ao utilizar como referência autores que foram responsáveis por uma das mais influentes ideologias nascidas no século XIX, a antropologia criminal, é possível inferir o universo teórico em que o redator estava inserido.

Segundo Cristiane Mérida, o positivismo médico presente nessas teorias foi adentrando o universo jurídico, que adotou em grande medida esse “materialismo biológico”⁸⁹. Assim, os traços físicos e raciais eram usados como símbolos de corpos mais propensos ao crime.

⁸⁸ O PEDIDO de demissão do conselheiro Rebouças, por parte dos estudantes. *Estado do Piahy*, Teresina, ano 1, n. 22, p. 1, 3 mar. 1890.

⁸⁹ MÉRIDA, 2009.

Essa concepção foi utilizada no Brasil, de forma bastante incisiva, pelo médico Nina Rodrigues, autor de *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*⁹⁰. Sua principal tese é a de que não poderia haver um código penal universal no Brasil dada a diferença biológica entre os habitantes do país. Afirmou:

Porventura pode-se conceder que a consciência do direito e do dever que têm essas raças inferiores seja a mesma que possui a raça branca civilizada? – Ou que, pela simples convivência e submissão, possam aquelas adquirir, de um momento para o outro, essa consciência, a ponto de se adotar para elas conceito de responsabilidade penal idêntico ao dos italianos, a quem fomos copiar o nosso código?⁹¹

Portanto, os ideólogos da Antropologia Criminal na Europa e no Brasil defendiam haver marcas físicas e raciais que determinavam o grau de criminalidade dos sujeitos, restando aos vistos como inferiores um julgamento distinto e próprio. E era com esses cientistas que o redator do jornal piauiense oficial do governo dialogava.

Em outra ocasião, no número 16⁹², o redator do periódico disserta sobre um possível projeto de imigração para o Piauí, que denomina de colonização. A princípio, o autor engrandece a natureza da região, uma riqueza natural que havia sido alvo de crítica do historiador britânico Thomaz Buckle⁹³, outro nome com quem estabelece diálogo. Entretanto, discorda do argumento do estrangeiro, que defendeu que o meio geográfico e o clima teriam levado a população a um desempenho insignificante na indústria e na ciência, não ficando claro se estava se referindo ao Piauí ou ao Brasil.

É interessante notar que nesse artigo os comentários deterministas do historiador britânico foram chamados de “extremados exageros de sábio”⁹⁴, mas em números anteriores o jornal publicou opiniões muito próximas a essa. É provável que a contradição seja decorrente do olhar de fora dos intelectuais brasileiros, o auto-exotismo, conforme explicitado.

Dessa forma, a opinião de um europeu, cidadão das metrópoles ditas civilizadas, englobaria também o letrado brasileiro, acostumado a olhar tudo de fora e ser um narrador observador, que ao se encarar no espelho rapidamente se incomoda com a vista de ser um narrador personagem.

⁹⁰ RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Popular, 1894.

⁹¹ RODRIGUES, 1894, p. 74.

⁹² A VERBA “Colonização”. *Estado do Piahy*, Teresina, ano 1, n. 16, p. 1, 19 fev. 1890.

⁹³ Segundo Romero, “Henry Buckle teceu suas teses deterministas a partir de um modelo de civilização inglês, que tomava a Inglaterra – enquanto potência internacional oitocentista – como um referencial de desenvolvimento tecnológico, econômico e social”. ROMERO, 2016, p. 194.

⁹⁴ A VERBA colonização. *Estado do Piahy*, Teresina, ano 1, n. 19, p. 1, 22 fev. 1890.

A seguir, o texto passa a discutir a necessidade da chegada do “homem civilizado” para transformar os frutos da abundante natureza em produtos que trariam riqueza para o Piauí. O universo natural seria muito rico, mas faltaria ali uma humanidade capaz de criar a partir dessa riqueza. Nas palavras do redator:

Entretanto aí dormita a natureza inculta e por mais que ela se requinte em galas, restará sem valor enquanto a inteligência operosa do homem civilizado não vier transformar estes elementos naturais em fontes espancadoras das necessidades individuais e sociais, em panóplias para as lutas do existir nas agremiações civilizadas⁹⁵.

Como a redação trata da colonização do estado do Piauí, é possível perceber que, na visão do autor, era necessária a chegada de um homem melhor do que aqueles que ali já estavam. Aguardava-se uma espécie de ser humano notável para fazer prosperar as riquezas inexploradas do lugar.

Sendo assim, o redator do periódico se dispõe a contribuir para o debate acerca da imigração necessária para fazer o Piauí prosperar. Nesse trecho, o autor parece já estar conformado com o fato de que os europeus que migraram para o Sul do país não colocariam os pés no Norte de forma alguma. A opinião do redator é próxima da de Nina Rodrigues, que afirmou: “Nestas condições acho difícil não reconhecer que a imigração branca, de há muito extinta para o Norte do Brasil, não tem grandes probabilidades de se restabelecer”⁹⁶.

Por conta disso, o autor admite: “Nos parece que melhor seria a [imigração] brasileira, porquanto uma adaptação secular já lhe deu as condições fisiológicas necessárias para resistir aos rigores do clima”⁹⁷. Os brasileiros indicados pelo redator como possíveis colonizadores do território piauiense seriam os cearenses.

Quanto aos europeus, o autor não os descarta integralmente, mas compreende que a chegada de parte desses sujeitos do velho continente seria acompanhada de uma série de dificuldades, sobretudo por conta do clima. Porém, os europeus não formavam uma unidade homogênea; alguns deles, segundo o texto, poderiam se adaptar ao Piauí – estes seriam os portugueses.

Em suma, o autor do artigo do jornal oficial do governo elegeu como desejável a entrada de cearenses e portugueses para transformar a natureza do Piauí em algo rentável para o progresso do estado. Ele acrescenta que “cearenses e portugueses guiados por alemães ou suíços são os imigrantes que mais nos podem convir”⁹⁸. Ou seja, para além da presença física

⁹⁵ A VERBA..., 22 fev. 1890, p. 1.

⁹⁶ RODRIGUES, 1894, p. 67.

⁹⁷ A VERBA..., 22 fev. 1890, p. 1.

⁹⁸ A VERBA..., 22 fev. 1890, p. 1.

de cearenses e portugueses, era necessário que houvesse uma espécie de liderança de alemães ou suíços nessa dinâmica.

Assim como elege esses grupos como desejáveis, o redator aponta aqueles que considera indesejáveis, ainda que de maneira implícita. Os habitantes do Piauí eram incapazes de levar o estado ao progresso, segundo o pensamento do autor, por isso a necessidade de conseguir investimentos para o incentivo da imigração.

Portanto, é evidente que o redator defende que o progresso no Piauí poderia ser dirigido por alemães ou suíços, enquanto os cearenses e portugueses são vistos como intermediários. Ainda que não especifique quais cearenses seriam desejáveis, sua proposta silencia os outros povos. As respostas para essa postura podem ser dadas conforme os teóricos com quem o autor dialoga.

Dessa maneira, os responsáveis por macular o sangue brasileiro, na visão do redator, são os mesmos monstros que ele apresenta no texto eleito como epígrafe. Esses monstros que habitavam o Piauí também habitavam o Senegal; seriam “sub-raças”. Uma vez que os brancos europeus seriam os responsáveis pelo progresso, os negros e indígenas seriam os “elementos dissímiles” que impediam o brasileiro de ser como romanos e ingleses.

3 A FABRICAÇÃO DAS HIERARQUIAS: RAÇA COMO TECNOLOGIA SOCIAL NO SÉCULO XIX E XX

Imagine a construção de uma pirâmide. Ao dividi-la em segmentos, nota-se que cada parte diminui de tamanho à medida que se aproxima do topo. No campo da história e da sociologia, esse modelo visual tornou-se o recurso didático por excelência para ilustrar as divisões sociais, sendo amplamente utilizado na educação básica. Do Egito Antigo ao Antigo Regime europeu, recorremos a esse artifício para demonstrar uma constante na trajetória humana: a alocação de lugares sociais distintos para grupos específicos, baseada em critérios de poder e prestígio.

Essa perspectiva revela que as sociedades não são aglomerados aleatórios, mas estruturas regidas por códigos sociais que desenham fronteiras invisíveis. Essas marcações definem quem ocupa o topo, a base ou os degraus intermediários a partir de uma característica, ou da ausência dela, considerada crucial por quem detém a hegemonia.

Na leitura coletiva de um sujeito, existem marcas que se destacam e o antecedem. Antes mesmo que um indivíduo se apresente com sua complexidade singular, ele é decodificado através de marcadores historicamente construídos. Esses sinais funcionam como um anteparo: a partir deles, a sociedade projeta expectativas, define condutas e estabelece o que se espera (ou o que se nega) àquele corpo. O indivíduo, portanto, não é percebido isoladamente, mas como parte de um grupo cujas semelhanças, reais ou inventadas, servem para diferenciá-lo dos demais. Através desse pré-julgamento, o lugar social é definido antes mesmo do primeiro contato.

A eficácia desses marcadores reside na existência de um padrão normativo, muitas vezes implícito, que funciona como a régua de desqualificação da multiplicidade humana. Erving Goffman⁹⁹ ilustra esse mecanismo ao descrever o arquétipo do indivíduo que não tem do que se envergonhar. Para o autor, esse ideal funciona como um sistema de valores comuns que pressiona o sujeito a encarar o mundo sob uma perspectiva de eterna comparação.

Qualquer indivíduo que falhe em preencher esses requisitos, o que, na prática, abrange a vasta maioria da população, é empurrado para uma percepção de si mesmo como “indigno, incompleto ou inferior”. Cria-se, assim, uma dinâmica onde o sujeito marcado pela diferença alterna entre a ocultação de seus traços e uma postura defensiva, evidenciando que o “lugar

⁹⁹ GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcio Paulo de Oliveira. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

social” é também um lugar de gestão da própria identidade frente ao olhar desqualificador do outro.

No caso brasileiro, esse lugar social não é apenas uma posição estática; ele revela uma relação de poder capaz de aprofundar abismos. Trata-se de uma hierarquia indispensável para a manutenção de uma sociedade fundada pelo colonialismo e estruturada pelo racismo. Viver nessa configuração exige dos sujeitos uma percepção aguçada de seu contexto, pois a produção de sentidos sobre si e sobre o “outro” é atravessada por essas tensões arraigadas.

O século XIX foi palco de rupturas fundamentais para a fabricação dessa gramática nacional. Com a lenta e tortuosa desarticulação da mão de obra escravizada, as fronteiras entre os grupos tornaram-se turvas e disputadas. À medida que o contingente de libertos crescia, o debate sobre o lugar do negro na construção da nação tornava-se central. O binômio senhor-escravizado estava em esgotamento, mas a mentalidade senhorial persistia, buscando novas formas de preservar as velhas hierarquias.

Nesse cenário de crise da monarquia e do elemento servil, a elite intelectual e política brasileira empenhou-se em reafirmar divisões sociais sob novas roupagens. A ideologia racial, embora não fosse inédita, tornou-se o racismo científico no final dos oitocentos. Essa pretensa cientificidade conferiu uma nova camada de credibilidade aos preconceitos, uma vez que o debate migrava dos costumes para os círculos de prestígio: faculdades de Medicina, Direito, gabinetes políticos e redações de grandes jornais.

O conceito de raça passou a ser a ferramenta fundamental para elaborar o significado da “gente brasileira”. Para a elite da época, era imperativo formular como a presença de raças vistas como “inferiores” impactaria o progresso do país. Como bem explica Wlamyra Albuquerque em sua pesquisa sobre racialização e cidadania, a ideia de raça, muitas vezes de maneira velada, infiltrou-se nos debates jurídicos, nas decisões políticas e na construção dos símbolos nacionais.

Essas percepções, analisadas por Albuquerque no contexto baiano, encontram eco em outras regiões, como no Piauí do mesmo período. Em ambas, a herança escravista e o novo discurso científico convergiram para determinar papéis sociais através da raça, cristalizando lugares de onde emanam as hierarquias que ainda hoje desafiam a democracia brasileira.

A historiadora chama atenção para o debate em torno desse lugar social apresentado. Ao analisar dois casos ocorridos na Bahia, um de 1873 e outro de 1880, encontra, nos depoimentos, lembretes sobre o lugar de cada personagem envolvida nas denúncias. O primeiro se refere a uma mulher parda e forra que se recusou a aceitar uma bebida de um homem aparentemente branco, mas de poucas posses. Segundo este homem, a parda “não

saberia seu lugar” ao recusá-lo e lhe atirar pedras. O segundo é de uma mulher escravizada fugida, de pele clara, que teria suscitado no chefe de polícia fortes sentimentos de piedade, ao ponto de negociar a alforria da cativa foragida por achar que a mulher “quase branca” mereceria um mais “justo lugar”¹⁰⁰.

Albuquerque destaca que as expressões utilizadas para se referir ao lugar de cada um são típicas de sociedades hierarquizadas. As duas mulheres, segundo a autora, foram inquiridas acerca do que lhes cabia naquela sociedade, qual era a posição que cada uma deveria ocupar¹⁰¹.

Um detalhe importante posto pela autora, que certamente diz muito sobre as fontes e o trabalho com esse tipo de tema, é que, no primeiro caso, a mulher negra e liberta foi assim descrita no boletim policial feito após a denúncia do homem que tentou conquistá-la, que também foi descrito, ainda que sua cor de pele, ou se era liberto ou escravizado, tenham sido ocultados. Esse silêncio faz com que Albuquerque chegasse à conclusão de que provavelmente se tratava de um homem branco e livre¹⁰².

A percepção da diferença, ser entendido como negro, ou outra raça subalternizada, é algo digno de nota, uma vez que o narrador universal na cultura ocidental é branco. Por meio dos registros da cultura escrita é possível perceber facilmente que os traços racializantes recebem destaque e servem como parâmetros para identificar textos com essa abordagem e localizar seus interlocutores.

É frequente nos textos do período a constatação de que a raça é um marcador identificável apenas em alguns grupos. Os indivíduos considerados brancos não são mencionados, pois houve uma construção na percepção do Ocidente, e em regiões que receberam sua influência, de que são o modelo de humanidade, enquanto os outros são vistos como inferiores¹⁰³.

Sopesando essas informações, é imprescindível analisar a construção de lugares, fronteiras e expectativas sobre determinados sujeitos baseados nos marcadores impostos e definidos pela sociedade no decorrer da história, determinantes para analisar, também, os próprios sujeitos.

Em 1898, o jornal *Estafeta*, instrumento de divulgação dos pensamentos políticos e ideológicos de alguns dos principais nomes da elite local, publicou um texto que narrava a

¹⁰⁰ ALBUQUERQUE, 2004.

¹⁰¹ ALBUQUERQUE, 2004.

¹⁰² ALBUQUERQUE, 2004.

¹⁰³ CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

história de um furto, dividido em vários números. O autor, Fernando Antônio Aguiar Almendra¹⁰⁴, expõe seu amargor na seção “Por conta alheia”. Sua denúncia carrega um olhar sobre os atores sociais e nos ajuda a compreender de que maneira ele e seus interlocutores percebiam a sociedade oitocentista em alguns aspectos, sobretudo do ponto de vista da racialização, conceito importante para este trabalho.

Em seu relato, Almendra atribui o furto sofrido a uma jovem de origem cigana, enfatizando reiteradamente a ascendência étnica da suposta autora. Chama atenção a insistência do autor em vincular a prática criminosa à etnicidade da acusada, operação discursiva que revela a racialização como mecanismo interpretativo. Para Almendra, a associação entre “ciganos” e a “rapinagem” parece naturalizada, como evidencia sua afirmação:

Agora vamos saber, donde procede a família da autora do roubo? Sei que o pai do cigano José da Silva era primo legítimo do pai de Trajano Costa, da mãe de Antônio Ribeiro Soares e do pai da larápia Rosa Ribeiro Soares [...] Se o cigano vive da rapinagem, como é sabido, dos seus descendentes não se deve esperar outra coisa que não seja a rapinagem também¹⁰⁵.

A passagem expõe um determinismo étnico: o crime é interpretado não como ato individual, mas como manifestação de um caráter grupal, supostamente hereditário. Tal raciocínio ecoa a falácia essencialista que associa práticas delituosas a marcadores raciais; no caso, a premissa de que “ser cigana” explica causalmente o furto.

A denúncia permite ainda desvendar hierarquias punitivas na sociedade oitocentista. Almendra contrasta a impunidade da jovem cigana com o tratamento dispensado a negros, argumentando: “Se fosse um preto ou caboclo que tivesse roubado, teria ido para a cadeia debaixo do facão e já teria restituído o roubo”¹⁰⁶. A comparação explicita um regime diferencial de justiça: enquanto a cigana é estereotipada como inerentemente criminosa, a população negra é situada em um lugar social de hiper-punição, onde a repressão violenta opera como norma.

Essa dupla racialização — a cigana como criminosa por natureza e o negro como corpo a ser disciplinado — revela como categorias raciais estruturavam expectativas sociais sobre castigo e culpa.

A partir do que foi exposto, é possível afirmar que, em grande medida, a maneira pela qual os indivíduos são lidos pela percepção coletiva definirá provavelmente os rumos de sua

¹⁰⁴ ALMENDRA, Fernando Antônio Aguiar. A pobreza com honra é preferível a riqueza com desonra. *Estafeta*, Teresina, ano 1, n. 24, p. 4, 24 maio 1898.

¹⁰⁵ ALMENDRA, 24 maio 1898, p. 4.

¹⁰⁶ ALMENDRA, 24 maio 1898, p. 4.

vida em sociedade. Suas características físicas e/ou culturais são marcadores sociais que falam por si e definem o suposto lugar desses sujeitos.

É importante compreender quais seriam esses marcadores. Quais seriam as principais características alvos do julgamento social e atreladas ao topo ou à base da pirâmide social brasileira? A partir de uma rápida análise da complexa formação da gente brasileira, é possível dar a esta pergunta diferentes respostas. Contudo, o elemento mais marcante na dinâmica de hierarquias sociais no Brasil é a raça e todas as profundas peculiaridades que essa ideologia carrega consigo.

Essa leitura social, entretanto, não é um fenômeno aleatório, mas herdeira de uma longa tradição de vigilância. No Piauí do século XIX, por exemplo, essa “decifração” do corpo negro era operada cotidianamente através dos anúncios de fuga na imprensa. Como demonstra Talyta Marjorie Lira Sousa¹⁰⁷, os periódicos imperiais funcionavam como uma vitrine de desumanização, onde o escravizado era reduzido a uma cartografia de sinais: o formato do nariz, a descrição da boca, a cor da pele e, de forma mais violenta, as cicatrizes de açoites ou marcas de facadas. Ali, o corpo não era apenas matéria, mas um mapa de estigmas que definia o sujeito como propriedade a ser recuperada e vigiada.

Este capítulo se detém a explicar a complexidade da ideologia racial e dos processos de racialização, principalmente em um período em que as elites intelectuais e políticas (grupos compostos, em geral, pelas mesmas pessoas) passaram a mergulhar nas águas do cientificismo e a raça passou a ser a pauta do dia nos ambientes acadêmicos e governamentais nos séculos XIX e XX.

Além disso, é feita uma investigação da maneira pela qual os ideólogos piauienses absorveram essas ideologias, contribuíram com as práticas de racialização de sujeitos e fortaleceram estigmas acerca desses grupos racializados, sobretudo os identificados como negros¹⁰⁸.

¹⁰⁷ SOUSA, Talyta Marjorie Lira. TEM FUGIDO MAIS DE UMA VEZ E MUDA SEMPRE O NOME: OS ANÚNCIOS DE FUGA DOS JORNAIS PIAUIENSES DO SÉCULO XIX. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão, v. 10, n. 24, p. 1–20, 2024.

¹⁰⁸ Sobre a simetria entre o estigma do negro e de outros grupos estrangeiros, como os chineses, cabe uma distinção fundamental baseada na colonialidade do poder. Embora a “questão chinesa” tenha despertado forte xenofobia no Brasil oitocentista, sendo os asiáticos descritos como “degenerados” ou “imprestáveis para a lavoura”, tal estigma operava sob uma lógica distinta da racialização negra. Enquanto o chinês era o “estrangeiro indesejado” por não contribuir para o projeto de branqueamento da nação, o negro era o “outro interno” cuja humanidade fora estruturalmente anulada pela escravidão. A rejeição à imigração chinesa por parte da elite intelectual — que preferia o europeu mesmo sob custos maiores — demonstra que o critério soberano não era a nacionalidade, mas a raça. Assim, a exclusão do negro não deriva de sua condição de “estrangeiro” (visto que a maioria já era de nacionais/crioulos), mas de uma marca racial ontológica que o situava no limite do humano.

3.1 O feio, o mal e o delírio: debatendo raça e racialização

“O negro é símbolo do mal e do feio. Cotidianamente, o branco coloca em ação esta lógica”¹⁰⁹. Assim Frantz Fanon expõe as noções que foram construídas acerca de um grupo, e eternizadas na cosmovisão ocidental e ocidentalizada. Homens e mulheres negros foram definidos como exemplares do mal e do feio. Portanto, ser colocado dentro desse grupo é um artifício de deslegitimação e inferiorização. Essas categorizações baseadas no discurso racial permitiam que se mantivessem no topo da hierarquia social justamente aqueles que detinham o poder de construí-las.

A partir desse poder de racializar sujeitos, surgia também a capacidade de criar estigmas sociais. A ciência era instrumentalizada como um selo de garantia para, deliberadamente, agrupar indivíduos e desenhar fronteiras quase intransponíveis entre os grupos. Os membros de cada coletividade geralmente compartilhavam características, como a cor da pele, o tipo de cabelo, os traços corporais e os costumes culturais. Enquanto a alguns desses grupos era atribuída uma humanidade plena, outros eram lançados à desumanização.

Essa dinâmica interpretativa pode ser elucidada mediante a abordagem de dois conceitos fundamentais para esta investigação: raça e racialização. Ambas as noções devem ser compreendidas através da perspectiva histórica, dado que são permeadas por rupturas e permanências ao longo do tempo. O que constitui raça e quais sujeitos podem ser racializados são processos que se moldam conforme os agentes sociais e as temporalidades específicas nas quais se inserem.

Dentro dessa complexa teia social, as características fenotípicas não são os únicos elementos que determinam a inserção em círculos marginalizados. É necessário atentar-se às interpretações vigentes em cada período histórico acerca dos sujeitos, compreendendo que raça não é uma categoria natural. Não existiria, portanto, uma essência racial intrínseca, mas sim contextos que definem quando grupos e indivíduos são ou não alvo de racialização.

Sobre a construção da ideologia racial, Achille Mbembe argumenta que a raça opera como aquilo que promove a “fermentação do delírio” — o delírio daqueles que diariamente arquitetam os símbolos das diferenças. Considerando a história colonial ocidental, certos povos foram intensamente alvo desses delírios por parte dos dominantes, sendo o negro, no

¹⁰⁹ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008. p. 154.

escopo deste trabalho, o foco central. Conforme o autor expõe em *Crítica da razão negra*: “o negro e a raça têm sido sinônimos, no imaginário das sociedades europeias”¹¹⁰.

Mbembe, assim como Fanon, sustenta que o grupo identificado como negro carrega consigo os símbolos do que é socialmente estigmatizado como negativo. Embora ambos enfatizem essas percepções como construções europeias, esta pesquisa reconhece sua assimilação pelas elites intelectualizadas brasileiras. Para Mbembe, a percepção sobre o negro é invariavelmente um ato de estranhamento, um elemento obscuro no espaço social, alvo de arbitrariedades, sobre o qual se erigem símbolos que seus próprios arquitetos rejeitariam:

[...] ninguém — nem aqueles que o inventaram e nem os que foram englobados nesse nome — gostaria de ser um negro ou, na prática, de ser tratado como tal. [...] Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele e de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura: a da loucura codificada¹¹¹.

Nessa mesma linha, Fanon discute como, na Europa, o negro personifica o mal. É estabelecida uma dicotomia irreconciliável:

Na Europa, isto é, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro. [...] Quando a civilização europeia entrou em contacto com o mundo negro, com esses povos selvagens, todo o mundo concordou: esses pretos eram o princípio do mal¹¹².

Essas noções hegemônicas do pensamento ocidental materializaram-se globalmente mediante a dominação colonial e imperialista, uma dominação que operava tanto no plano espiritual, quanto material. Assim, o outro, particularmente o negro, tornou-se símbolo da inferioridade e negatividade. No século XIX, esse discurso foi revestido de uma formulação pretensamente científica.

A categorização do outro pelo europeu integra o que Mbembe denomina “autoficção” ou “autocontemplação” do Ocidente. A identidade desse grupo moldou-se através de uma visão que instituiu a Europa como “centro de gravidade do mundo”¹¹³. Dessa dinâmica emerge uma relação de poder com o diferente, o que Sueli Carneiro conceitualiza como Dispositivo de Racialidade:

[...] o dispositivo de racialidade instaura, no limite, uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras. Ou, dito de outro modo, a superioridade do Eu

¹¹⁰ MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições, 2018. p. 13.

¹¹¹ MBEMBE, 2018, p. 13.

¹¹² FANON, 2008, p. 160.

¹¹³ MBEMBE, 2018.

hegemônico, branco, é conquistada pela contraposição com o Outro, negro¹¹⁴.

O Outro como lugar de negação converte-se simultaneamente em espaço de afirmação do Eu. Para Carneiro, o Eu hegemônico (branco) detém o modelo de humanidade padrão, a partir do qual todos são julgados. O Outro, na perspectiva da filósofa, é o negro.

A negatividade atribuída ao Outro (negro) funciona como alicerce para a positividade do Eu hegemônico (branco), de modo que a bondade deste exige a maldade daquele. Nessa relação de poder inerente ao dispositivo de racialidade, fortalece-se quem consegue agregar indivíduos na categoria “Outro”. Esse mecanismo é designado por Robert Miles como racialização. Conforme definido na obra *Racism*:

Um sinônimo para conceito de “categorização racial”, definida como um processo de delineamento de fronteiras de grupos e alocação de pessoas dentro dessas fronteiras por uma referência primária a características (supostamente) inerentes e/ou características biológicas (usualmente fenotípicas)¹¹⁵.

A racialização impõe, assim, lugares sociais segmentados e hierarquizados, utilizando como ferramenta primordial marcadores físicos e biológicos. Compreender esse processo no contexto piauiense é essencial para desvendar a formação histórica tanto da nação, quanto do estado. Identificar os ideais de racialização da elite local e seus ideólogos oferece um caminho para decifrar a construção das hierarquias sociais e suas permanências, especialmente no que concerne às populações negras e não-brancas.

Em suma, os indivíduos identificados como negros são postos em uma zona do não-ser¹¹⁶, como afirma Fanon. O que Carneiro aponta em sua obra possui aproximação com os clássicos escritos de Fanon, uma vez que ambos chamam atenção para esta dupla existência no mundo¹¹⁷.

Para o filósofo martinicano, o mundo é bipartido em duas zonas: a zona do ser e a zona do não-ser. Habitantes da segunda zona, as pessoas lidas como negras, transitam nesse espaço de negação de cidadania, de dignidade, de humanidade. Em contrapartida, a zona do ser é povoada por aqueles sujeitos para os quais a identidade é sinônimo de humano e de cidadão¹¹⁸.

¹¹⁴ CARNEIRO, 2023, p. 13.

¹¹⁵ MILES, Roberts; BROWN, Malcom. *Racism*. London/New York: Routledge, 2003. p. 100, apud GATO, Matheus. *O massacre dos libertos: sobre república e raça no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2020. p. 51.

¹¹⁶ FANON, 2008, p. 26.

¹¹⁷ CARNEIRO, 2023.

¹¹⁸ FANON, 2008.

Essa contraposição entre as identidades erguida na modernidade marca a maneira pela qual se definem as estruturas sociais. É a partir desses modelos raciais, em grande medida, que sociedades colonizadas, como a brasileira, armam suas fronteiras, seus limites, suas cercas. O jogo social deve ser jogado de forma que cada personagem saiba ou seja alertado sobre sua posição em relação aos demais.

Aquilo que hoje pode ser rechaçado ou dito de forma velada, era dito em voz alta e naturalizado. As alegações acerca dos dilemas raciais brasileiros e análises sobre indivíduos negros eram feitas de maneira crua e usadas como comentário especializado, anedota ou ataque pessoal.

Todos esses posicionamentos se somavam e colaboravam com fundamentações e fortalecimentos de estigmas sociais sobre determinados grupos de pessoas que carregavam consigo as marcas do passado escravista, e daquele atual estado de racismo científico e abolicionismo omissivo quanto às questões raciais, ou que até mesmo adotava ideologias racistas.

Dessa maneira, raça e racialização são dois esquemas que foram amplamente utilizados entre o fim do século XIX e começo do século XX como ideologias voltadas para articular pensamentos e práticas voltados para uma nação que se constituía em meio a um turbilhão de mudanças políticas e sociais, e que permanecia enroscada em grandes contradições e dilemas de toda natureza, inclusive racial, assunto alvo de debates entre parte da elite intelectual brasileira.

Sendo assim, a construção da “incompletude” do sujeito negro na imprensa e nas letras piauienses não era um exercício puramente retórico; ela tinha uma finalidade pragmática de controle social. Como demonstra Chrigor Libério¹¹⁹, o pós-abolição no Piauí foi marcado por um esforço institucional de disciplinarização do trabalho negro. Através da repressão à vadiagem e da vigilância constante, o Estado buscava corrigir o que a elite definia como a inércia “natural” do liberto. Dessa forma, a exclusão analisada nesta pesquisa revela-se como o lastro simbólico que permitia a aplicação de políticas de disciplina, mantendo o trabalhador negro sob uma tutela rigorosa, mesmo após a queda do regime servil.

3.1.1 Deve uma mulher negra conhecer a liberdade?

¹¹⁹ LIBERIO, Chrigor Augusto. *Pós-abolição no Piauí (1888-1940): Entre o campo, a cidade e as experiências de trabalho e disciplina da população negra*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora, 2024.

Liberdade é uma palavra que carrega uma diversidade de significados que, ao serem debatidos, nos levam para muitos lugares distintos. Essa aspiração, ao ser indagada, nos oferece ainda mais questionamentos. Afinal, o que seria liberdade? No contexto da escravidão, a liberdade seria uma condição jurídica de não pertencer a alguém? É uma possibilidade. Mas e a liberdade do senhor de possuir propriedade privada? Era outra possibilidade, e ambas conviviam no que parece ser uma contradição.

A ideologia que expressa a idealização de liberdade seria o liberalismo, que foi fabricado em um contexto em que existia a força dos regimes absolutistas e a ânsia por derrubá-los. Concomitantemente, a escravidão se consolidava. Quanto a isso, os interlocutores dessa corrente de pensamento não demonstravam interesse em alargar as fronteiras da liberdade para que dela fizessem parte todos os grupos.

Além disso, nomes de destaque do iluminismo e do liberalismo foram coniventes com a escravidão e colaboraram para forjar identidades através da violência colonial e escravocrata. Exemplos como o de Immanuel Kant são reveladores da maneira como o Ocidente construiu certas categorias e estigmas desde a inauguração da modernidade, com ideais de quem seria considerado como o centro e aqueles que viveriam na periferia da humanidade.

Kant é enfático quanto à separação do mundo entre brancos e negros ao dizer que entre os africanos e os seus descendentes não havia um exemplo sequer de algum desses indivíduos que houvesse chegado próximo das supostas capacidades superiores dos brancos. Ele defende, portanto, uma inferioridade genética do negro¹²⁰. Pondera:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro tenha demonstrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes¹²¹.

Kant defende, ainda, que a diferença mental entre brancos e negros é tão grande quanto as distinções entre suas cores, e acrescenta que os negros são vaidosos e matraqueadores, dignos de pauladas. A modernidade se construiu, portanto, através da afirmação de superioridade do branco e da suposta degradação do negro.

¹²⁰ FOÉ, Nkolo. A questão negra no mundo moderno. *Sanboja: Revista de História da África e de Estados da Diáspora Africana*, v. 4, n. 8, p. 59-82, dez. 2011.

¹²¹ KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*: ensaio sobre as doenças mentais. São Paulo: Editora Clandestina, 2018. p. 114.

A fabricação da modernidade teve como produto uma grandiosa ponte construída sobre o Atlântico, a Europa ligando África e América em uma conexão que moldou os rumos da humanidade. Brasil e África, areias diferentes, mesmo mar. A violência colonial e escravista traçou os destinos desse território, forjou identidades e as reforçou. Uma das principais vítimas dessa dinâmica é a mulher negra¹²², atravessada por distintas opressões.

Para além de todos os episódios ocorridos durante a escravidão, há também o acontecido no suposto território da liberdade, que na modernidade era habitado por brancos. Pessoas negras precisavam comprar essa condição. Ou, melhor dizendo, deveriam alugar esse espaço caso quisessem gozar parcialmente daquilo que era ser livre.

De início, é necessário problematizar o conceito de liberdade, pois alguns sujeitos históricos nunca festejaram plenamente o fim de seus grilhões. É o caso de Lisarda, mulher negra liberta, mas que nunca foi de fato vista como livre. A leitura social feita sobre ela a impediu de viver plenamente longe dos inquisidores. Vivente da cidade de Teresina no século XIX, foi atingida por uma série de denúncias sobre seu comportamento. Um exemplo é a reclamação no jornal *O Semanário*, onde consta:

Na rua Grande, entre a Boa Vista e a do Imperador, existe um calojo (caloji) ou coito de quantos escravos vadios há nesta cidade e que muito incomoda aos vizinhos, pelas imoralidades, desaforos e insultos que saem daquele *centro de devassidão*, que muito depõe contra os créditos de uma cidade que aspira aos foros de civilizada. É cabeça desse coito de imoralidade uma preta velha de nome Lisarda, ex-escrava do Sr. D. G. Pedreira, proprietário do prédio em que mora tal imoral e em sua corrupta companhia, que segundo nos consta, emprega-se em serviços do Sr. Pedreira, a quem, *por isso mesmo*, cumpria moralizá-la; mas não o fazendo, à polícia compete tomar providência em bem da moralidade pública e sossego das famílias vizinhas. Ao Ilmo. Sr. Capitão José Feliz Alves Pacheco, atual delegado de polícia, e que tantas provas há dado de fiel executor da lei, pedimos, em nome da moralidade pública e dos créditos da nossa pequena cidade, mas já civilizada capital, que mande chamar à sua presença a Sr.^a Lisarda e lhe recomende mais prudência, decência e respeito às famílias vizinhas, prometendo-lhe o castigo que merece se continuar na vida devassada que tem adotado. Se o Sr. Capitão José Feliz quiser moralizar a casa do Sr. D. G. Pedreira, o que contamos como certo, pois conhecemos a sua atividade e zelo, prestará um relevante serviço à moralidade pública e terá direito aos merecidos encômios dos vizinhos¹²³.

Lisarda, mesmo sendo ex-escravizada, era questionada e julgada por viver a condição de liberdade. Ser livre como um homem branco era visto como ultraje. Isso não poderia vir de uma mulher negra, portanto, quando aconteceu, foi algo digno de matéria jornalística e pedido de intervenção senhorial, tanto daquele que já não era mais seu senhor como da polícia.

¹²² AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidades*. São Paulo: Pólen, 2018.

¹²³ A PEDIDO. *O Semanário*, Teresina, 28 out. 1877.

A mulher parece sofrer, nesse caso, pelo cruzamento de pelo menos duas violências: a racial e a de gênero. Do ponto de vista da interseccionalidade, é possível notar uma espécie de “colisão de estruturas”¹²⁴ que nos revelam um cruzamento entre questões de gênero e raça. Através desse instrumento teórico-metodológico, é possível interpretar a denúncia contra Lisarda dentro dessa conjunção de violências.

Por um lado, a presença de pessoas negras em sociabilidades festivas é um acontecimento lido por aqueles que denunciam como algo que contraria os anseios de modernidade de Teresina. Não é incomum que houvesse a utilização desse estigma que colocava civilidade e modernidade como coisas opostas ao comportamento de pessoas negras.

Essa visão é repleta de violência racial, mas não para por aí. A grande culpada pela denúncia é aquela que eles chamam de preta velha, Lisarda. Como forma de disciplinar essa mulher negra, indicam aquilo que comumente era utilizado como forma de repreender e controlar sujeitos lidos como não-brancos: a polícia¹²⁵.

Para além disso, o controle que se pretendia impor sobre Lisarda é característico das violências de gênero na forma pela qual se submete a mulher a outras autoridades para que ela possa ser disciplinada. Sua vida não é controlada por si, mas por homens que saberiam melhor do que ela como se portar e se colocar no mundo.

Esse controle se torna ainda mais severo por se tratar de uma mulher negra. Controle, disciplina e repressão são multiplicados na tentativa de intervir nas ações de Lisarda. A visão sobre ela e outras mulheres que circulavam pelas ruas e participavam de festividades era semelhante. Seriam todas mulheres sem moral, loucas, atrevidas. A liberdade não lhes cabia.

Segundo Mairton Celestino da Silva¹²⁶, de acordo com a visão de mundo advinda do paternalismo, as mulheres do século XIX, em especial as mulheres brancas, pertenciam ao ambiente domiciliar. O efeito da violência de gênero cruzando com outra identidade racial gera outro contexto, nesse caso, o da idealização de uma feminilidade branca recatada e do lar.

Silva acrescenta que o comportamento de Lisarda, e das outras mulheres que se comportavam como ela, era visto pelos homens da cidade como algo que fugia às regras, algo que apenas pessoas de temperamento forte poderiam fazer. Essa percepção coloca essas mulheres racializadas em um território oposto à feminilidade branca, vista como regrada,

¹²⁴ AKOTIRENE, 2018, p. 14.

¹²⁵ SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na Rua dos Negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

¹²⁶ SILVA, 2008.

doce, sutil e submissa. Era preferível para o mundo masculino branco, definidor dos rumos da sociedade, a mulher previsível e controlável. Quando não pelas convenções sociais da branquitude, pela imposição paternalista e até mesmo policial.

3.1.2 Tipos sociais: José Macaco e Capitôa

Outra forma muito comum de caracterizar os sujeitos no final do século XIX e início do século XX era a classificação de tipos sociais. As lentes pelas quais os redatores e intelectuais piauienses desse período enxergavam o mundo eram forjadas por uma série de teorias biológicas e sociais, que circulavam em seus espaços de formação acadêmica, como a Faculdade de Direito de Pernambuco, lugar onde o darwinismo social de Herbert Spencer perpassava a mente dos formandos e professores. Os jornais piauienses frequentemente descreviam os personagens do cotidiano do estado, sobretudo da capital, Teresina. Eram pequenos textos de caráter divertido, que até mesmo evocavam certa nostalgia das figuras que compunham o complexo tabuleiro de xadrez do ambiente urbano teresinense.

A seção “tipos da rua” apareceu nos jornais *O Artista* e *Estafeta*, apresentando em diversas edições personagens simbólicos que eram minuciosamente categorizados. No número 14 do primeiro jornal citado, o anúncio da coluna é feito com a seguinte justificativa:

Abrimos hoje em nossas colunas uma série de perfis de alguns tipos que têm desenrolado sua atividade nas ruas de Teresina. Não se pode negar que os tipos de rua são dignos de serem apreciados, por isso que a sociedade muito lhes deve pelos serviços que eles prestam, sem recuar ante sua qualidade, sempre alegres e dedicados. Daremos um tipo por número¹²⁷.

Essa categorização dos sujeitos simbólicos rapidamente desaguava em um processo de racialização. O aspecto mais revelador dessas colunas é que, quando um desses sujeitos era negro, o autor invariavelmente explicitava essa característica como um dos primeiros elementos descritivos, conferindo significação racial à personagem. Um exemplo emblemático ocorre no jornal *Estafeta*, que narra a história de um indivíduo apelidado José Macaco. Ele era barbeiro e antigo morador de Teresina, mas essas informações eram insuficientes para transformá-lo em símbolo caricato. Sua descrição racializada incluía:

Alto, magro, curvado, negro bem negro, cara de símio, maxilares prógnatos, dentes mal alinhados e amarelos, não relaxava um fraque velho [...]. Vivia do ofício de barbeiro, que desempenhava muito mal, principalmente nos dias em que empinava o copo, o que aliás fazia quase sempre. [...] Era, entretanto,

¹²⁷ TIPOS de rua. *O Artista*, Teresina, ano 1, n. 14, p. 3, 25 mai. 1902.

um espírito forte, pois nunca se deixou arrastar pela popularidade do molecório vadio¹²⁸.

Em poucas linhas, constrói-se uma rede de significados que transcendem José Macaco e recaem sobre outros corpos negros. Seu próprio apelido remete ao animal frequentemente associado ao negro, repetindo-se na descrição de sua “cara de símio”. Essa estratégia de animalização não era casual, como explica Fanon: “Ter a fobia do preto é ter medo do biológico. Pois o preto não passa do biológico. É um animal. Vive nu”¹²⁹.

Essa desumanização era reforçada pelas teorias raciais vigentes, especialmente na vulgarização do darwinismo, que posicionava negros em estágio evolutivo próximo ao dos macacos. Sintomaticamente, na mesma edição do jornal, a coluna seguinte trazia um poema banal sobre um macaco doméstico que destruía objetos e apanhava de seu dono. Além disso, a ênfase na incompetência profissional de José Macaco, atribuída ao alcoolismo, consolidava a representação não de um indivíduo, mas de um tipo racial.

Seguindo o mesmo padrão discursivo, o periódico *O Artista* narra a trajetória de Martiniana, popularmente denominada Capitôa. Sua caracterização inicial reproduz o viés racial observado no caso de José Macaco, sendo imediatamente identificada como negra. O veículo a retrata como: “um tipo africano, corpulenta, de voz forte e sempre disposta”¹³⁰.

O redator B. Lemos estabelece desde as primeiras linhas o enquadramento racial: não uma mulher, mas uma mulher negra de perfil africano, dotada de presença física marcante e temperamento vigoroso.

A narrativa prossegue detalhando sua origem oeirense, a migração para Teresina e a sua sobrevivência como quitandeira. O cronista reiteradamente enfatiza sua corporeidade, acrescentando informações sobre seus rituais festivos: “fazia e vendia seus quitutes e bolos, estes apreciados por muitos da cidade, bem como seu pé de moleque, um destaque”¹³¹.

Sua dimensão religiosa igualmente recebe tratamento racializado. Conforme explicita o texto: “A Capitôa, como toda a gente de cor preta, era devota de S. Benedicto”¹³². Essa generalização opera uma redução identitária, encapsulando-a num coletivo racial homogêneo onde individualidades se dissipam.

A descrição de seus atributos pessoais consolida o estereótipo: “Era enorme a atividade da Capitôa, só conhecida nos homens de forte temperamento”¹³³. Aqui cristaliza-se a

¹²⁸ TIPOS da rua. *Estafeta*, Teresina, ano 1, n. 6, p. 4, 7 jun. 1898.

¹²⁹ FANON, 2008, p. 143.

¹³⁰ LEMOS. B. A Capitôa. *O Artista*, Teresina, ano 1, n. 17, p. 3, 15 jun. 1902.

¹³¹ LEMOS, 15 jun. 1902, p. 3.

¹³² LEMOS, 15 jun. 1902, p. 3.

¹³³ LEMOS, 15 jun. 1902, p. 3.

desfeminização da mulher negra, sua energia é associada ao universo masculino, distanciando-a do ideal burguês de “belo sexo”. Essa representação ecoa o diagnóstico de Angela Davis sobre a escravidão: “as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas [...] poderiam ser desprovidas de gênero”¹³⁴.

Configura-se assim uma oposição binária: a mulher branca (frágil, delicada) versus a mulher negra (hiperfísica, virilizada), que encarna o Outro negativo, que fundamenta a superioridade branca. O ápice desumanizante ocorre no relato sobre seus irmãos, que reivindicam herança após sua morte: “Por essa ocasião, vieram de Oeiras para tomar conta do espólio dois irmãos seus, espécimes mais completos da origem dos homens. Eram dois orangotangos que quase não sabiam, por impossibilidade material, fazer uso da palavra”¹³⁵.

A animalização é explícita e estratégica. Ao compará-los a orangotangos e negar-lhes capacidade linguística, o cronista os expulsa do âmbito humano. Conforme Frantz: “O branco está convencido de que o negro é um animal; [...] Ele tem necessidade de se defender deste ‘diferente’, isto é, de caracterizar o Outro”¹³⁶.

Portanto, zoológicos humanos, experimentos craniométricos e representações animalizantes integravam um mesmo projeto: naturalizar hierarquias raciais mediante a catalogação da diferença como degeneração. Na visão dominante, as diferenças existiam e deveriam ser pronunciadas, analisadas e categorizadas.

Capitôa e José Macaco integram esse universo. Foram escolhidos como representantes de um todo, os grupos negros. A partir de suas vivências, aparências, escolhas e atitudes, desenhava-se a forma como todos os outros negros e negras provavelmente viviam, aparentavam, escolhiam e agiam.

São modelos, os tipos sociais. José Macaco é descrito como um homem negro que empenha de maneira desleixada o seu trabalho e se entrega aos vícios; é dessa maneira, em geral, que enxergavam os homens negros. Capitôa é lida como uma mulher negra que trabalha no pesado, corpulenta, devota de São Benedito e viril. Assim seria vista boa parte das mulheres como ela. Eles não são eles, eles são todos.

Para além disso, José Macaco, Capitôa e seus irmãos são desumanizados e postos em lugares que nos anunciam a forma como negros e negras eram entendidos em uma sociedade repleta de violência racial. Seus traços, suas cores, sua cultura, tudo isso era colocado como

¹³⁴ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹³⁵ LEMOS, 15 jun. 1902, p. 3.

¹³⁶ FANON, 2008, p. 147.

pertencente a uma raça inferior, que dentre os humanos estava mais longe da humanidade e mais próxima da animalidade.

Dessa maneira, a representação do sujeito negro na imprensa piauiense do período imperial oferece subsídios para a compreensão dos mecanismos de exposição e tipificação racial no contexto em questão. Um outro registro analítico relevante e peculiar encontra-se no jornal *O Piauí*, em 1869 (n. 96), através de um texto redigido em primeira pessoa, que projeta uma subjetividade negra no espaço público da letra.

A natureza da autoria desta peça permanece como uma zona de ambiguidade documental: embora não se possa afirmar a certeza de uma autoria simulada por redatores brancos, o texto ilustra uma estratégia de representação que transita entre a concessão da palavra e a sua imediata deslegitimação. Ao observarmos a construção narrativa, percebe-se um movimento de exposição que se inicia com o relato do sujeito:

Até mesmo os pretos, como eu, vão se tornando sediciosos e parecem prestes a atentar contra a existência dos brancos. Esta minha raça jamais perdoará a menor ofensa recebida. No entanto, devia lembrar-se que Cam foi amaldiçoado, e todos os seus descendentes a sua pessoa, razão porque tanto sofremos e merecemos os desprezos das outras raças.

Contudo, essa aparente agência é desarticulada pela própria estrutura do jornal, que evoca a maldição de Cam para que se rememore um dos principais mitos sustentadores da escravidão, e ainda encerra a peça recorrendo à animalização como recurso definitivo de classificação social. O uso de versos para selar a narrativa opera uma redução do sujeito ao plano biológico e instintivo, conforme se depreende da passagem:

De lado vê-se um jumento,
Deitado figura um porco.
Em pé devia-se um touro,
Sendo um bode fedorento.

Não tem crinas e é rabicho,
A razão disto direi;
É que tudo lhe arranquei,
Desolando esse bicho.

Acima dos olhos tem
Uma cinza de cabelos;
O Jacurutu tem molde;
E feias formas contem. [...]

[...] PARA ABREVIAR.

Ele se chama Ruumundo,
Caetano nome de preto,
Pardo-vasco fedorento,
Cobridor de musgo crespo.

O Velho Mutuá fria.

A associação com figuras como o jumento, o porco e o “bode fedorento”, somada à menção de nomes estereotipados como “Caetano nome de preto”, revela uma tecnologia de poder que visava fixar o negro no plano do animal e do grotesco. Existe uma continuidade analítica direta entre este registro de 1869 e os processos de estigmatização observados posteriormente em figuras como José Macaco e Capitôa.

Se no jornal *O Piauí* a animalização aparece como um “fecho” literário que nega a humanidade do sujeito, em José Macaco essa mesma lógica é institucionalizada através de uma alcunha pública que se torna indissociável de sua identidade social em Teresina. Da mesma forma, a exposição da Capitôa na imprensa retoma o recurso do “feio” e do “estranho” (como o “Jacurutu” citado nos versos de 1869) para reafirmar a necessidade de vigilância sobre corpos que a elite pretendia manter sob o jugo da desqualificação.

Portanto, independentemente da identidade racial de quem escreveu o texto em *O Piauí*, sua funcionalidade na economia do jornal era a de produzir um tipo social para o consumo da elite. O negro era inserido na página não como um par de debate, mas como um objeto de classificação. Essa gramática da inferioridade, que utilizava o verso e o escárnio para situar o negro no plano do animal, forneceu os alicerces para o controle social no pós-abolição, garantindo que o sujeito racializado permanecesse conceitualmente posicionado aquém da humanidade plena, mesmo quando ocupava, momentaneamente, o espaço da palavra impressa.

3.2 “Coisa de preto”

No processo de construção do discurso racial, existe uma espécie de mapa que define os espaços sociais e físicos a que pertence cada categoria racial. Algumas fontes exemplificam que ao longo do tempo tentou-se definir quais vivências, festividades e lugares seriam demarcados pela racialização. Isso ou aquilo é “coisa de preto”? Se fosse, seria certamente algo visto como negativo.

Em geral, “coisas de branco” não eram necessariamente demarcadas de maneira explícita. É necessário lembrar que a categoria “branco” é construída como algo neutro, uma identidade universal e imaculada, uma humanidade plena. Porém, culturas notadamente ocidentais (brancas) eram entendidas como algo de maior valor.

É fundamental ressaltar, contudo, que a utilização de termos como “coisa de preto” ou a demarcação de um “lugar de negro” nas crônicas da época não deve ser interpretada como a existência de uma segregação física hermética ou de fronteiras espaciais intransponíveis. A realidade das ruas de Teresina, das festas de santo e dos batuques era marcada por uma profunda fluidez e pela presença de sujeitos de diversos matizes raciais e estratos sociais.

Essa dinâmica evidencia o que Serge Gruzinski (2001) denomina como a força dos “mundos mesclados”, nos quais os fluxos de interação social ignoram as divisões estanques que o pensamento ocidental tenta, incessantemente, estabelecer. Ao rotular uma prática ou um logradouro como estritamente “negro”, a elite letrada operava o que Gruzinski descreve como a “obsessão por categorizar”: uma estratégia de desqualificação simbólica que buscava conferir ordem a uma realidade inerentemente híbrida. Ao isolar a prática no campo da “barbárie”, a elite não apenas justificava a vigilância policial, mas tentava negar a autonomia imprevista dessas misturas, reafirmando fronteiras que a vivência cotidiana das ruas piauienses insistia em borrar.

Prova disso era o incômodo, por vezes manifestado em tom de escândalo, de certos articulistas com a presença de brancos nesses redutos. Esse estranhamento denuncia que a preocupação não recaía sobre uma separação geográfica de fato, mas sobre a manutenção da distinção social; a mistura era vista como uma “contaminação” que ameaçava borrar as hierarquias que a elite tentava preservar através da escrita e do controle dos corpos.

Em muitos momentos, os representantes da cultura letrada piauiense deixavam explícita essa visão de mundo ao exaltar a cultura europeia e a estadunidense, que no século XIX se erguia rumo à hegemonia global. Os valores da cultura e da história do Ocidente eram glorificados e comparados aos do Brasil como forma de exaltar aquilo que se entendia como farol da humanidade.

É o caso, por exemplo, da comemoração da data da Revolução Francesa como dia da liberdade e independência dos povos americanos. Em um texto da revista de letras piauiense *Alvorada*, escrito provavelmente por Higino Cunha, esse fato é relatado e o autor festeja o dia 14 de julho e a escolha da rememoração do fato. O redator diz o seguinte:

O governo provisório da República no Brasil, consagrando 14 de julho à comemoração da liberdade e da independência dos povos americanos, fez bem, incluindo a célebre data na lista dos dias de festa nacional. Parece, porém, que restringiu um pouco a significação histórica da Revolução Francesa, de cujos benefícios tem aproveitado e vai aproveitando toda a civilização do planeta, e não somente o continente americano¹³⁷.

¹³⁷ H. C. 14 de julho. *Alvorada*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4. 15 jul. 1909.

Restaria saber quais povos a Revolução Francesa libertou na América. Ainda que consideremos que o seu legado possa estar atrelado às independências do continente, ele não se estendeu ao fim da escravidão no Brasil, que foi continuada após 1822. Contudo, esse debate não interfere na percepção da ideologia construída a partir dos ideais ocidentais e a posição que ocupavam enquanto norteadores da civilidade e modernidade. Modernidade essa que é entendida pelo autor da revista como fruto da Renascença europeia.

Não apenas a perspectiva histórica e filosófica ocidental norteavam as mentes de parte da intelectualidade brasileira. Quando o assunto era moda, luxo e beleza, quem ditava as tendências a serem seguidas era, também, a cultura europeia, sobretudo a francesa. Para garantir certa semelhança com aquilo que havia de mais sofisticado, de acordo com o entendimento da época, era necessário saber o que se usava em Paris.

A revista citada anteriormente trazia uma seção específica sobre aquilo que era considerado tendência. No primeiro número do periódico, a seção Elegante aparece com a temática especial de Correio da Moda para noivas. Para além das dicas, é possível notar a imensa quantidade de termos franceses e aquilo que as noivas francesas estavam fazendo, para que as brasileiras se atentassem e fizessem o mesmo¹³⁸.

Ao destacar as práticas de moda francesa, é possível compreender a construção do país como referência daquilo que deve ser seguido. O exemplo do trecho a seguir demonstra isso: “Outro uso que desapareceu por completo foi o do buquê. As noivas parisienses abandonaram inteiramente esse incômodo acessório [...]”¹³⁹. A partir disso, é possível esperar que as noivas brasileiras abandonassem também seus buquês.

Por meio da interpretação desses exemplos podemos compreender em que medida a cultura Ocidental era absorvida pelo Brasil. De maneira geral, era positivo e desejável seguir os passos da Europa e Estados Unidos, uma vez que esses povos tinham a marca da civilidade, portanto, segui-los poderia significar estar próximo disso.

Entretanto, ao destacar o que é desejável, há a necessidade de um contraditório como forma de afirmação. Se houvesse um padrão a ser seguido, qual seria aquele a ser evitado? Do ponto de vista racial é possível deduzir que a cultura Ocidental é branca, seria, então, a cultura negra o ponto oposto nesse espectro? Em grande medida, sim.

Se por um lado a cultura parisiense era exaltada, as manifestações locais, com forte presença negra, eram alvo de debates acerca do bem ou do mal que faziam para a imagem do

¹³⁸ CORREIO da moda. *Alvorada*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 14. 15 jul. 1909.

¹³⁹ CORREIO..., 15 jul. 1909, p. 14.

Piauí. As festas populares eram centrais nas disputas em torno da modernidade e da civilidade, objetos de desejo da elite piauiense.

É necessário lembrar que as manifestações culturais negras eram rejeitadas desde o nascedouro da modernidade via colonialismo e escravismo. Do século XVI em diante o que se perpetuou foi a tentativa de castração daquilo que fazia parte do universo simbólico africano e era carregado por escravizados na Diáspora.

A fé, as festas, a língua e outras formas de ser do africano foram perseguidas e desestimuladas para que prevalecesse a cultura do colonizador. Movimento semelhante ocorreu com os nativos americanos que sofreram fortemente com os ataques à alteridade e passaram por profundos processos de aculturação.

Para os agentes do colonialismo, a única verdade possível era a da Europa católica e branca. Os indígenas e africanos, na visão colonial, eram idólatras e agentes de Satã, como aponta Jean Delumeau¹⁴⁰. Era, portanto, missão desses colonizadores trazer o seu deus para esses locais e expulsar o mal, conforme suas crenças.

Nesse contexto, as manifestações culturais feitas por escravizados eram um elemento estranho para os colonos brancos. Seus tambores, danças e costumes eram desconhecidos pelos senhores e causavam certa aversão. Distante do mundo simbólico Ocidental, esses encontros e sociabilidades ocorriam e aterrorizavam os brancos. Acerca disso, Delumeau aponta:

No Brasil especialmente, cultos clandestinos subsistiram — e afloraram novamente — entre os indígenas e sobretudo entre os negros trazidos da África. Os escritores e os viajantes dos séculos XVI-XVIII não puderam deixar de assinalá-los. Ao lê-los, percebe-se que o dia pertencia aos brancos e a noite aos escravos. Posto o sol, os caminhos do Brasil se fechavam aos brancos, que se trancavam em suas vastas moradas por temor aos escravos. E estes aproveitavam a escuridão para reencontrar e exprimir uma sociabilidade que não podia moldar-se à firma do sistema colonial¹⁴¹.

A escuridão da noite servia como forma de esconder aquilo que não deveria ser visto na lógica colonial. Os negros com suas simbologias ameaçavam a cultura simbólica dominante dos europeus e colonos brancos, que se apavoravam com a ideia de presenciar uma cultura por eles demonizada.

Tão distantes de Deus, tão próximos de Satã e dividindo a mesma terra dos colonos, os escravizados foram criando estratégias de sobrevivência física e simbólica, o que fez do Brasil

¹⁴⁰ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

¹⁴¹ DELUMEAU, 2009, p. 395.

um país tão profundamente negro apesar das tentativas constantes ao longo da história de embranquecê-lo.

Essas investidas contra as manifestações culturais que supostamente manchavam a civilidade e bons costumes ocorreram também no século XIX. Havia, conforme mencionado, uma sobreposição da cultura Ocidental sobre as demais, especialmente a negra, como forma de opor o que seriam dois extremos.

Algumas festividades, por exemplo, causavam grande incômodo e rapidamente se tornavam alvo de críticas e opiniões daqueles que se transformavam em porta-vozes dos que se opunham a determinadas celebrações populares. Em alguns casos, utilizavam, inclusive, da racialização de eventos festivos como argumento máximo de repúdio.

Assim como a denúncia feita contra a liberta Lisarda e suas festas, o bumba meu boi era também alvo de repressão dos civis e da polícia. O festejo junino era celebrado com grande entusiasmo por parte da população, enquanto era vista como uma festa bárbara e deselegante, causando desgosto em parte da elite piauiense.

Durante as festas de São João do ano de 1903, uma ação foi tomada e desagradou boa parte das camadas populares interessadas em comemorar os festejos daquela temporada. A polícia decidiu proibir a saída do bumba meu boi e, para isso, resolveu fazer patrulhamento em busca de manter a suposta ordem. Esse episódio foi descrito no seguinte trecho do periódico *Pátria*:

Correu, com desusado entusiasmo, o tradicional festejo de S. João, este ano. Além dos fogos de salão, fogueiras, atiraram muito busca-pé nas ruas, o que traz aliás sérios inconvenientes. A polícia proibiu a saída do bumba meu boi. Foi um verdadeiro clamor, falou-se em respeitar a ordem da autoridade, aliciou-se gente para isso, mas, diante da atitude da polícia, rondado a cidade de patrulhas dobradas, aquartelando a força disponível e pondo todas as suas autoridades a serviço, arrefeceram-se os ânimos e a ordem pública não foi alterada, nem desacatada a determinação de dr. Chefe de polícia¹⁴².

A ação policaiesca em torno da comemoração demonstra o grau de vigilância sobre o evento popular. A participação do povo numa festa desse tipo incomodava alguns setores da sociedade, que através de falas mais conservadoras e repletas de elitismo julgavam como inadequado o comportamento dos brincantes, os quais seriam, na visão de parte da elite, exóticos, grotescos, bárbaros. Alguns deixavam escapar o fator racial ao apontar a festa como coisa de negro.

Em *Um manicaca*, é possível observar como Adias Neves ilustra o uso do elemento racial para realizar a leitura do festejo, elencando negros de forma animalizante ao utilizar os

¹⁴² FESTA de S. João. *Pátria*, Teresina, ano 1, n. 35, p. 1, 29 jun. 1903.

termos “possantes” e “caboclos” como provável sinônimo de mestiços. Abdias Neves escreveu o seguinte:

Levado aos ombros de quatro negros possantes, [o Bumba] surgia dentro de uma nuvem de fogo. Bombas estrondeavam pelo chão. Busca-pés coletavam como serpentes, rabeando por entre os caboclos, ameaçando-os com a sua cauda inflamada. Os caboclos, vestidos de escarlate, sacudindo os grandes penachos da cabeça e da cintura, movendo o arco improvisado, se agitavam, fugiam, defendiam-se, aos saltos, dos busca-pés, das espadas e das bombas, pulando sempre e cantando sempre¹⁴³.

Portanto, é importante compreender que esse festejo, assim como outras manifestações culturais populares, era rodeado de símbolos e práticas que demonstraram o caráter diverso da cultura brasileira formada por diferentes etnias. Porém, esse caráter era comumente visto como um elemento estranho e minimamente exótico ao olhar do branco.

A procissão em torno do boi alcançava muitas pessoas afoitas e curiosas para ver o folguedo passar. O olhar de jornalistas e cronistas acerca dessa comemoração, mesmo que fascinado, carregava uma série de julgamentos que demonstram a visão conservadora e elitista mencionada. É o caso do que diz João Pinheiro no *Almanak Piauiense*, que é republicado no jornal *O Monitor* da seguinte forma:

Rapazes, sujos, malvestidos, calçando luvas de couro de bode, chegavam aos saltos, acompanhando suas grotescas evoluções coreográficas e aplicavam-lhes as faces tismadas a chama coruscante das espadas que, não raro, lhes explodiam nas mãos, danificando-as. [...] e o boi prosseguiu sua marcha grotescamente vitoriosa e ruidosamente aclamada pela parva garotagem¹⁴⁴.

O autor da crônica admira a popularidade do folguedo, mas não deixa de tecer comentários pouco elogiosos ao adjetivar os passos e coreografias como grotescos, além de chamar atenção para a condição social dos brincantes, descrevendo-os como sujos, malvestidos e sem zelo algum.

Em determinada passagem do texto, aponta como tudo aquilo ocorreu graças à benevolência da polícia que havia deixado tudo ocorrer, como se aquela festa popular precisasse sempre do aval das autoridades. Não era somente um festejo, era um caso de polícia, que deveria julgar como aceitável ou não a realização e, se permitisse, estaria sempre vigilante.

No fim do dia, essa noção de que o festejo deveria estar em constante vigilância é explicada por alguns motivos, entre eles os preconceitos de classe e raça, que no Brasil estão

¹⁴³ NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. p. 68.

¹⁴⁴ O BOI. *O Monitor*, Teresina, ano 2, n. 60, p. 2, 19 dez. 1907.

fortemente interligados. O bumba meu boi era comumente compreendido como uma festa de negros, carregando com isso todos os estigmas que a racialização poderia fornecer.

O negro não era visto como um humano por inteiro em vários sentidos. Não saberia socializar sem usar da violência, incivilidade e da falta de decoro, portanto, deveria ser vigiado pelos agentes responsáveis por deter a prerrogativa do uso da violência do Estado. Já vimos, até aqui, casos que explicitam essa ideia de que o negro era o alvo mais comum da ação violenta policial na visão da sociedade, como na denúncia de furto de Almendra e nas acusações contra Lisarda.

Dessa forma, as sociabilidades que não eram vistas como adequadas pela elite eram racializadas como forma de inferiorização, porque se houvesse a participação de negros em determinados ambientes como protagonistas, ver-se-ia imediatamente a oportunidade de rebaixar e violentar os seus integrantes.

Essa interpretação parte da análise de afirmações como a seguinte:

Pessoas residentes na Avenida Frei Serafim pediram-nos que reclamássemos providências das autoridades policiais desta capital contra o ensaio noturno de célebre bumba meu boi, o qual é feito ali por um grupo de caboclos quase sempre embriagados que não respeitavam o sossego das famílias e ofendem a moralidade com ditérios obscenos etc. Ora, cremos que atualmente só no Piauí é ainda tolerada esta ridícula brincadeira de negros [...] Demais, se é que se permite a brincadeira do bumba meu boi, o ensaio deve ser feito no Poti ou em outro lugar mais distante de Teresina, onde a gentinha possa alargar o círculo da sua imoralidade. Esperamos que o Excelentíssimo Senhor dr. Secretário da Polícia providencie no sentido de ser removido da pitoresca avenida o mortuário e fúnebre preliminar do bumba meu boi¹⁴⁵.

No trecho em questão fica evidente o teor racial da reclamação e o clamor para tornar intolerável no Piauí aquela “ridícula brincadeira de negros”. Para além do julgamento moral acerca do barulho e do incômodo que esses ensaios poderiam causar, me ocupo em perceber a ideologia da raça sendo utilizada como instrumento de menosprezo e desumanização dos brincantes.

Os negros eram entendidos como representantes do festejo, julgado como ridículo e como um atentado à moral das famílias teresinenses. Eram, portanto, inimigos dos cidadãos de acordo com o tom utilizado. Eram julgados como uma gente de menor qualidade, que deveria ser colocada para longe e, novamente, deveriam ser vigiados e perseguidos pela polícia.

Entre controles e punições, havia negociações para manter viva a cultura popular, sobretudo da população negra. Contudo, é possível perceber que essas sociabilidades não

¹⁴⁵ BUMBA meu boi. *Gazeta*, Teresina, ano 1, n. 24, p. 1, 7 jun. 1905.

eram naturalizadas como as brancas, eram sempre motivos de brigas, incômodos, vigilâncias e policiamento. As manifestações culturais não-brancas sobreviveram apesar disso.

Os espaços ocupados por negros e negras eram assim entendidos, pois a presença deles fazia com que deixassem de ser espacialidades “neutras” e se tornassem “lugares de negro”. Os sambas, pagodes e batuques eram lidos dessa maneira, e despertava reações negativas.

Era comum que no findar do século XIX todas essas festividades fossem perseguidas de alguma maneira na intenção de diminuir a frequência ou calar de vez os tambores. Em diferentes lugares do Brasil foram criadas tecnologias de repressão para afastar a possibilidade da realização de comemorações negras. Do Rio de Janeiro, passando por Salvador, incluindo Teresina, a polícia buscava ostensivamente diminuir e até proibir os festejos.

A visão do negro como um potencial criminoso — corroborada pelos discursos raciais — também é um estigma erguido nessas dinâmicas. Segundo Thomas Skidmore: “Tais violências reforçavam a imagem do negro como um elemento atrasado e antissocial, dando assim à elite novo incentivo para trabalhar por um Brasil mais branco”¹⁴⁶.

Nesse sentido, as festividades que contavam com uma grande participação negra eram postas como algo de natureza ilegal e criminosa, funcionavam numa área cinza entre a possibilidade de acontecer e a tentativa de eliminar. Era uma zona de perigo determinada, assim, principalmente, para afastar a civilização branca desses espaços e criar uma fronteira em que estariam apenas os não-brancos, com suas festas “degeneradas”. Sobre isso, dialogando com José João Reis, Silva afirma que:

Ainda que autoridades policiais observassem nos batuques, sambas e bumba-meu-boi uma visível presença negra, fica evidente que a preocupação não era o preto em si, mas a possível e estranha associação que se forjaria entre “pessoas de grandes circunstâncias” e a população negra da cidade. Os sambas ou os batuques escondiam, portanto, solidariedades que poderiam reunir não só comunidades de escravos, mas também alcançar os brancos da cidade¹⁴⁷.

Portanto, essas relações sociais complexas não eram bem-vistas por muitos membros da elite, que logo tratavam de demarcar os espaços e os limites que deveriam ser estabelecidos entre o que era entendido como civilizado e aquilo que deveria ser rechaçado enquanto uma prática considerada bárbara.

¹⁴⁶ SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 64.

¹⁴⁷ SILVA, 2008, p. 114.

É preciso pontuar que eram amplamente estimulados o controle social e a vigilância sobre qualquer tipo de conduta que saísse das linhas traçadas pelo poder público¹⁴⁸. De toda maneira, o brasileiro era regulado por essas forças que pressionavam a população em direção a modelos de modernidade que por aqui não encontravam correspondência até então. Era como aprender uma nova língua, uma língua falada na Europa.

Muitas coisas poderiam exceder o limite do aceitável para aqueles que tentavam construir uma civilização moderna, nem sempre o tom racial era utilizado nesse sentido. Contudo, levando em consideração que os modelos de civilidade eram os ocidentais brancos, boa parte das condutas que ultrapassavam as fronteiras da tolerância eram fortemente racializadas. Nem todas as ações criticadas eram feitas por pessoas negras e não-brancas, mas quase todas as coisas feitas por essas pessoas eram reprovadas.

Essa dinâmica de demarcação de territórios simbólicos se comunicava diretamente com a delimitação de espaços físicos racializados. Não somente as festividades eram vistas como coisa de negro, havia também a materialização da raça no mundo físico. É o caso da Rua dos Negros, tema amplamente debatido por Silva em *Batuque na Rua dos Negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*¹⁴⁹.

A Rua dos Negros é descrita por Silva como uma via que dava acesso ao Campo de Santana, freguesia das Dores. Lugar onde ocorriam muitas sociabilidades entre escravizados e libertos, pessoas que carregavam consigo as marcas da escravidão em seus corpos e transitavam aos montes por esse espaço.

Não havia a “Rua dos Brancos”, não havia necessidade porque, seguindo a lógica do dispositivo de racialidade, todas as ruas eram dos brancos. Aquela que surgia como um território estranho dentro dessa dinâmica precisava ser nomeada para especificar sua

¹⁴⁸ Entre o fim do século XIX e início do século XX, havia uma busca por parte da elite e do poder público por assimilar os modelos das civilizações europeias e estadunidense, pois convencionou-se, pela própria força imperialista desses países, que a civilidade era algo parecido com o que se via nesses lugares. A partir disso, um esforço conjunto foi iniciado para moldar as sociedades brasileiras dentro desses modelos de vida; para isso era preciso, na visão das classes dominantes, intervir nos espaços e educar a população, mesmo que de maneira menos amorosa. Quanto ao caso de Teresina, Teresinha Queiroz explica que: “As novas formas de civilidade a muito custo vinham sendo introduzidas na cidade. Crianças e adultos estavam sempre, pelo menos na avaliação dos redatores dos jornais, precisando de corretivos e de ajustes de maneiras. Precisavam aprender a manter as distâncias sociais, a frequentar de modo adequado os eventos, a bater palmas — aplaudir é também um saber, uma arte —, a receber, a comportar-se à mesa, enfim, a não “avançar”. Os adultos deveriam deixar as crianças em casa à noite, delimitando assim um espaço para os adultos, ensinando a não roubar objetos das toaletes alheias e outros vários aprendizados do jogo social e da etiqueta moderna. A toda hora os redatores puxavam a orelha da sociedade local, indicando reiteradamente as novas normas de civilidade”. QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *As diversões civilizadas em Teresina: 1880-1930*. Teresina: FUNDAP, 2008. p. 17.

¹⁴⁹ SILVA, 2008.

existência barulhenta aos ouvidos da suposta civilidade. Transitar por aquela rua e viver os mundos que nela havia era também coisa de negro.

3.3 Libertos das senzalas, presos ao cativeiro social: o reforço das hierarquias raciais durante o período abolicionista e no pós-abolição

O colonialismo escravista foi, sem dúvida, o grande sistema responsável por criar as estruturas hierárquicas das sociedades colonizadas, sendo o fator racial um dos principais elementos formadores da condição social que cada grupo detinha na formação desse mundo dominado pela Europa.

A relação entre senhor e escravizado era complexa e tinha várias características que poderiam variar no tempo e no espaço, mas não é possível negar que o elemento racial era predominante na construção do escravismo moderno. Escravizado, em geral, é um termo que está fortemente atrelado aos sujeitos negros.

É um erro, contudo, acreditar que a história negra no Brasil se resume à escravidão. Ainda que o sistema escravocrata tenha sido perpetuado por séculos, sequestrando africanos para a América e impondo o trabalho forçado, punições físicas, desumanização e falta de dignidade a eles e aos seus descendentes, havia aqueles que perfuravam essa realidade através da luta pela conquista da liberdade, comprando suas alforrias, formando quilombos ou mesmo nascendo livres.

Como já debatido anteriormente, a escravidão negra ocorrida na modernidade é fruto da desumanização de africanos e de seus descendentes, que na dinâmica colonial eram colocados como sujeitos inferiores, produto do domínio ocidental sobre os negros. Tal percepção é fundadora das relações entre as diferenças nesse mundo moderno que se construiu com base em inúmeras violências.

No Brasil, o rompimento com o trabalho escravizado ocorreu no dia 13 de maio de 1888, dia em que foi assinado a Lei Áurea. Entretanto, a luta pelo fim da escravidão é longa e ocorreu de diferentes maneiras. Se por um lado os escravizados lutaram desde o início contra o escravismo, o movimento pelo fim da escravidão protagonizado por outros setores só tomou corpo a partir da segunda metade do século XIX, conhecido como Abolicionismo.

O verbo “abolir” carrega consigo significados como “tornar nulo”, “anular”, “revogar”, “pôr fora de uso”, “afastar” e “suprimir”¹⁵⁰. Portanto, fica nítido que esse verbo por si só não define muita coisa, exceto que seu uso juntamente de alguma outra palavra indica o fim do que esta tem a oferecer. Se alguém diz que vai abolir o uso de gravatas, elas deverão deixar de ser usadas. Parece trivial, mas os usos das palavras indicam contextos e analisá-las é de suma importância.

O abolicionismo seria, em uma análise mais linguística, mais um dos casos em que uma palavra é acrescentada do sufixo “-ismo”. Esse sufixo carrega uma série de discussões acerca de sua origem e definições, que fogem ao objetivo deste trabalho. O que pode ser apropriado deste debate é que o sufixo possui uma diversidade usos, e um bastante difundido é aquele presente, por exemplo, no dicionário *Houaiss*, que define que “-ismo” é usado para designar “doutrina, sistema, teoria, tendência, corrente etc.”¹⁵¹.

Sendo assim, é possível afirmar que o abolicionismo seria a corrente ligada ao ato de suprimir? Isto somente não basta, é necessário acessar o contexto do termo para que se compreenda que esse movimento queria pôr fim à escravidão — um termo sem seu contexto se esvazia de significado.

O termo tem variações e diferentes formas de adesão. Pôr fim à escravidão não seria uma aspiração entre os próprios escravizados? Não haveria estratégias e uma corrente de pensamento entre os cativos que fosse a favor da demolição do sistema escravista? A História mostra que sim¹⁵².

Ora, por que seria o abolicionismo uma doutrina somente do século XIX? A resposta pode ser dada através dos ideais dos abolicionistas. É o caso de Joaquim Nabuco, homem branco, político, advogado e diplomata brasileiro, deputado federal por Pernambuco durante a

¹⁵⁰ MICHAELIS. *Abolir*. São Paulo: Editora Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/abolir>. Acesso em: 17 jun. 2025.

¹⁵¹ HOUAISS. *Ismo*. São Paulo: UOL, 2023. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#2. Acesso em: 17 jun. 2025.

¹⁵² Albuquerque explica isso ao dizer que “A agitação negra marcou a luta contra a escravidão na sociedade brasileira. A revolta escrava, individual ou coletiva, foi o primeiro e principal instrumento de instabilidade da ordem vigente. Rebeliões, crimes contra senhores, fugas e tantas outras formas de ação escrava vivenciadas no Brasil, até quando não explicitavam esse propósito, construíram os caminhos para a falência do mundo governado por proprietários de pessoas”. ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra* (Bahia, 1880-1890). 2004. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 346.

década de 1880¹⁵³. Nabuco escreveu, dentre muitas obras, *O Abolicionismo*, onde busca explicar o movimento que defendia. A partir de suas definições, é possível compreender o que, para ele, seria esse sistema de crença. Em uma das passagens, Nabuco afirma que:

Em 1850 queria-se suprimir a escravidão, acabando com o tráfico; em 1871, libertando desde o berço, mas de fato depois de vinte e um anos de idade, os filhos de escrava ainda por nascer. Hoje quer-se suprimi-la, emancipando os escravos em massa e resgatando os ingênuos da servidão da lei de 28 de setembro. É este último movimento que se chama abolicionismo, e só este resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é sua própria liberdade¹⁵⁴.

Desta maneira, Nabuco vai além e determina que, até pelo menos meados da década de 1870, não havia de fato abolicionismo nas práticas políticas, as quais buscavam resolver somente questões parciais. O verdadeiro abolicionismo, para ele, seria aquele que pregava o fim total da escravidão e buscava “apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia”¹⁵⁵.

Porém, é preciso ressaltar que o desejo pelo fim da escravidão não ocorreu somente na década de sua extinção. Então, por que a insistência em caracterizar esse movimento como marca exclusiva da segunda metade do século XIX? A explicação provável para isso pode ser encontrada no mesmo texto de Nabuco. Para ele, o abolicionismo era uma doutrina político-institucional orquestrada por homens importantes, que se preocupavam com os escravizados, ou algo semelhante. Isso é visto em trechos como: “o abolicionismo é, assim, uma concepção nova em nossa história política, e dele, muito provavelmente, como adiante se verá, há de resultar a desagregação dos atuais partidos”¹⁵⁶; ou quando afirma: “nesse sentido, o abolicionismo deverá ser a escola primária de todos os partidos, o alfabeto da nossa política [...]”¹⁵⁷, bem como na passagem: “a propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos”¹⁵⁸.

Neste sentido, o abolicionismo pode ser definido como um movimento que lutava pelo fim total da escravidão, que ganhou força a partir de meados do século XIX e foi defendido por uma parcela letrada da sociedade, com alguns membros pertencentes ao parlamento, portanto, brancos e livres. De maneira ilustrativa, a visão de boa parte do grupo de abolicionistas e emancipacionistas da época poderia ser representada por uma lamparina da

¹⁵³ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Joaquim Nabuco*: biografia. Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/1114/biografia>. Acesso em: 17 jun. 2025.

¹⁵⁴ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes de Bolso, 2012. p. 11.

¹⁵⁵ NABUCO, 2012, p. 12.

¹⁵⁶ NABUCO, 2012, p. 12.

¹⁵⁷ NABUCO, 2012, p. 18.

¹⁵⁸ NABUCO, 2012, p. 28.

liberdade sendo empunhada por aqueles que dela já recebiam luz, que estariam apontando-a para os sofridos cativos, inertes na escuridão de suas prisões.

Muito embora se pensasse o fim da escravidão, havia certa preocupação com os ressentimentos. O Brasil passara por mais de trezentos anos de trabalho escravo; era necessário, para os abolicionistas, acalmar os ânimos. Por conta disso, alertavam para a urgência da união em torno dessa causa anunciada como sendo da mais alta bondade. O abolicionismo era posto como movimento sem partidos, sem ressentimentos, sem vinganças. Esse ideário é reproduzido no periódico piauiense *O Abolicionista*, conforme o trecho a seguir:

A bandeira que nos congrega não tem recriminações para com o passado nem vinganças para o futuro. Homens de todos os partidos, nós nos reunimos ao reclamo sacrossanto da causa da humanidade, superior e anterior a causa dos partidos. A nossa divisa é uma ideia. Lutamos em campo descoberto, sem olharmos para as pessoas, porque sabemos que a nossa causa é a causa humana, vitoriosa infalivelmente mais cedo ou mais tarde¹⁵⁹.

A chama da moralidade, portanto, era marca do pensamento do jornal emancipacionista piauiense, fosse uma moralidade cristã, fosse uma moralidade cívica. Com esses discursos é possível notar a busca por associar-se a fatores sociais de grande prestígio. Ora, quem se negaria a dar ouvidos a uma causa que invocava os mais altos símbolos cristãos? Quem seria capaz de contrariar um movimento que lutava pela humanidade e não por vingança? Quem não gostaria de ser erguido nos ombros por uma multidão enquanto todos o glorificam como herói?

Em geral, o que pode ser compreendido como movimento emancipacionista e até mesmo abolicionista não estava necessariamente focado em caminhar por outros territórios que não os da legalidade, moralidade e economia. Eram bastante pragmáticos quanto à libertação dos escravizados, havia uma gana por se assemelhar aos Estados “civilizados”, nos quais a escravidão não era mais permitida.

Mas o que estariam formulando os abolicionistas acerca das demandas raciais no Brasil? Seriam eles alheios a essa discussão? Haveria nessa época pouco ou nenhum contexto que permitisse pensar as desigualdades raciais no Brasil? Acerca disso, Skidmore explica que:

O que pensavam os abolicionistas sobre a questão da raça como coisa distinta da escravidão? Estavam, inevitavelmente, a par das teorias racistas que chegavam aos borbotões da América do Norte e da Europa, embora suas implicações ainda não pudessem ser de todo percebidas¹⁶⁰.

¹⁵⁹ CONVÉM acabar com a escravidão. *O Abolicionista*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 3, 16 out. 1884.

¹⁶⁰ SKIDMORE, 2012, p. 37.

Parte considerável dos abolicionistas não só estava ciente dessas teorias, como compactuava com algumas delas. Os debates raciais no Brasil eram comuns desde, pelo menos, a década de 1870, isso do ponto de vista acadêmico. Contudo, essa discussão pendia para o aprofundamento das hierarquias raciais, partindo do pressuposto da superioridade branca.

Alguns importantes nomes desse movimento político expressavam até mesmo seus desejos de ter um país mais branco, não de forma imediata, mas compartilhando do ideal de branqueamento gradual ao longo das gerações para que o Brasil fosse futuramente uma nação branca. Mas, para que esse processo fosse levemente acelerado, alguns defendiam a imigração europeia como ferramenta dupla, para substituir a mão de obra escravizada e para embranquecer o país¹⁶¹.

Além disso, parte dos abolicionistas não interpretava a escravidão como agente definidor das estruturas formativas do país. Acreditava, ou fazia parecer acreditar, que o sistema escravista, uma vez finalizado, seria “bondade” suficiente para com a população escravizada. Nada além disso parecia ser necessário.

Mas para o país alcançar o progresso e a civilidade, havia alguns parâmetros a serem seguidos. O fim da escravidão seria o encerramento de uma forma antiquada de trabalho. Era necessário que o Brasil se modernizasse. Isso seria feito através de uma reconfiguração da sociedade brasileira em busca de combater os estragos causados pelo escravismo para as populações negras? Não parecia ser o caso.

O que estava na ordem do dia para alguns abolicionistas, como Joaquim Nabuco, era uma outra face da questão étnica. Os governantes deveriam se ocupar com uma espécie de “purificação” do sangue brasileiro através da introdução de uma raça entendida como superior. Nabuco dizia que:

Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração europeia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul¹⁶².

Portanto, o elemento mais importante para Nabuco era incentivar uma grande onda de imigração de europeus para corroborar com um suposto adiantamento civilizacional da

¹⁶¹ SKIDMORE, 2012.

¹⁶² NABUCO, 2012, p. 101.

América do Sul. Isso se opunha à tentativa de imigração chinesa da época, que segundo ele seria uma forma de “corromper ainda mais a nossa raça”. Ou seja, Nabuco, de forma bem clara, afirmava que o brasileiro já era um grupo de indivíduos corrompido pela presença de raças “inferiores”, sobretudo a africana, principal alvo de ataque, e que a chegada de chineses pioraria essa condição.

Sendo assim, a questão racial para certos abolicionistas seguia o mesmo caminho percorrido por muitos intelectuais da época, a busca por embranquecer o Brasil e o reconhecimento dos negros como sujeitos inferiores que atrasavam a modernidade do país. O que nos mostra que, embora esses sujeitos lutassem pelo fim da escravidão, isso não se traduzia em uma luta pelo fim das hierarquias raciais, pelo contrário, grande parte deles reforçava tais hierarquias.

É importante enfatizar que, mesmo com suas contradições, o movimento abolicionista enfrentou grandes desafios para se fortalecer ao longo da segunda metade do século XIX e atuar como uma das linhas de frente na luta contra a escravidão. Sua existência contribuiu para que os debates acerca do fim do trabalho escravizado fossem ampliados. Dessa maneira, devido à insistência do movimento e às mudanças ocorridas materialmente, grande parte da população na década de 1880 clamava pelo fim da escravidão.

Até que em maio de 1888 ocorreu legalmente a abolição. O 13 de maio não representou o término dos estigmas sociais brasileiros fundamentados na raça, a campanha abolicionista não vislumbrava esse horizonte como prioridade em diversos momentos. A extinção do cativeiro foi desejo de muitos, entretanto, não era acompanhado de uma inquietação quando à dignidade humana dos negros e negras recém-libertos, muito menos pelo anseio de construir uma sociedade que transcendesse suas contradições referentes à raça.

A questão da abolição do trabalho escravo alimentou debates intensos, que iam desde argumentações no campo moral, até a utilização de raciocínios que tentavam demonstrar que, juridicamente, era viável terminar com a escravatura sem graves danos econômicos ou legais para a nação. No Piauí, essa dinâmica não foi diferente.

Existia, além da apreensão com o futuro da agricultura, o receio em relação aos passos que dariam os cativos, agora livres, e não mais compelidos ao labor. O que se temia, por parte dos proprietários de escravizados, era que os negros e negras passassem a recusar o trabalho e se transformassem em “vadios”¹⁶³, como se a ociosidade fosse um destino inevitável para essa

¹⁶³ Termo que era usado no Código Penal do Império, que advertia no artigo 295 que: “Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que passa a subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente. Pena de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias”. BRASIL. *Lei de 16 dezembro de 1830*. Código Criminal do Império do Brasil Parte Primeira.

população. Essa perspectiva era tratada pelos abolicionistas, inclusive no periódico que combatia a escravidão no Piauí. Em uma de suas edições, um articulista defendia que:

O liberto trabalha como se tivesse nascido livre. É a verdade. Entre nós os exemplos são muitos e frisantes. [...] Em todo caso, é preciso convir que nem todos o deixaram, que alguns, coagidos pela fome, pela necessidade, serão obrigados a dar-se a um emprego qualquer. Somente um pequeno número entregar-se-á à vadiagem. Mas para coibi-los, fazê-los tomar um meio de vida qualquer, temos a lei que proíbe a vadiagem, a vagabundagem, e é natural que, com o tempo, se criará meios mais salutares de repressão não só contra a vadiagem, como relativamente ao serviço doméstico¹⁶⁴.

Essa passagem abre espaço para múltiplas discussões. Há nessa declaração do jornal *O Abolicionista* uma combinação de vários sintomas de uma sociedade escravocrata que, mesmo ansiosa pelo fim da escravidão, continuava a idealizar mecanismos de controle capazes de dominar a população negra, ainda que emancipada.

O Código Penal do Império brasileiro autorizava a punição de indivíduos que não estivessem empregados ou que estivessem em situação de rua. É essa legislação que o periódico evoca para evitar que os futuros libertos permanecessem inativos, mesmo que tivessem de se ocupar em qualquer função disponível, conforme assinala o redator. A fome levaria a maioria a fazer o necessário para subsistir, mas, seguindo a lógica do autor, não haveria problema, pois estariam livres. Na visão dos abolicionistas que escreviam no periódico, essa era a questão primordial.

Caso alguns não se comportassem conforme o esperado em relação ao trabalho, a punição seria viável por já existir uma lei para tal, mas, se insuficiente, o Estado poderia, segundo o jornal, instituir normas ainda mais rigorosas na penalização dos que vivessem à margem do trabalho livre. É nessa perspectiva que se pode afirmar que a espada da justiça abolicionista tinha dois gumes: um voltado para os senhores e outro para os próprios escravizados.

Restavam, portanto, na ótica desses abolicionistas, dois destinos para os negros recém-libertos: a vadiagem e, conseqüentemente, o encarceramento, ou o labor em qualquer atividade para suportar a aspereza da vida e a fome. Era a inserção dos negros, não apenas os ex-cativos, na sociedade de classes¹⁶⁵.

Em geral, essa era a configuração da luta abolicionista e emancipacionista no Piauí e no Brasil. Uma batalha cheia de discursos moralizantes e criações de alternativas para um país

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 21 jun. 2025.

¹⁶⁴ CONVÉM..., 16 out. 1884, p. 3.

¹⁶⁵ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

de estrutura escravista que adiava o fim desse tipo de trabalho por força política e econômica dos grandes proprietários da época, que faziam pressão para a manutenção da escravidão, mesmo que internacionalmente ocorresse outra pressão em direção oposta.

Os abolicionistas tentavam equalizar isso através de debates economicistas e jurídicos, tentando convencer a sociedade brasileira de que o trabalho escravizado era um atraso para todos os segmentos da sociedade. Contudo, os propagandistas da abolição não se aprofundavam em questões relativas à cidadania de povos subalternizados por conta do regime que eles criticavam. Apoiavam e propagavam, inclusive, discursos que perpetuavam a estigmatização dessas populações.

Essa negligência da justiça social e a escolha por se apoiar em teorias raciais e a manutenção dos privilégios por intermédio da racialização fizeram com que, mesmo após a abolição, o Brasil permanecesse sendo um país profundamente desigual e racista. Raça e racialização continuavam como ferramentas de leitura da realidade no início do século XX, provando que o fim da escravidão não causou efeito resolutivo nas ideologias hierárquicas.

No que concerne à construção de modelos interpretativos da realidade, há um caso digno de nota, ligado a essas discussões. Através dos escritos de Jonatas Batista, literato piauiense, percebe-se uma certa dualidade entre o discurso relativo à abolição e o que se praticava em relação à condição dos sujeitos negros na sociedade pós-emancipação. No primeiro caso, influenciado por um romantismo e uma moralidade que cercavam a causa abolicionista, Jonatas Batista redigiu um comovente conto que tem como cenário a luta pela liberdade dos cativos. O texto, porém, foi divulgado em 1912, 24 anos após a abolição¹⁶⁶.

O conto intitulado *Terra da Luz* é situado no ano de 1887, durante as celebrações de Santo Antônio. A festa transcorria de modo jubiloso e colorido, canções de variados ritmos e rica instrumentação ecoavam a distância e os presentes se entusiasmavam com cada detalhe. Entretanto, uma ausência pesava nos corações, sobretudo dos mais antigos: Zé Traíra não estava lá para entoar os pagodes que animavam as rodas festivas. A partir daí, o homem torna-se tema central das conversas daquela festa e seu trágico destino é revelado: seria vendido em Caxias, era um escravizado que se desentendera com seu senhor — este retratado como um homem perverso¹⁶⁷.

Todos lamentam por Zé Traíra e um sentimento coletivo de pesar os invadia. Este tipo de narrativa melancólica e sofrida era bastante característico dos contos e romances

¹⁶⁶ BATISTA, Jonatas. *Terra da Luz*. In: BATISTA, Jonatas. *Poesia e Prosa*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015a.

¹⁶⁷ BATISTA, 2015a, p. 167.

abolicionistas do século anterior. A história prossegue e as personagens conseguem levar o protagonista uma última vez para cantar e alegrar a todos antes de seguir seu destino cruel.

Zé Traíra logo começa a cantar versos inspirados que traziam toda sua melancolia, mas sem deixar de animar os presentes. Após intensa celebração, inclusive por parte dos guardas que vigiavam o cativo, um plano de fuga é executado com o auxílio dos foliões em prol da personagem escravizada.

Zé Traíra, como em uma aventura heroica, logra burlar seu destino funesto e some na madrugada rumo à Terra da Luz, o Ceará, que naquela época havia alforriado todos os escravizados em seu território. Zé rompia o longo caminho cantando os versos:

Adeus, adeus! Vou-me embora...
Não sei se torno a voltar;
Mas Deus é grande, e bem pode
O cativo acabar...¹⁶⁸

O conto de Jonatas Batista enquadra-se na literatura abolicionista, veículo de divulgação largamente empregado na luta contra o cativo. Uma observação pertinente é que a história foi escrita pelo literato quase trinta anos após a abolição, embora isso não diminua a relevância da análise, que é valiosa para este trabalho.

O foco reside em perceber os modelos interpretativos da sociedade utilizados por literatos e intelectuais piauienses como Jonatas Batista. Ora, com esse conto, o autor se alinha aos escritores que manifestavam sua repulsa ao sistema escravista e nutriam os mais nobres sentimentos para com os oprimidos por essa dinâmica. Todavia, conforme o exemplo do jornal *O Abolicionista*, almejar o fim da escravidão não constituía um posicionamento ideológico que se convertesse em luta pela superação das hierarquias raciais.

A seleção do conto de Jonatas Batista ocorreu para evidenciar a possibilidade de dualidade ou contradição, que talvez não seja tão contraditória, visto que uma coisa não implica a outra. E com o autor piauiense em questão isso não é diferente, uma vez que seu posicionamento contra a escravidão não o fazia menos racista.

Na mesma coletânea de textos de Jonatas Batista, intitulada *Poesia e prosa*, é possível encontrar tanto o conto previamente analisado, quanto uma crônica de título “Uma noite aziaga”, que relata as peripécias noturnas do escritor na companhia de dois amigos por Teresina e arredores. A noite e o ímpeto da juventude os levaram a atravessar o rio Parnaíba em busca de alguma festividade em Flores, atual município de Timon, Maranhão. Na época,

¹⁶⁸ BATISTA, 2015a, p. 167.

como não havia pontes ligando as duas cidades, os três amigos tiveram que fazer a travessia em uma canoa.

Após muita procura, encontraram um baile com orquestra e quadrilha no estilo francês. Imediatamente entraram e se puseram à procura de par para dançar. Um de seus amigos, Mário, rapidamente encontrou uma jovem para acompanhá-lo, enquanto o autor da crônica demorou a conseguir uma parceira.

Quando finalmente conseguiu um par, arrependeu-se no mesmo instante. O autor afirma o seguinte: “tive de arranjar-me com uma negrinha que um amigo conseguiu, afirmando ser das moças que melhor dançavam ali”¹⁶⁹. O talento da moça na dança era irrelevante; naquele momento Jonatas Batista sabia que sua parceira o exporia ao vexame por não ser simplesmente uma mulher, mas uma mulher negra. O autor prossegue:

Isso foi o bastante para que eu fosse perseguido constantemente pelas pilhérias dos meus dois colegas que não perdiam ocasião para elogiar o meu “correto par”, o qual só uma coisa tinha digna de admiração — uma dentadura alva, tão certa, tão perfeita, que qualquer, ou quero dizer, muitas das nossas formosas deidades ficariam orgulhosamente felizes se possuíssem um tal tesouro¹⁷⁰.

O relato de 1909, anterior ao conto do mesmo autor analisado anteriormente, expõe a dinâmica das sociabilidades construídas em torno de marcas raciais que hierarquizavam os indivíduos e os definiam como normais ou anormais. É possível deduzir que o autor buscava um par típico, uma mulher branca, como provavelmente era a parceira de seu amigo Mário, ainda que a racialidade da acompanhante de seu colega não seja mencionada. Esse silêncio é significativo.

O que coube a Jonatas Batista foi um par atípico, o outro, o anormal, a não-mulher, uma mulher negra. A racialização de sua parceira não permitia silêncio; era preciso nomeá-la. A “anormalidade” da mulher é percebida por seus amigos e transformada em motivo de escárnio. Jonatas Batista não se preocupava se sua parceira o acharia belo, ou se a jovem se sentiria ofendida pelas risadas. Inquietava-se com sua reputação após dançar com uma não-mulher: uma negra.

O desfecho do baile é um momento de desforra para Jonatas Batista. Ao que tudo indica, um de seus amigos descobriu que seu par, até então típico, era uma “mulher à toa”. A partir daí, o autor passa a orgulhar-se de sua parceira que, apesar de ser não-mulher (uma negra), não era uma “mulher à toa” como a de seu colega — que tanto zombara dele antes.

¹⁶⁹ BATISTA, Jonatas. Uma noite aziaga. In: BATISTA, Jonatas. *Poesia e Prosa*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015b.

¹⁷⁰ BATISTA, 2015b, p. 167.

Esta dualidade de posicionamentos não se configura como contradição, afinal Jonatas Batista, como qualquer sujeito histórico, era uma figura multifacetada. Ser contrário à escravidão não era uma tarefa árdua, sobretudo quando ela já havia cessado. Contudo, esta posição ideológica não equivalia ao reconhecimento dos males promovidos pela hierarquização racial. Na realidade, essa dinâmica operada pela racialização era a norma vigente.

Desse modo, a operação de conceitos raciais durante a passagem do século XIX para o XX se construía através de violências, por vezes, veladas. É uma tendência das relações raciais no Brasil, uma certa sutileza que parte de um mundo com complexas redes sociais montadas durante séculos de colonização, escravidão e racismo.

Durante a vigência da escravidão, a maneira pela qual os escravizados eram tratados nos informa sobre a dimensão da longínqua periferia da humanidade em que eram lançados. Não somente escravizados, mas pessoas entendidas como pretas e mestiças livres ou libertas, as quais partilhavam com os cativos características físicas em comum, aproximando-as da base da pirâmide social brasileira pelos marcadores sociais identificáveis.

Entretanto, mesmo quando não havia um marcador social visível, tratava-se de buscar nas miudezas algo que pudesse acusar em algum sujeito ao menos uma distante aproximação com os subjugados. A racialização, como vimos nesse capítulo e veremos no capítulo seguinte, era utilizada como maneira de inferiorizar pessoas a todo custo, era uma arma operada de forma arbitrária e adentrava inclusive no mundo das elites piauienses como uma carta na manga para ser utilizada no combate com rivais políticos.

Sendo assim, é possível dizer que o negro foi e é construído a todo momento como uma categoria fruto de uma série de eventos históricos e sociais. Seja como um símbolo inventado para servir de alvo de grandes violências através da escravidão, a dominação, a inferiorização, a demonização, a criminalização e tantos outros estigmas, seja como um símbolo de luta e resgate da humanidade. O primeiro movimento explica o segundo, em grande medida.

4 A MALDIÇÃO DE CAM: ESCRAVIDÃO, ABOLIÇÃO E RAÇA COMO FERRAMENTAS DE COMBATE NAS POLÊMICAS ENTRE OS MEMBROS DA ELITE PIAUIENSE

Neste capítulo, discutiremos os usos de escravidão, abolição, raça e racialização como marcadores sociais mobilizados para atacar a reputação de sujeitos pertencentes ao topo da pirâmide social piauiense. Partimos da premissa de que, no contexto em questão, identificar alguém como pertencente ao interior das fronteiras da “ausência de brancura”, ou simplesmente vinculá-lo aos estigmas da escravidão, era uma ferramenta de combate político eficaz porque era entendida como tal.

Em uma sociedade recém-saída do regime servil, ser associado ao universo da negritude ou da subalternidade colonial era sinônimo de ser percebido como um sujeito aquém da plena cidadania e da honra aristocrática.

É fundamental identificar as nuances desse racismo como código inferiorizante no Brasil da virada do século XIX para o XX, analisando como seus tentáculos, originados no Atlântico escravista, atravessam as paredes das elites piauienses. Afinal, não são irrelevantes os episódios em que elementos raciais, fenotípicos ou genotípicos são utilizados como artifícios desmoralizantes entre os pares da classe dominante. Contudo, essa dinâmica não se limita ao insulto racial direto; ela se manifesta, antes de tudo, em uma disputa por superioridade moral e distinção de classe.

O que liga o abolicionista que se pretende “justiceiro” ao político que ataca a linhagem de um adversário é a manipulação de um simbolismo derivado da escravidão, utilizado por uma elite que, muitas vezes, pouco se importava sinceramente com as hierarquias raciais, mas que delas se alimentava para garantir o próprio prestígio.

Como elemento referencial para o título deste capítulo, utilizamos o mito bíblico da Maldição de Cam. A passagem de Gênesis (9:20-27) narra como Noé, após embriagar-se com o fruto de sua vinha, amaldiçoou a descendência de seu filho Cam, condenando-a à servidão perpétua após este ter contemplado sua nudez. Historicamente, essa narrativa foi capturada pela Igreja e por ideólogos coloniais como justificativa teológica para a escravização de africanos, transformando a “falha moral” de um antepassado em uma sentença biológica e hereditária.

No Brasil do século XVIII, o missionário jesuíta Jorge Benci, em seu manual *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, cristalizou essa interpretação ao

afirmar que a servidão dos “pretos que nos servem” era o justo castigo divino pela culpa de Cam. Para Benci, a nudez e o cativo eram marcas indeléveis de um “exemplar castigo” que definia o lugar social do escravizado.

A força desse imaginário na cultura política piauiense pode ser observada décadas antes dos conflitos republicanos, em registros que utilizavam a voz simulada do sujeito racializado para validar a própria subalternidade. No jornal *O Piauí*, em 1869, um texto redigido em primeira pessoa ilustra como a “Maldição de Cam” era acionada para rememorar um dos alicerces do escravismo em África:

Até mesmo os pretos, como eu, vão se tornando sediciosos e parecem prestes a atentar contra a existência dos brancos. Esta minha raça jamais perdoará a menor ofensa recebida. No entanto, devia lembrar-se que Cam foi amaldiçoado, e todos os seus descendentes, razão por que tanto sofremos e merecemos os desprezos das outras raças.

Tal registro evidencia que a lógica da “mancha” ancestral operava na imprensa piauiense. Argumentamos que essa “Maldição de Cam” operava como um dispositivo simbólico capaz de produzir sentidos duradouros que sobreviveram à secularização do discurso político. Mesmo entre intelectuais piauienses que se pretendiam anticlericais e liberais, a lógica da “mancha” permaneceu ativa. Inicialmente, essa disputa manifestou-se na arena da pureza moral.

Nos embates em torno da abolição, como se verá no caso de Barras em 1884, o ataque à escravidão servia como uma forma de os membros da elite provarem sua superioridade civilizatória. Ao denunciarem a “crueldade” dos senhores de escravos, sujeitos letrados buscavam limpar suas próprias biografias e se projetar como heróis do progresso, transformando a luta emancipacionista em um capital simbólico de distinção. Nesse cenário, o escravista era o “vilão” bárbaro, e o abolicionista era o “puro” moderno.

Todavia, essa mesma elite que combatia a escravidão em nome da civilidade não hesitava em recorrer ao repertório racial para deslegitimar seus adversários quando o poder estava em jogo. A racialização, portanto, atua como um código flexível: ora serve para construir uma imagem de “justiceiro” (em 1884), ora serve para devolver o oponente ao “biológico” e à “origem humilíssima” (nas polêmicas republicanas). Ao longo do capítulo, analisaremos como essa gramática da exclusão estruturou diferentes conflitos. Começaremos pelos embates em Barras, onde a Sociedade Libertadora Barrense utilizou o jornal *O Abolicionista* como palco para uma disputa de egos e biografias. Em seguida, examinaremos os ataques ao governador Antonino Freire, a retórica animalizante de Clodoaldo Freitas contra Campos Sales e, por fim, as polêmicas de Higino Cunha.

É a partir dessa perspectiva que serão analisados, em primeiro lugar, os ataques dirigidos ao governador Antonino Freire nas páginas do jornal *Cidade de Teresina*, nos quais a oposição política extrapola a crítica administrativa e recorre a qualificações racializadas como estratégia de desmoralização. Em seguida, examina-se a disputa entre Clodoaldo Freitas e Campos Sales, na qual a animalização e a racialização do oponente constituem o eixo central da retórica de inferiorização presente em “Os fatores do coelhado”. Por fim, serão discutidas as polêmicas envolvendo Higino Cunha, cujos embates políticos e intelectuais foram atravessados por ataques à sua ascendência, à sua legitimidade familiar e à brancura de sua descendência, evidenciando uma elite que, mesmo em conflito com a Igreja, permanecia profundamente investida na manutenção de fronteiras raciais e hierárquicas.

Em todos esses casos, o que emerge é a imagem de uma elite que, embora aceitasse o progresso científico nas palavras, permanecia ancorada na manutenção de fronteiras sociais e raciais que remontam, simbolicamente, à persistente sombra de Cam.

4.1 Heróis da Liberdade, Vilões da Escravidão: a campanha emancipacionista como estratégia de distinção e poder

O movimento abolicionista já foi retratado nesta pesquisa anteriormente, mas desta feita abordaremos uma nova dimensão desse período através dos embates ocorridos no centro das disputas políticas e morais provenientes das dinâmicas que se deram no contexto que apontava o fim da escravidão.

Observando o Brasil da segunda metade do século XIX, esse movimento não pode ser compreendido apenas como uma sucessão de debates jurídicos ou uma súbita conversão humanitária das elites. Como bem observa a historiografia, especialmente através das lentes de Emília Viotti da Costa¹⁷¹, a campanha pela emancipação foi viabilizada por profundas transformações nas bases de produção que tornavam o trabalho servil progressivamente irrelevante frente ao projeto de modernização capitalista.

Nesse cenário, a liberdade passou a ser ressignificada pela elite letrada como a transição necessária para o trabalho livre, transformando o abolicionismo em um dos pilares da representação de mundo de uma parcela da sociedade oitocentista que buscava alinhar o país aos ideais de progresso e civilização europeus.

Nessa disputa de visões de mundo, os periódicos e as associações libertadoras assumiram um papel central. A imprensa não era apenas um veículo de informação, mas uma

¹⁷¹ COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

arena de convencimento e de disputa por influência social, política e cultural. Através da escrita, grupos abolicionistas buscavam isolar moralmente os defensores da escravidão, construindo uma retórica que separava nitidamente a “barbárie” do “progresso”.

Ao analisar os impressos da época, é possível notar que a luta pelo fim da escravidão oferecia aos membros da elite uma oportunidade singular de promoção biográfica: ao se posicionarem contra o sistema servil, esses sujeitos não apenas combatiam uma instituição, mas forjavam para si mesmos uma estética de heróis da liberdade, distanciando-se da “mancha” colonial que ainda pesava sobre a nação.

Essas imagens de heroísmo e busca por justiça foram emblemas do movimento em favor do fim da escravidão no Piauí. A campanha buscava sensibilizar a todos e o fazia através de diferentes segmentos sociais e múltiplas chaves interpretativas.

Com foco no âmbito moral, encontra-se esse anseio por heroísmo e reconhecimento daqueles que lutaram contra a escravidão. No trecho a seguir, se percebe a determinação de alguns libertadores piauienses e redatores de *O Abolicionista*, parte que integrava sociedades libertadoras, lê-se:

E quando o Piauí, após o resgate de seu último escravo, reivindicar para si, como o Ceará e o Amazonas, a gloriosa denominação de província livre, [...] então beneméritos filhos de Jaicós e Barras, soar á para vós a hora da justiça e das recompensas: sereis aclamados como os heróis dessa pacífica revolução, e sobre vossas cabeças descerão as benções da pátria agradecida.¹⁷²

A partir dessa leitura, é possível inferir duas perspectivas. A primeira é a visão dos libertadores, concebidos como tal pelo jornal, como protagonistas do movimento pelo fim da escravidão. Não se menciona, no excerto acima, uma vez sequer, os escravizados; a figura central a ser exaltada e agradecida é o abolicionista. A segunda aparece no trecho “pacífica revolução”, ideal que dialoga com aquilo que afirma Nabuco sobre a campanha abolicionista não se voltar aos cativos, pois segundo ele “seria uma covardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição”¹⁷³.

Na comarca de Barras, ao norte do Piauí, esse movimento ganhou contornos de um drama moral intensamente encenado nas páginas do jornal *O Abolicionista*. Para os redatores e intelectuais envolvidos na causa, o universo escravista era traduzido por uma lente dicotômica: de um lado, a crueldade personificada nos senhores de escravos, os “vilões” da narrativa; de outro, a abnegação dos abolicionistas, os “justiceiros” da civilização.

¹⁷² O ABOLICIONISTA, Teresina, 24 de outubro de 1884, ano 1, nº3, p. 1.

¹⁷³ NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Petrópolis: Vozes de Bolso, 2012. p. 28.

Nesse jogo de representações, os escravizados, embora sujeitos ativos de sua própria liberdade através de fugas e resistências, eram frequentemente utilizados como o pano de fundo necessário para o brilho das trajetórias desses “heróis” letrados. A defesa do cativo tornava-se o degrau para que membros da elite local reivindicassem uma superioridade moral frente aos seus pares escravistas.

Assim, o embate em torno da situação em Barras será analisado para que seja possível compreender de que maneira a abolição, para além de seu impacto social profundo, foi um campo minado de trocas de acusações, onde a honra e o prestígio eram disputados através da capacidade de cada sujeito se apresentar como o legítimo representante da “pureza moral” em uma sociedade que ainda se via assombrada pela permanência da escravidão.

Diferente de outros jornais da província, que dividiam suas colunas entre notícias gerais e interesses partidários, *O Abolicionista* funcionava como um instrumento exclusivo de propaganda, uma espécie de panfleto voltado para o convencimento da sociedade acerca do fim da escravidão. Contudo, essa “luta” era travada sob os termos da elite letrada. O jornal não pregava uma ruptura radical ou imediata, mas sim uma transição gradual e controlada, celebrando o que a historiografia identifica como a via emancipacionista.

Essa característica fica evidente na forma como o periódico noticiava as alforrias. Em suas páginas, era comum a exaltação dos “benfeitores da humanidade”, membros da elite que, em atos de suposta magnanimidade, concediam a liberdade a seus cativos. O foco da narrativa raramente recaía sobre a autonomia ou o destino do liberto; ao contrário, o centro do palco era ocupado pelo “ilustre libertador”.

Figuras que até então eram notórios escravistas, como Coelho de Resende e Firmino Araújo, eram subitamente convertidas em homens de “atuações iluminadas” ao libertarem indivíduos isolados, os não mais escravizados eram Barnabé e Felippa. O jornal aplaudiu dizendo o seguinte: “O Sr. dr. Coelho de Resende e o sr. alferes Firmino S. de Araujo libertaram, este o seu escravo Barnabé e aquele a sua escrava Felipa. Nossas cordiais felicitações aos ilustres libertadores.”¹⁷⁴

Nesse sentido, o jornal operava como uma espécie de máquina de promoção biográfica. A prática de felicitar os senhores pelas manumissões servia para “limpar” a imagem desses sujeitos perante a opinião pública, transformando o que era uma estrutura de exploração em um gesto de graça e superioridade moral. A liberdade, portanto, era apresentada nas páginas do periódico como um troféu da elite, um capital simbólico que os

¹⁷⁴ NOTICIÁRIO. *O Abolicionista*, Teresina, 05 de novembro de 1884, ano 1, nº 4, p.4.

definia como civilizados frente aos “outros”, os escravistas que se recusavam a adotar essa nova estética da bondade.

Para analisar a atuação de *O Abolicionista*, é preciso vê-lo não como um projeto de intenções unívocas, mas como um espaço de negociação de identidades e valores em um momento de transição. A imprensa piauiense do século XIX, como suporte das elites letradas, era o local por excelência onde as subjetividades políticas se materializavam. Nesse sentido, o periódico fundado em 1884 oferece uma chave de leitura privilegiada para observarmos como a causa da liberdade passava a integrar o repertório de autoafirmação de certos grupos sociais.

É possível observar, por exemplo, como a narrativa do jornal tende a construir um binarismo entre “justiceiros” e “carrascos”, mas essa não parece ser uma estratégia pré-concebida e sim um resultado da própria radicalização dos conflitos locais. À medida que o debate sobre o fim da escravidão avançava, as páginas do periódico tornavam-se um palco onde a “crueldade” era personificada e a “abnegação” exaltada.

A partir da análise do impresso, é possível notar a tônica de que os senhores de escravos eram os vilões, os abolicionistas os heróis e os escravizados eram representados como vítimas. Essa estrutura narrativa, contudo, deve ser lida como uma forma de os sujeitos envolvidos darem sentido às suas próprias ações e posições em um campo de forças instável.

Nesse processo de dar sentido à luta, surge a possibilidade de interpretarmos as notas e felicitações do jornal como uma forma de capitalização de prestígio. Quando o periódico felicita “ilustres libertadores” por manumissões isoladas, como as de Barnabé e Felippa, ele acaba por sancionar uma nova forma de honra dentro da elite: a honra do senhor que liberta.

O foco na figura do benfeitor, em detrimento do destino do liberto, sugere que a prática abolicionista (ou emancipacionista) fornecia um simbolismo potente para a promoção das imagens públicas desses homens. O jornal acabava funcionando como uma arena onde a elite disputava quem melhor representava os novos tempos de luz e civilização, transformando a causa da liberdade em um elemento de distinção moral.

Se no plano das ideias o jornal *O Abolicionista* buscava construir uma identidade de vanguarda e civilidade para parte da elite, o cotidiano da escravidão impôs um teste prático a esse projeto em agosto de 1884. A fuga coletiva de onze escravizados pertencentes ao Coronel Rodrigues: Isidora, Marcolino, Miguel, Luiz, Barnabé, Joaquim, Paulo, Felix, Florencia, Quitéria e Joviniana, deixou de ser um prejuízo privado para se transformar em um escândalo público, expondo a fragilidade das relações de poder na comarca.

A leitura desse evento, contudo, nos chega de forma fragmentada e enviesada pelos suportes que o noticiaram. O Coronel Rodrigues, sentindo-se lesado em seu direito de

propriedade, não se limitou às buscas físicas; ele procurou o amparo da imprensa de maior circulação, utilizando os jornais *Época* e *O Telephone*, da capital, para expor sua versão dos fatos. Para o coronel, a fuga não era um ato espontâneo de busca por liberdade, mas o resultado de uma “intriga tramada nas sombras”, acusando diretamente homens conhecidos da região de terem aliciado seus escravizados para que fugissem rumo ao Ceará.

Essa acusação de aliciamento atingia o coração da honra dos sujeitos envolvidos na Sociedade Libertadora Barrense. A resposta não tardou e utilizou como arma o pequeno jornal *O Abolicionista*. Através dele, a elite libertadora pôde confrontar a narrativa senhorial, transformando a defesa jurídica em um palanque de desmoralização do adversário. O artigo mais emblemático dessa disputa foi escrito por Francisco Alves do Nascimento, orador da Sociedade, que no número seis do periódico dedicou quase uma página e meia ao texto intitulado “Ao Público”. Nele, Nascimento buscava desconstruir a imagem de “vítima” do coronel e proteger a reputação dos acusados:

Entre os acusados desse fato figura o Dr. Estevão Lopes Castello Branco, homem reconhecidamente ordeiro e alheio a tudo o que não esteja dentro dos limites de seus deveres; reservado em relação ao que não lhe é imposto por esses deveres ou por suas conveniências pessoais bem compreendidas. Enfim, trata-se de um homem que, ao ser eleito presidente da Libertadora Barrense, só aceitou o cargo a meu pedido e ao de alguns amigos, porém sob a condição de não lhe exigirem presença constante [...] pois sofria de uma enfermidade crônica que o impedia de comparecer por algum tempo [...]¹⁷⁵

Nesse embate, o que estava em jogo não era apenas o paradeiro de Isidora e dos outros dez fugitivos, mas o controle sobre quem detinha a “verdade” moral da história. Enquanto os jornais maiores serviam de plataforma para a repressão senhorial e para o “apontamento de culpados”, o jornal propagandista reagia expondo a face que considerava tirânica do sistema. É nesse momento que o maniqueísmo que discutimos no início deste tópico se materializa de forma mais agressiva: a fuga dos onze retirou o debate do campo da “filantropia” e o jogou na lama das acusações pessoais.

A partir daí, criou-se um campo minado e trocas de acusações vindas de ambos os lados. Cada linha escrita em *O Abolicionista* passava a ser um revide à narrativa do Coronel Rodrigues, consolidando a divisão da elite em dois grupos: aqueles que se viam como defensores da ordem e da propriedade, e aqueles que, através do jornal, buscavam na defesa dos fugitivos o capital simbólico para serem vistos como os legítimos heróis da civilização piauiense. No seguinte trecho, os redatores do jornal emancipacionista explicitam a face cruel de seus inimigos morais:

¹⁷⁵ NASCIMENTO, Francisco Alves de. Ao Publico. *O Abolicionista*, Teresina, 27 de novembro de 1884, ano 1, nº6, p. 2

[...] os procuradores do sr. coronel José Antonio Rodrigues recorreram aos escravos quando estes, saindo da sala de audiências, procuraram regressar à casa onde estavam alojados; isso fez com que eles, movidos pelo terror, corressem soltando gritos [...]. O escravo que foge para não ser conduzido por seu senhor aos rigores do cativeiro, e que se agarra a uma ou outra pessoa em busca de proteção, não o faz em silêncio. Esse fato é sempre acompanhado de gritos, lamentações e súplicas. Foi, indubitavelmente, o que aconteceu.¹⁷⁶

A partir da instabilidade gerada pela fuga dos onze escravizados, a retórica de *O Abolicionista* reforçou ainda mais o tom marcadamente maniqueísta, operando como um tribunal de moralidade que dividia os sujeitos entre os que serviam à “luz” e os que permaneciam na “barbárie”. Como se pode depreender da análise das fontes, a estratégia do jornal não era apenas defender uma causa política, mas sim isolar socialmente os seus oponentes através da atribuição de estigmas morais. Nesta dinâmica, a figura do escravocrata era despida da sua autoridade tradicional e revestida com a roupagem do “carrasco”.

Os redatores do Jornal clamavam: “unamo-nos todos como irmãos e juntos realizemos a grande obra da nossa regeneração social.¹⁷⁷” Este binarismo entre “justiceiros e carrascos” estabelecia uma hierarquia de prestígio que desafiava as velhas linhagens agrárias. Para os libertadores, a defesa da abolição era o que lhes conferia a superioridade civilizatória, enquanto o oponente, ao persistir na defesa da escravidão, era simbolicamente associado ao lado “atrasado” da história.

Para trazer ainda mais compaixão pela causa e repulsa contra os escravistas, o periódico panfletário noticiou o que havia ocorrido com uma das escravizadas fugitivas, a qual estava grávida e havia dado à luz em meio ao martírio da escravidão e de violências, a mando de seu senhor. O seguinte trecho a seguir resume a denúncia:

A escrava foi conduzida no meio de uma carga, tocada por três capangas, que a haviam de restituir à senzala. Mal havia caminhado quatro léguas, manifestaram-se-lhe as dores que precedem o parto. A desgraçada suplicava compaixão. Era forçoso marchar e esperar em Deus; quando, chegando perto do Mato Grande, deu à luz uma inocente criança [...]¹⁷⁸.

A honra, portanto, era o capital em disputa. O jornal funcionava como um dispositivo que produzia “heróis” a partir da escrita, celebrando a abnegação dos membros da Sociedade Libertadora Barrense, ao mesmo tempo que empurrava os escravocratas para o campo da

¹⁷⁶ O 1º SUPLENTE DO JUIZ MUNICIPAL DAS BARRAS AO PUBLICO. *O Abolicionista*, Teresina, 06 de dezembro de 1884, ano 1, nº7, p. 2.

¹⁷⁷ CONVEM ACABAR COM A ESCRAVIDÃO. *O Abolicionista*, Teresina, 16 de outubro de 1884, ano 1, nº2, p. 3.

¹⁷⁸ OS ESCLAVAGISTAS DE BARRAS. *O Abolicionista*, Teresina, 19 de dezembro de 1884, ano 1, nº 7, p. 3.

infâmia pública. Este embate revela que, no Piauí de 1884, a fronteira entre o “civilizado” e o “bárbaro” era desenhada através da capacidade de cada ator social se distanciar da imagem do carrasco, utilizando a dor do escravizado, aqui personificado na figura de Isidora e dos seus companheiros de fuga, como o comprovativo necessário para a sua própria elevação moral.

O encerramento da experiência de *O Abolicionista* e os desdobramentos dos embates em Barras revelam que a causa da emancipação funcionava, muitas vezes, como um “troféu simbólico” a serviço da promoção pessoal e do esmagamento de reputações rivais. O interesse primordial não parecia ser a dignidade do sujeito negro, mas a posição que o intelectual ou político ocupava no tabuleiro da civilidade. Essa instrumentalização fica evidente quando observamos que a mesma elite que se dizia “iluminada” não hesitava em recorrer a mecanismos de controle social ou a termos advindos das hierarquias raciais quando a conveniência política exigia.

Contudo, a superficialidade desse compromisso com a igualdade racial se manifestava nas entrelinhas. É sintomático que o próprio jornal *O Abolicionista*, ao mesmo tempo que atacava a “crueldade” dos carrascos, defendesse a Lei da Vadiagem. Para esses sujeitos, a abolição não deveria significar autonomia para o negro, mas a transição controlada para um trabalho livre sob constante vigilância.

O estigma da vadiagem no pós-abolição combatido pelas autoridades policiais em cidades como Teresina funcionava como a materialização da Maldição de Cam no cotidiano republicano. Se, no plano intelectual, o negro era herdeiro de uma sentença de servidão, no plano das ruas, essa sentença era executada pela polícia. Libério¹⁷⁹ evidencia que as experiências de trabalho da população negra foram atravessadas por uma criminalização sistemática de seus modos de vida e lazer. O controle sobre o corpo negro, portanto, operava em duas frentes: a intelectual, que o situava “aquém da humanidade”, e a policial, que o enquadrava na disciplina do trabalho precário sob a ameaça da detenção.

A preocupação não era com o fim dos estigmas raciais, mas com a manutenção da ordem e da produtividade. Essa ambiguidade explica por que outros periódicos piauienses, que durante anos abriram espaço para o discurso escravista, comemoraram a abolição com pompa, mas, nos bastidores e debates subsequentes, não se furtavam de debochar da importância do 13 de maio ou de utilizar termos desumanizantes contra oponentes.

¹⁷⁹ LIBERIO, Chrigor Augusto. Pós-abolição no Piauí (1888-1940): Entre o campo, a cidade e as experiências de trabalho e disciplina da população negra. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2024.

É a partir dessa compreensão da raça como ferramenta de combate, e não como convicção humanitária, que podemos entender os episódios que se seguiram. A elite que fingia solenidade no 13 de maio era a mesma que, anos depois, escrutinaria a certidão de batismo de Higino Cunha em busca de uma “mãe branca” ou que animalizaria Campos Sales e atacaria a “sombra” de Antonino Freire.

Nesses casos, o que veremos não é um debate sobre direitos, mas a reatualização da Maldição de Cam: a tentativa constante de empurrar o adversário para o lugar da impureza e da subalternidade, reafirmando, por exclusão, a suposta superioridade moral e racial de quem detinha o poder da palavra.

4.2 O governador negro: a cruzada do jornal *Cidade de Teresina* contra Antonino Freire

Neste tópico analisaremos alguns números do jornal *Cidade de Teresina* à luz dos aspectos políticos e especialmente raciais que envolvem as publicações em destaque. Nos artigos escolhidos, há uma série de ataques ao governador piauiense da época, Antonino Freire¹⁸⁰, por parte da oposição. Esses ataques, comuns ao jogo político, criticam o governante em vários aspectos de sua atuação, mas não se encerra por aí. Destaca-se nos textos um forte teor racial na maneira como os redatores se referem ao líder do Piauí, com o intuito explícito de inferiorizá-lo.

Imagem 1 - Fotografia de Antonino Freire da Silva

¹⁸⁰ Antonino Freire da Silva (1878–1927). Engenheiro civil e político piauiense. Exerceu os cargos de Governador do Piauí (1910–1912), Deputado Federal em diversas legislaturas e Senador da República (1919–1926). No âmbito cultural, é o patrono da Cadeira nº 32 da Academia Piauiense de Letras (APL). BRASIL. Câmara dos Deputados. *Biografia de Antonino Freire*. Brasília: Câmara dos Deputados, [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/2370/biografia>. Acesso em: 8 mar. 2026.



Fonte: Câmara dos Deputados

Ao inserir a imagem de Antonino Freire, o objetivo não é realizar um exame fenotípico em busca de uma verdade biológica sobre sua cor, uma vez que compreendemos a negritude e a brancura como determinações sociais e históricas que variam conforme as conveniências do tempo e do espaço. O retrato funciona aqui como um documento que situa Freire para o leitor, além de recordar que sua presença nos registros da elite e sua posição no topo da hierarquia administrativa situavam-no, perante a sociedade da época, num campo de inegável prestígio e autoridade.

Entre os membros da cena política teresinense e piauiense, era comum a troca de farpas em público, especialmente por meio das palavras impressas em folhas de jornais que serviam como espadas e escudos nas batalhas eleitorais e na destruição ou defesa da biografia de alguém.

Não era algo incomum no passado, como também nos dias de hoje. A publicização de brigas e mágoas era do jogo. Nesse jogo bélico, as munições eram variadas, iam desde acusações de malversação do dinheiro público por parte dos governantes até intrigas de nível pessoal.

Entretanto, não se pode deduzir que havia uma separação lógica entre os assuntos usados para atingir a imagem do adversário. Muitas vezes esses elementos se misturavam e uma denúncia sobre questões econômicas era tomada de adjetivos que buscavam apunhalar a honra de quem era alvo deles.

Entre esses ataques, não é raro encontrar nas fontes estudadas um elemento em específico usado com a intenção de deteriorar os sujeitos tidos como inimigos. Esse elemento passa pela racialização. Rotular alguém como um indivíduo não pertencente ao mais alto nível da hierarquia racial (branco) parecia ser uma poderosa arma na busca por eliminar a honra de seu adversário.

Nessa perspectiva, Teresinha Queiroz chama atenção para o fato de que nenhuma escrita é neutra ou deslocada de seu tempo, pois ela é produzida a partir de um lugar social específico e atravessada por experiências, interesses e disputas históricas concretas.¹⁸¹ Desse modo, mesmo textos que aparentam tratar de questões amplas ou universais acabam profundamente imbricados nas dinâmicas políticas do contexto em que são produzidos.

Durante a primeira década do século XX, o Piauí foi comandado por nomes como Álvaro Mendes (1904–1907), Areolino de Abreu (1907–1908) e Anísio de Abreu (1908–1909), até que em 1910 assume o governo o senhor Antonino Freire. Liderou o estado até 1912, ano em que as fontes encontradas permitem perceber a dimensão dos ataques oposicionistas no contexto de sua sucessão.

Um dos candidatos mais fortes na corrida eleitoral era Miguel Rosa, o qual fazia parte do mesmo grupo do então governador. Entretanto, uma possível vitória de Rosa não fazia parte dos planos de grupos oposicionistas, como é o caso dos redatores do jornal *Cidade de Teresina*, órgão favorável à campanha de Odylo de Moura Costa. Havia por parte deles uma série de críticas a Antonino Freire e grande rejeição ao seu desejado sucessor.

Nesse cenário de intensas disputas, o jornal *Cidade de Teresina* assumiu uma postura declaradamente combativa, transformando suas colunas em um campo de batalha contra a gestão e a imagem de Antonino Freire. A retórica empregada pela oposição não se limitava ao debate administrativo; ela buscava, sobretudo, isolar o governador do círculo de legitimidade social da época. Ao afirmar que Freire se encontrava em um “abismo” decorrente de sua “mania de atacar homens de bem”¹⁸², o periódico estabelecia uma fronteira moral rígida entre o governante e o ideal de honra personificado por figuras da oposição, como o Coronel Benjamin Martins.

Para os redatores do jornal, a autoridade de Antonino Freire era apresentada como uma fachada, destituída de autonomia real. A acusação de que o governador seria uma “peteca nas mãos do sr. Miguel Rosa” é central para compreendermos como a oposição tentava esvaziar

¹⁸¹ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Sobre política, Ciência e Arte: Higino Cunha e as Controvérsias de seu Tempo. in: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo:ANPUH, 2011. p. 3.

¹⁸² Resposta. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano I, n. 51, p. 3, 11 jan. 1912.

sua figura política. Ao transformá-lo simbolicamente em um objeto de lazer alheio, o discurso oposicionista não apenas questionava sua competência de gestão, mas sugeria que Freire carecia da firmeza e da vontade próprias fundamentais a um homem público. Essa imagem de passividade e submissão servia para desqualificar suas decisões, reduzindo-as a meras manobras orquestradas por seu aliado e pretendido sucessor.

Os ataques, contudo, não se encerravam na esfera das influências políticas e estendiam-se para a vida íntima, onde o limite entre o público e o privado tornava-se propositalmente borrado para fins de desmoralização. O jornal trazia a público episódios que visavam macular a biografia de Freire e de seus aliados próximos, como as menções a supostas “conferências” realizadas na casa da viúva Souza, local que o jornal alega ter sido desonrado pelo próprio governador.

Da mesma forma, as questões da vida privada de Miguel Rosa eram mobilizadas como prova de um caráter compartilhado pelo grupo no poder. O periódico narra episódios de infidelidade conjugal e a indignação da sogra de Rosa, que teria se surpreendido com a conduta do genro em casas alheias. Ao conectar o comportamento de Miguel Rosa ao de Antonino Freire, afirmando que as atitudes de um serviam para “provar ser primo” do outro, o *Cidade de Teresina* construía uma narrativa de degradação coletiva. Essas denúncias de escândalos pessoais e fragilidades de caráter funcionavam como munição retórica para convencer o eleitorado de que o governo estava entregue a homens moralmente inaptos e politicamente dependentes.

A ofensiva do jornal *Cidade de Teresina* contra o grupo governista ganha contornos de virulência ainda maiores quando o debate se desloca da competência administrativa para a integridade moral e financeira dos envolvidos. Para o periódico, Antonino Freire, Clodoaldo Freitas e Miguel Rosa não são apenas adversários políticos, mas constituem uma tríade de “monstros ainda piores pelo lado do crédito e da honra financeira”. O uso do termo “monstros” é sintomático: retira os sujeitos do campo da normalidade civilizada e os coloca em um lugar de excepcionalidade negativa, onde as regras da “gente de bem” não se aplicariam.

Nesta arquitetura de ataques, Antonino Freire é apresentado como o pivô de uma rede de corrupção, sendo acusado de “roubar vergonhosamente do Thesouro”¹⁸³. Entretanto, mesmo no crime, a oposição retira de Freire o protagonismo de suas ações, sugerindo que ele integra uma engrenagem maior de desonestidade coletiva. Essa percepção reforça a imagem do governador como uma figura passiva, cuja vontade parece estar sempre a reboque dos

¹⁸³ Resposta. *Cidade de Therezina*, Teresina, ano I, n. 51, p. 3, 11 jan. 1912.

interesses de seus aliados, notadamente de Miguel Rosa, acusado de manipular até o próprio pai, um “pobre velho de setenta anos”, para retirar fundos do Tesouro Público em benefício próprio.

A retórica de inferiorização do jornal utiliza-se, inclusive, de metáforas que começam a tangenciar a classificação de linhagens e tipos. Ao ridicularizar Miguel Rosa e seus bens, o periódico faz uma comparação irônica envolvendo seu animal de montaria: “Supõe que o seu cavalo (não é o cavalo pampa, nem o crioulo puro sangue antonino, mas o gazo, cor de rosa) foi engordado pelos presos da cadeia de Flores.”¹⁸⁴

O uso do termo “crioulo puro sangue” associado ao nome de Antonino, ainda que no contexto de raças equinas, é um recurso estilístico que permite ao jornal introduzir, de forma velada, a discussão sobre pureza e ascendência. Ao negar que o animal de Miguel Rosa tenha o “sangue antonino”, o texto cria um jogo de palavras que desqualifica a “linhagem” política e pessoal do governador. Sugere-se que o que emana de Antonino não é a excelência do “puro sangue”, mas algo que precisa ser alimentado pelo trabalho forçado de detentos, associando a base de poder do governador ao que havia de mais marginalizado na sociedade piauiense da época: o cárcere e a criminalidade. Segue uma imagem com o retrato de Antonino Freire:

A análise do jornal *Cidade de Teresina* revela que a utilização de marcadores raciais para desqualificar Antonino Freire não foi um fenômeno súbito, mas uma estratégia que se intensificava à medida que as tensões políticas cresciam. Já em números como o 55, observa-se o emprego de uma gramática agressiva, fundamentada no racismo biológico da época. Sob o título “UM IMBECIL”, o periódico refere-se ao governador pelo vulgo de “molequinho do palácio”¹⁸⁵, descrevendo-o como “o tipo mais grotesco que ora perambula pelas ruas desta capital”¹⁸⁶. O ataque não se limita à gestão, mas busca as origens do indivíduo ao afirmar que, “por força das leis do atavismo, saiu enfezado no físico e no moral, revelando-se desde criança palpável e estúpido”¹⁸⁷, concluindo que suas “desfavorecidas qualidades hereditárias são, na realidade, dignas de lástima”¹⁸⁸.

Essa animalização e o rebaixamento da figura humana de Freire são constantes nessas edições. O jornal utiliza termos como “cururu de lunetas”, “grande bobo” e “maior dos asnos” para compor o retrato de um governante cuja presença física seria repulsiva para a elite local. A oposição chega a evocar o trauma do período escravista para isolar o governador, relatando que “as pretas velhas, ao vê-lo, recordam aterrorizadas os tempos do cativo”. Ao mesmo tempo que o chama de “pobre asno” e “bruto”, o periódico reforça a ideia de que ele seria um

¹⁸⁴ Resposta. *Cidade de Therezina*, Teresina, ano I, n. 51, p. 3, 11 jan. 1912.

¹⁸⁵ Um imbecil. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 55, p. 2, 9 fev. 1912.

¹⁸⁶ Um imbecil. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 55, p. 2, 9 fev. 1912.

¹⁸⁷ Um imbecil. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 55, p. 2, 9 fev. 1912.

¹⁸⁸ Um imbecil. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 55, p. 2, 9 fev. 1912.

“parasita” que vive “a expensas dos cofres do Estado”, possuindo um título acadêmico que sua “reconhecida sandice não lhe permite aproveitar”.

Posteriormente, no número 58 do jornal *Cidade de Teresina*, a retórica de oposição a Antonino Freire prossegue construindo uma categorização racial explícita e agressiva. Se por um lado a falta de autonomia do governador era vista como uma debilidade política ou de caráter, por outro ela passa a ser narrada por meio de termos que visam fixar sua identidade em um lugar de inferioridade biológica e social. O periódico declara abertamente: “Antonino Freire, o negroide feliz, protegido da sorte, como o velho Rosa, só tem vivido... À custa dos dinheiros públicos, viajando ao Rio e passando a *lord*”¹⁸⁹.

Essa construção discursiva buscava criar um contraste permanente entre a “essência” atribuída a Freire e os cargos de prestígio que ele ocupava na estrutura do Estado. Ao listar que ele era “governador do Estado, diretor das Obras Públicas, lente do Liceu, oleiro-sócio de uma olaria que fornece materiais para as construções do governo etc.”¹⁹⁰, o jornal tentava demonstrar que tal acúmulo de funções era incompatível com sua figura.

O uso da expressão “passando a *lord*” servia para ridicularizar sua presença nos círculos da capital federal, sugerindo que sua posição era fruto apenas de circunstâncias casuais, uma vez que seria alguém apenas “protegido da sorte” e não do mérito ou da linhagem esperada para tal destaque.

A percepção de que Freire carecia de agência própria é aprofundada por meio de metáforas que remetem ao passado escravista, despojando o cargo de governador de sua autoridade institucional. O jornal argumenta que as falhas da gestão não eram apenas erros técnicos, mas fruto de uma sujeição pessoal: “O governador nada pode remediar, seja porque está sujeito ao velho que tem para lhe escravizar uma buzina igual à de Hernâni, seja porque se compraz em usurpar os direitos dos patrícios”¹⁹¹. Ao utilizar o verbo “escravizar” para definir a relação política entre Antonino e o grupo de Miguel Rosa, a oposição operava um rebaixamento simbólico, posicionando o chefe do Executivo em um patamar de servidão que ecoava a gramática racial vigente na época.

A racialização torna-se o eixo central para explicar também a composição do governo e as alianças políticas do governador. Em um dos trechos, a oposição questiona a qualidade dos homens que cercavam o poder no Piauí: “Se o negroide palaciano não tem à frente dos negócios públicos homens honestos, que passam franquear os livros de suas repartições... é

¹⁸⁹ Paz, Rosa, Freire e Companhia. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 58, p. 2, 29 fev. 1912.

¹⁹⁰ Paz, Rosa, Freire e Companhia. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 58, p. 2, 29 fev. 1912.

¹⁹¹ Paz, Rosa, Freire e Companhia. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 58, p. 2, 29 fev. 1912.

porque cercou-se do que há de pior no Estado, a fim de poder gastar contos e contos de réis em compra de eleitores¹⁹²”. Aqui, o termo “negroide palaciano” funciona como um estigma que justificaria a suposta inclinação do governo para o vício e para a má gestão do dinheiro público, vinculando a identidade racial a uma incapacidade moral de zelar pelo bem comum.

Esse processo de deslegitimação se estende à classificação do grupo político como um todo, separando-os do restante da elite considerada “pura” ou “honesta”. O periódico destila seu descontentamento ao afirmar: “Estes tipos da laia de Antonino Freire, esta corja de aventureiros, verdadeiras sanguessugas dos cofres públicos, guiados por um espírito maligno e apaixonada cegueira, votam um ódio de morte às duas companhias de Vapores e Fiação”¹⁹³.

Para o jornal, existia uma clivagem nítida na sociedade piauiense entre essa “corja” e os “homens de sentimentos puros como Mathias Olympio, Ribeiro Gonçalves, Valdivino Tito, João Santos, Carvalho Filho e outros”. Ao colocar Freire e seus aliados em uma “laia” específica e movida por um “espírito maligno”, o jornal não estava apenas criticando adversários, mas definindo quem possuía ou não o direito legítimo de governar o Piauí com base em uma hierarquia que misturava política, moral e raça.

A análise das edições subsequentes do jornal *Cidade de Teresina* revela uma estratégia de ataque que operava em diferentes níveis de agressividade, muitas vezes distinguindo a crítica política institucional da desqualificação pessoal por viés racial. No número 65, essa dualidade torna-se evidente na maneira como o periódico organiza suas páginas. Na primeira página, sob o título “Antonino e Pilatos”, a oposição opta por uma metáfora bíblica para questionar a postura do governador, afirmando que nele se encarnou a alma de Pôncio Pilatos devido à sua “pusilanimidade de espírito” e “aquiescências criminosas”.

O texto descreve Freire e o personagem bíblico como seres “tíbios, fracos, incapazes de uma reação digna¹⁹⁴”, que buscariam transferir para terceiros a responsabilidade por atos que deveriam resolver como administradores. Essa abordagem, embora severa, ainda situa o conflito no campo do comportamento político e da falha de caráter.

No entanto, à medida que o leitor avança para o interior do periódico ou para notas complementares, o tom de crítica intelectualizada cede lugar a um vocabulário de exclusão racial direta. No artigo intitulado “Vilipêndio à Justiça”, o jornal abandona a comparação com Pilatos para focar no que chama de “fatos degradantes praticados pelo negro de Palácio contra a boa marcha e a manutenção dos negócios públicos”¹⁹⁵. O uso da expressão “negro de

¹⁹² Paz, Rosa, Freire e Companhia. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 58, p. 2, 29 fev. 1912.

¹⁹³ Paz, Rosa, Freire e Companhia. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 58, p. 2, 29 fev. 1912.

¹⁹⁴ Antonino e Pilatos. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 65, p. 1, 19 abr. 1912.

¹⁹⁵ Vilipêndio à justiça. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 65, p. 2, 19 abr. 1912.

Palácio” serve para sinalizar que, na visão dos redatores, a origem do governador era o elemento central que explicava sua suposta afronta à sociedade teresinense e ao Poder Judiciário. O texto acusa Antonino de preencher cargos públicos, como o de subdelegado, com criminosos pronunciados, citando nominalmente o “célebre Quinca Almeida”, e de cercar a cidade com “capangas alugados”.

Essa escalada discursiva continua no número 66, quando o insulto racial assume o protagonismo em chamadas de grande visibilidade na primeira página do periódico. Sob a manchete “O Governador Enlouquecendo”, a oposição passa a associar a gestão de Freire a um estado de patologia mental, afirmando que todos os departamentos públicos sofriam os malefícios de um governo “desorientado e funesto”.

O argumento central para tal desarranjo administrativo é sintetizado na frase: “evidencia-se incontestavelmente que o preto de palácio está enlouquecendo”¹⁹⁶. Ao articular a cor da pele à “loucura”, o jornal buscava retirar de Antonino qualquer resquício de racionalidade política, apresentando suas decisões, como a manutenção de Miguel Rosa na diretoria da instrução pública, não como escolhas deliberadas, mas como sintomas de um colapso inerente à sua própria figura.

A insistência do jornal em rotular Antonino como o “negroide feliz, protegido da sorte” reforçava a ideia de que sua presença em cargos como o de “diretor das Obras Públicas” ou “lente do Liceu” era uma anomalia social. Dessa forma, o *Cidade de Teresina* construía uma narrativa em que a suposta incompetência administrativa de Antonino Freire era indissociável de sua identidade racial.

A análise da última edição disponível do periódico *Cidade de Teresina* (nº 69) consolida o projeto de desumanização de Antonino Freire, utilizando o marco temporal da Abolição para selar sua exclusão simbólica do corpo político piauiense. Sob o pretexto de comentar o aniversário natalício do governador, o jornal o descreve como o “degenerado negroide que há cerca de três anos infelicitava o Piauí”. O texto revela um esforço deliberado de Freire para desvincular sua imagem da data de 13 de maio, alegando o jornal que ele teria tentado ocultar seu nascimento ou antecipá-lo para o dia 10 de maio para evitar ser rotulado como um “13 de maio”, ou seja, um símbolo vivo da libertação racial que a elite local tanto desprezava. A pena do redator rasga a carne do governador e expõe as feridas expostas das hierarquias raciais construídas, e em construção, ao escrever o seguinte:

Passou anteontem, 13 de maio, o aniversário natalício do Sr. Dr. Antonino Rodrigues da Silva, mais conhecido por Antonino Freire, o degenerado

¹⁹⁶ O governador enlouquecendo. *Cidade de Terezina*, Teresina, ano 1, n. 66, p. 1, 26 abr. 1912.

negroide que há cerca de três anos infelicitava o Piauí — pobre Estado digno de melhor sorte.

Sua Excelência vivia, a princípio, muito satisfeito com o seu natal. Mas de 1888 para cá, um profundo desgosto entrou em seu viver. E a fim de não dizerem que Sua Excelência era “13 de maio” [referência à abolição da escravidão], tratou de ocultar a data de seu nascimento.

Em Amarante, porém, era impossível livrar-se dos amigos que vinham trazer-lhe os parabéns. Todo o mundo amarantino sabia quando Sua Excelência completava anos. Nesta capital, quando para cá veio, ignorava-se o grande dia de tão notável aniversário, e Sua Excelência via passar obscuramente a sua data.

Mais tarde, feito governador, os amigos exigiram que Sua Excelência também completasse anos, e foi que Sua Excelência declarou que nasceu a 10 de maio, antecipando por três dias o seu natalício. Nós, porém, podemos assegurar que Sua Excelência é “13 de maio”.

A Sua Excelência mandamos, na passagem de seu aniversário, os nossos sinceros parabéns, desejando que a terra lhe seja leve.¹⁹⁷

Essa insistência em marcar o corpo e a origem do governante encontra eco nas reflexões de Grada Kilomba¹⁹⁸ em sua obra *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, para quem tais termos criam uma hierarquia dentro da negritude que serve para construir a branquitude como a “condição humana ideal”. Ao utilizar expressões como “degenerado negroide” ou “crioulo puro-sangue”, a oposição operava o que Kilomba define como a imposição de uma identidade animalizada e impura.

A própria etimologia de termos de miscigenação, conforme aponta a autora, remete a cruzamentos de espécies animais para definir seres considerados inferiores, uma lógica que o jornal aplica ao descrever Antonino como um “feio aleijão” cujas “qualidades hereditárias” seriam imutáveis e dignas de lástima.

O pavor demonstrado pelos redatores diante da presença física de Antonino no Palácio do governo exemplifica a tese de Frantz Fanon, de que “ter a fobia do preto é ter medo do biológico”¹⁹⁹, pois, nessa visão racista, o sujeito negro é reduzido à sua dimensão animal. Quando o jornal descreve o governador como um “cururú de lunetas” ou um “asno” que respira a plenos pulmões um “ambiente infeccionado”, ele está projetando no corpo de Freire a própria decadência que atribui ao Estado. A biologia de Antonino, seu “físico enfezado” por força do “atavismo”, torna-se, na retórica do *Cidade de Teresina*, a prova material de sua incapacidade administrativa.

¹⁹⁷ Dr. Antonino Freire. *Cidade de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 69, p. 2, 15 maio 1912.

¹⁹⁸ KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

¹⁹⁹ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008. p. 143.

Para compreender a profundidade desse ataque, é preciso estar atento, como sugere Mateus Gato²⁰⁰, às categorizações que, embora pareçam secundárias, carregam o peso das classificações raciais oitocentistas. O uso recorrente de termos como “molequinho do palácio” não é um apelido fortuito, mas uma forma de infantilizar e desautorizar o governante, fixando-o no lugar do subordinado, do liberto que “esqueceu seu lugar”. Ao encerrar sua trajetória editorial com o desejo irônico de que “a terra lhe seja leve”, o jornal não apenas antecipa o fim político de Antonino Freire, mas tenta enterrar com ele a possibilidade de que um homem supostamente negro, rotulado como “negroide”, pudesse exercer o poder de forma autônoma e digna no Piauí do início do século XX.

Para além da boa ou má administração feita por Antonino Freire, a análise foca nos ataques específicos que recebia. O jogo político piauiense era pautado em constantes trocas de farpas de diferentes naturezas, mas é importante estar atento para a chave de leitura dessa pesquisa, a qual busca compreender em que medida as categorias raciais emergiam dos discursos por esses sujeitos proferidos.

4.3 Uma fauna de adjetivos: os ataques de cunho racial de Clodoaldo Freitas contra Campos Sales

Nesse segmento, trataremos acerca da disputa política de Clodoaldo Freitas²⁰¹ contra Campos Sales²⁰². Em seu livro *Os fatores do coelhado*²⁰³, Clodoaldo expõe suas opiniões sobre aquele que se tornou um opositor e inimigo, e para quem dedica uma enxurrada de

²⁰⁰ GATO, Mateus. *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

²⁰¹ Clodoaldo Severo Conrado Freitas (1855-1924). Magistrado, historiador, jornalista e político piauiense. Foi o principal articulador da fundação e o primeiro presidente da Academia Piauiense de Letras (APL), em 1917. Sua produção intelectual é considerada fundante para a historiografia do Piauí, destacando-se a obra *História do Piauí* (1902). ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *170 anos de Clodoaldo Freitas: fundador e primeiro presidente da APL*. Teresina: APL, 7 set. 2025. Disponível em:

<https://www.academiapiaiensedeletras.org.br/170-anos-de-clodoaldo-freitas-fundador-e-primeiro-presidente-da-apl/>. Acesso em: 8 mar. 2026.

²⁰² Manuel Ferraz de Campos Sales (1841-1913). Advogado e político, foi o quarto Presidente da República (1898-1902). Sua gestão foi marcada pelo saneamento financeiro do país, por meio do *Funding Loan*, e pela consolidação da “Política dos Estados” (ou Política dos Governadores), que estruturou o sistema de apoio mútuo entre o governo federal e as oligarquias estaduais durante a Primeira República. BRASIL. Arquivo Nacional. *Manuel Ferraz de Campos Sales*. Rio de Janeiro: Centro de Referência de Acervos Presidenciais, [s.d.]. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/89-campos-salles>. Acesso em: 8 mar. 2026.

²⁰³ FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado: esboço de história*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

adjetivações animais, que confluem para um lugar de racialização, que serve como principal meio de inferiorizar seu oponente, Campos Sales.

Imagem 2 - Fotografia de Manuel Ferraz de Campos Sales



Fonte: Centro de Referência de Acervos Presidenciais²⁰⁴

Partindo da ofensiva jornalística contra Antonino Freire para o embate político de Clodoaldo Freitas contra Campos Sales, há a necessidade de uma compreensão profunda da atmosfera republicana no Piauí, que Teresinha Queiroz define como a “construção de uma (im)possível República”²⁰⁵. Se no setor anterior do capítulo observamos o jornal Cidade de Teresina operando como um porta-voz de ataques sistemáticos e racializados por intermédio de suas páginas e tintas, agora penetramos no gabinete do intelectual, onde a violência simbólica ganha contornos de erudição. No entanto, o palco é o mesmo: um cenário onde a política não era um campo de debates diplomáticos, mas uma “luta pela vida”.

Segundo Queiroz, a história inicial da República brasileira, especialmente no Piauí, deve ser lida a partir da ideia de que o crer em política estava intrinsecamente ligado à necessidade de sobrevivência dos grupos disputantes. A República piauiense nasceu sob a

²⁰⁴ A relevância desta imagem na dissertação reside na tensão entre a representação oficial do sujeito e a retórica de animalização e racialização presente em *Os Fatores do Coelhado*. Ao confrontarmos o rosto de Campos Sales com as descrições que tentavam reduzi-lo a figuras animais ou a estigmas de inferioridade, percebemos como a escrita de Clodoaldo operava uma "deformação" estratégica do adversário. A fotografia, portanto, não busca fixar uma identidade racial, mas serve para ilustrar o corpo político que a oposição tentava desumanizar; ela é o documento do "outro" do escritor piauiense que precisava de ser diminuído através do deboche e da racialização para que a sua autoridade política fosse invalidada.

²⁰⁵ QUEIROZ, Teresinha. A construção de uma (im)possível República: entre o nascer, o sobreviver e o (des)agradar. In: FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado: escorço de história*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

égide de desavenças profundas, em que a alternância de discursos similares escondia uma lógica implacável: a de que ser vencido significava a “eliminação — física, moral, espacial, institucional”. Enquanto Freire era o alvo da “metralhadora” jornalística que o fixava como o “negroide palaciano”, Clodoaldo Freitas, ele próprio um sujeito inserido nas complexas tramas de poder e parentesco da elite, assume o papel de autor de uma feroz peça acusatória.

A análise de Teresinha Queiroz é fundamental para entender que os ataques de Clodoaldo em *Os fatores do coelhado* não são acessos isolados de fúria, mas exemplificam com propriedade os “dardos e essas dores” do passado republicano. A política do período era regida por mecanismos de seleção e afastamento, nos quais as campanhas difamatórias serviam como instrumentos de disciplina e punição política. Clodoaldo Freitas, ao ver sua nomeação para o cargo de juiz anulada por influência direta de Campos Sales e do conselheiro Coelho Rodrigues, sente na pele o peso dessa seleção excludente. O ressentimento que emana de sua obra é, portanto, o subproduto de um sistema em que o prestígio e a sobrevivência institucional dependiam da aniquilação do adversário.

Se contra Freire a acusação era de ser um “fantoche” ou um “preto de palácio” destituído de vontade própria, Clodoaldo Freitas elevará o tom contra Sales, transportando o debate para o campo do que ele chama de atavismo e animalidade. O uso da biologia como arma política, que vimos germinar nas páginas do jornal *Cidade de Teresina*, floresce de forma amarga e “científica” na pena de Clodoaldo. Ele não ataca Sales apenas por seus erros como Ministro da Justiça, mas por sua suposta natureza inferior, herdada de uma “raça de que procede”.

Até então é possível notar que o ataque racializado era uma ferramenta por excelência desta República em construção. A “fauna de adjetivos” que Clodoaldo dedicará a Campos Sales é a manifestação literária dessa política de eliminação moral, onde a racialização serve para “provar” que o adversário não é apenas um opositor, mas um ser biologicamente incompatível com a dignidade do cargo que ocupa.

Para que seja possível compreender o peso da mão de Clodoaldo Freitas e por que ele escolheu as palavras mais cortantes do dicionário racial da época para atacar Campos Sales, é necessário primeiro retirar o Manuel Ferraz de Campos Sales do pedestal de nome de rua ou de foto de livro didático e enxergá-lo como o arquiteto de um sistema que, na prática, removeu muita gente para fora do jogo político. Sales não era um burocrata qualquer; ele era a própria personificação da elite pensante paulista, formado no Largo São Francisco na década de 1860, o coração do liberalismo brasileiro.

Só que o Sales carregava uma característica ímpar da dita “República Velha”: ele era um liberal da boca para fora ou, melhor dizendo, um liberal na economia que não hesitava em ser autoritário na política. Como bem aponta Arsênio Eduardo Corrêa, ele foi o pai da Política dos Governadores, um arranjo que não precisou de nenhuma lei nova para existir, mas que desfigurou completamente a ideia de democracia no Brasil.

O trato era: o governo federal não se metia nas maracutaia das elites locais (como o “Coelhado” no Piauí) e, em troca, essas elites garantiam que só seriam eleitos deputados que apoiassem o presidente. Quem perdia? O povo e, claro, os opositores como Clodoaldo, que viam a representação ser “degolada” pelas comissões de verificação de diploma.

É nesse cenário de uma “República impossível”, como define Teresinha Queiroz, que o ódio de Clodoaldo ganha corpo. Para Clodoaldo, Sales não era apenas o ministro da justiça que, num canetaço, anulou sua nomeação para juiz e o jogou no ostracismo; ele era o símbolo de uma República que nascia traindo os republicanos históricos para se deitar com os velhos conservadores do Império. Clodoaldo olhava para Sales e não via o estadista; via o “gorducho paulista”, o “nulo advogado” e, principalmente, o “republicano negreiro”.

Sales, para Clodoaldo, era o “instrumento inconsciente” de Coelho Rodrigues, um sujeito sem luz própria, um “tribuno mentecapto” que, apesar de ocupar a cadeira de Ministro, mantinha, na visão do intelectual piauiense, a “alma negregada” de quem nunca deixou de ser um capacho das oligarquias. É essa imagem de um homem poderoso, mas “essencialmente inferior”, que Clodoaldo vai destrinchar em seu libelo, transformando o ressentimento pessoal em uma tese de racialização biológica.

Para compreendermos a raiz da fúria que move a pena de Clodoaldo Freitas em *Os fatores do coelhado*, precisamos recuar ao momento em que as promessas de renovação da República recém-proclamada se chocaram com a realidade das conveniências políticas. O que ocorreu com Clodoaldo não foi apenas um revés burocrático, mas uma manobra de exclusão que ele interpreta como uma traição aos próprios fundamentos do movimento republicano no Piauí.

Clodoaldo Freitas, que se autodefinia como um “republicano histórico”, ou seja, alguém que defendia a causa muito antes de ela se tornar o regime oficial, viu sua trajetória profissional ser interrompida por um ato, lido por ele, como arbítrio ministerial. Segundo o relato contido em seu texto acusatório, Clodoaldo seria nomeado para alguma vara de direito no Piauí²⁰⁶. Essa nomeação representava não apenas a ascensão de um magistrado, mas a

²⁰⁶ FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*: escorço de história. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. p. 17.

ocupação de espaços de poder por nomes que, teoricamente, estavam alinhados com a nova ordem estabelecida após 15 de novembro de 1889.

No entanto, o cenário mudou drasticamente sob a gestão de Manuel Ferraz de Campos Sales no Ministério da Justiça do Governo Provisório. Clodoaldo narra que sua permanência no cargo se tornou alvo de uma articulação direta entre Campos Sales e o conselheiro Antônio Coelho Rodrigues, o mentor intelectual do grupo político que Clodoaldo batizou de “Coelhado”. O resultado dessa interferência foi a anulação de sua nomeação.

Para Clodoaldo, esse ato não foi uma decisão baseada em critérios jurídicos ou administrativos, mas sim uma conta que corria juros há muito tempo, uma liquidação política operada por um ministro que ele descreve como “incapaz” e “entregue de corpo e alma” aos seus mentores.

O texto deixa claro que Clodoaldo se sentiu “atirado aos cães”, enquanto posições de prestígio eram entregues a conservadores considerados mais retrógrados, que haviam aderido à República por conveniência.²⁰⁷ Ele descreve o ambiente do Governo Provisório como um período de intolerável reacionária, ao mesmo tempo pequenina e acanalhada²⁰⁸, em suas palavras, onde a moral foi “levada de roldão” para dar lugar a vinganças pessoais disfarçadas de política oficial.

Na visão de Clodoaldo, Campos Sales mentiu ao afirmar que a tolerância guiava o governo; na prática, o que houve foi a abertura de “fundas valas de ódio e dissensão”²⁰⁹ que visavam extirpar do aparato estatal aqueles que, como ele, possuíam independência de pensamento ou histórico de oposição às oligarquias tradicionais.

Dessa forma, a anulação do decreto que o mantinha na magistratura em Jaicós é o fato gerador de toda a sua literatura de revide. Clodoaldo não escreve *Os fatores do coelhado* como um observador neutro, mas como um sujeito que teve sua carreira demolida por quem ele considera o coveiro da Pátria. O ressentimento aqui é institucional: ele acusa Sales de ter desvalorizado a representação política e de ter se tornado um instrumento inconsciente nas mãos de Coelho Rodrigues para perseguir adversários locais no Piauí.

Essa suposta perseguição, que Clodoaldo detalha com minúcia técnica ao criticar a falta de preparo jurídico de Sales, a quem chama de “nulo advogado” e “tribuno mentecapto”²¹⁰, serve para demonstrar que a República, longe de ser o império da lei,

²⁰⁷ FREITAS, 2019. p. 25.

²⁰⁸ FREITAS, 2019. p. 25.

²⁰⁹ FREITAS, 2019. p. 25.

²¹⁰ FREITAS, 2019. p. 15.

carregava consigo disputas e arranjos que serviam fortemente a interesses privados de ambos os lados e pouco ao interesse público.

Ao ser impedido de exercer a judicatura, Clodoaldo Freitas transforma o seu drama pessoal em um sintoma da falência moral do regime, pavimentando o caminho para o que analisaremos a seguir: a transição desse ódio institucional para uma agressividade que buscará no corpo e na descendência de Campos Sales a explicação para a dita imoralidade administrativa. Ele escreve para liquidar a conta com o homem que, em sua visão, traiu os republicanos piauienses para se aliar aos antigos donos do poder, utilizando a pasta da justiça como uma extensão das senzalas e dos currais políticos das elites agrárias.

A narrativa de *Os Fatores do Coelhoado* é estruturada sobre a premissa de que a política é um reflexo direto da biologia. O autor utiliza a chave do racismo científico para destituir Campos Sales de sua humanidade e, conseqüentemente, de sua competência para o cargo que ocupa. Ao descrever o ministro como um descendente de africano ou afirmar que sua raça é a mais vizinha da animalidade, o texto estabelece uma hierarquia ontológica onde o negro e o mestiço são retratados como seres em estágio evolutivo inferior.

Essa fauna de adjetivos não é meramente retórica; ela busca cientificar o preconceito, sugerindo que a “estupidez” e a “boçalidade” de Sales são traços genéticos imutáveis, ou seja, uma “revivescência atávica da raça de que procede”. Clodoaldo explicita isso em passagens como a seguinte:

Como todo descendente de africanos, o Sr. Campos Sales, além do enorme par de beiços de cafre, é opinioso e estúpido na sua teimosia. Erra, mas não cede. Um sábio antigo dizia que errar é dos homens e permanecer no erro, dos brutos. A máxima aplica-se ao general da justiça, pois a sua raça é a mais vizinha da animalidade. Conhecendo o fraco do obstinado reformador e sabendo que o bruto, uma vez dando com a cabeça para um lado, nada o demove, o patrão do coelhado deu-lhe bastante milho, soprou-lhe nos ouvidos meia dúzia de frases latinas e eis o tipo convencido, certo, inabalável na sua fé de grande reformador! Daí todas as concessões, todas as fraquezas, todas as vontades ao Sr. conselheiro Coelho Rodrigues.²¹¹

O autor mobiliza o conceito de degeneracionismo ao sugerir que a ascensão de tais figuras ao poder representa uma patologia social, onde a “lama” e a “lia” sobem à superfície durante as tempestades revolucionárias. A descrição física ganha contornos de diagnóstico biológico da época: o “enorme par de beiços de cafre” e o “cachaço suíno” são apresentados como evidências externas de um sujeito aquém da humanidade.

²¹¹ FREITAS, 2019. p. 19.

Ao animalizar o corpo do outro, comparando-o a um “jumento” e “cão amestrado”²¹², o narrador constrói uma narrativa de “limpeza necessária”, onde o sujeito racializado é inerentemente incapaz de processar a força da lógica, restando-lhe apenas a força dos pulmões. Assim, a perseguição política é camuflada como uma defesa da civilização contra a suposta barbárie biológica dos que “vieram das senzalas”²¹³.

Nesta narrativa, a “senzala” é mobilizada como um espaço de degradação que persegue o indivíduo, independentemente de sua ascensão social ou intelectual. O autor utiliza o termo não para denunciar as injustiças do sistema escravocrata, mas para marcar seus oponentes com um selo de inferioridade social e moral indelével. Segundo Freitas:

Esse dia tão ardentemente esperado chegou, felizmente, e pouco me custa traçar o quadro das iniquidades desse poltrão que conspurcou a pasta da justiça e foi o sacerdote da injustiça, do ódio, das vinganças contra grande parte de seus colegas, somente para montar grupos políticos e dar força aos que, como ele, vieram das senzalas negreiras.²¹⁴

Ao referir-se a Campos Sales e seus aliados como indivíduos que “vieram das senzalas negreiras”, o texto estabelece que o poder republicano foi “conspurado” por elementos que carregam uma “alma negregada”, um termo que funde a cor da pele com a corrupção moral.

Um ponto a ser destacado na acusação feita por Clodoaldo Freitas surge quando o autor utiliza o abolicionismo como uma ferramenta de desqualificação, tal qual como visto ser feito pelo jornal *O Abolicionista*. Ele opera uma manobra retórica na qual ao mesmo tempo que animaliza Campos Sales através de hierarquias raciais explícitas, ele o acusa de ser um “republicano negreiro” aliado de “escravocratas”. Clodoaldo acusa Campos Sales da seguinte maneira:

Como um cão amestrado, o general paulista mordeu a quem o patrão do coelhado, açulando-o, mandava morder, de maneira que o mísero ficou com as presas ensanguentadas e rombas de tanto estraçalhar carnes humanas. É verdade que essas presas já tinham perdido parte da sua afiação rasgando as carnes dos escravos, em cujo meio o general se exercitava nos altos problemas sociais.²¹⁵

Essa estrutura opera a favor da tese de que, para muitos sujeitos dessa época, ser contra a escravidão não implicava ser contra as estruturas de hierarquização racial. Pelo contrário: ele usa o passado de Sales como suposto castigador de escravos para provar que o ministro possui uma natureza violenta e autoritária.

²¹² FREITAS, 2019. p. 19.

²¹³ FREITAS, 2019. p. 18.

²¹⁴ FREITAS, 2019. p. 18.

²¹⁵ FREITAS, 2019. p. 19.

O abolicionismo aqui novamente não é um projeto de igualdade, mas um critério de distinção moral e heroica. O autor se coloca como o verdadeiro republicano, enquanto Sales seria um intruso que trouxe os vícios da senzala e da feitoria para a gestão pública. Assim, a raça permanece como o elemento supremo de hierarquia: Sales é atacado por supostamente ser descendente de escravizados e, simultaneamente, por ter agido como escravocrata, prendendo-o em um ciclo de desonra de onde a biologia e a história não o deixam sair.

Ademais, o autor consolida a ideia de que o governo não é apenas um espaço de debate de ideias, mas um banquete reservado a uma elite de brios e honra, da qual os seus adversários seriam meros intrusos. A hierarquia social é apresentada como uma extensão da biologia: ao descrever Campos Sales como alguém cujas feições servem apenas para “copeiro imperial ou guarda-portão de convento”, o narrador tenta fixar o sujeito racializado em posições de servidão histórica. Para o autor, o cargo público exige uma “pujança intelectual” que a “natureza amolgada” de Sales seria incapaz de produzir, restando-lhe apenas o papel de lacaio ou títere. Isso é posto no trecho a seguir:

Nascido para tudo, tanto envergou garbosamente esse fardão de general como uma libré de lacaio do paço e a natureza amolgou o seu físico para justamente servir de copeiro imperial ou guarda-portão de convento. [...] Se a pujança estentórica dos pulmões fosse sinal de mérito intelectual, decerto o Sr. Campos Sales seria um grande orador; mas, igualmente, um jumento lhe disputaria as honras da eloquência.²¹⁶

A narrativa utiliza o preceito de classe para pintar a administração pública do período como uma “cloaca” onde a “lama veio à tona”. O autor sente uma profunda ofensa de classe ao ver esses sujeitos ocupando posições públicas, tratando a ascensão desses indivíduos como uma “invasão de galés”.

Clodoaldo despreza a “senzala” não somente por ser um local de opressão, mas por ser o berço de uma classe que ele considera moral e intelectualmente nula. Ao final, o autor se coloca no tribunal da história como o legítimo herdeiro da civilização, enquanto seus opositores são relegados ao “monturo” e ao “presídio das maldições”, vítimas de sua própria “insignificante natureza”²¹⁷.

A análise das agressões dirigidas a Antonino Freire na imprensa e a Campos Sales no texto de Clodoaldo Freitas revela uma estratégia de deslegitimação que opera por meio da racialização relacional. Embora ambos ocupassem o topo da hierarquia política brasileira — um como governador e outro como ministro e futuro presidente —, seus opositores utilizam a

²¹⁶ FREITAS, 2019. p. 15.

²¹⁷ FREITAS, 2019. p. 23.

raça como um mecanismo para destituí-los de sua autoridade pública e devolvê-los a uma suposta “natureza” subalterna.

Nesse processo, o olhar do agressor funciona como o dispositivo descrito por Frantz Fanon: “Meu corpo era devolvido desancado, desconjuntado, demolido, todo enlutado, naquele dia branco de inverno. O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto!”²¹⁸. Quando a nota de jornal classifica Antonino Freire como um “degenerado negroide” ou quando Clodoaldo Freitas descreve a raça de Campos Sales como a mais vizinha da animalidade, o que ocorre é o esvaziamento do sujeito político em favor do objeto biológico.

Como aponta Fanon, “ter a fobia do preto é ter medo do biológico. Pois o preto não passa do biológico. É um animal.”²¹⁹. Ao animalizar o adversário através de termos como jumento ou cachaço suíno, o agressor tenta fixá-lo em uma ontologia inferior da qual nem o cargo de Estado poderia resgatá-lo.

Essa racialização é, contudo, profundamente relacional e sociológica, o autor opera uma racialização complexa de modo que pouco importava se esses homens se auto definiam como brancos ou se circulavam como tal nos salões da elite. Como explica Clóvis Moura em seu livro *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*²²⁰, o conceito de branco no Brasil não é um dado puramente antropológico, mas uma construção que leva em conta uma série de valores de uma sociedade competitiva. O “branco por autodefinição” é aquele elemento que, embora possuindo mescla de sangue negro ou indígena, define-se como branco por encontrar-se em uma posição social capaz de “branqueá-lo” perante as classes dominantes.

Antonino Freire e Campos Sales, inseridos nessa elite, operavam sob essa lógica de autodefinição. No entanto, o ataque racial de seus pares rompe esse pacto de branquitude sociológica. Ao evocar as “senzalas negreiras” ou o estigma do 13 de maio, o opositor retira o véu da posição social e expõe a visão reflexa da nação: um esforço desesperado de elites que querem se igualar aos colonizadores, mas que usam a raça do outro como prova de atraso.

Assim, a disputa política transmuta-se em um tribunal biológico. A desqualificação não se dá pelo erro administrativo, mas pela suposta incapacidade inerente de quem carrega a “mancha” da origem. O fechamento dessa lógica em Clodoaldo Freitas é emblemático:

O Sr. Campos Sales e o conselheiro Coelho Rodrigues são, pois, os dois primeiros fatores do coelhado, este o autor, aquele o executor dessa feroz ditadura, que não encontra semelhante senão na dos presídios moscovitas da

²¹⁸ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008. p. 107.

²¹⁹ FANON, 2008. p. 143.

²²⁰ MOURA, Clóvis Steiger de Assis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Dandara Editora, 2021.

Sibéria. Eles se irmanaram, juntos assestaram suas armas contra nós. Aquelas duas almas saídas do ambiente maldito das senzalas se entenderam, se completaram, o que não evitou, é verdade, que o segundo, logo que visse no chão o seu instrumento, desse-lhe com os pés, realizando assim a verdade do provérbio que diz: *Asinus asinum fricat* [Um asno esfrega o outro].²²¹

O movimento é claro: retira-se o título de “Excelência” e o sujeito é categorizado como “asno”, “instrumento” descartável. Nesse encerramento, a “senzala” é o ambiente que unifica e, ao mesmo tempo, condena os sujeitos à deslealdade e à animalidade, reforçando a tese de que, no pensamento dessa elite letrada, a abolição jurídica não alterou a hierarquia biológica que fundamentava sua visão de mundo.

4.4 Um “defeito” de origem: as nuances raciais nas disputas entre Higino Cunha e Miguel Rosa

A análise deste tópico será feita a partir dos inúmeros ataques e polêmicas em torno de Higino Cunha²²² no que diz respeito a sua ascendência e descendência. Seus embates, especialmente com Simplício Coelho de Resende²²³ e Miguel Rosa²²⁴, eram pautados por oposições políticas, ideológicas e conceituais, mas há também a presença da ferramenta racial. Foi vítima constante de ataques raciais que alegavam que sua mãe tinha ligação com um passado escravizado, sendo questionado, inclusive, sobre sua certidão de nascimento.

²²¹ FREITAS, 2019. p. 27.

²²² Higino Cícero da Cunha (1858–1943). Advogado, magistrado, jornalista, historiador e político. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras (APL), instituição que presidiu e na qual é o patrono da Cadeira nº 2. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, destacou-se como um dos mais brilhantes oradores de sua geração, deixando vasta produção intelectual que transita entre a filosofia, a crítica literária e a sociologia. ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *Higino Cunha*. Teresina: APL, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.academiapiaiensedeletras.org.br/higino-cunha/>. Acesso em: 8 mar. 2026.

²²³ Simplício Coelho de Rezende (1841–1915). Advogado, jornalista, professor e político piauiense de perfil conservador e polêmico. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, atuou como promotor público em Piracuruca e Parnaíba antes de se tornar professor do Liceu Piauiense. Foi deputado provincial e geral, destacando-se nacionalmente por sua participação na “Questão Militar”. Na imprensa, fundou e redigiu o jornal *A Phalange* (1889), utilizando-o como tribuna para embates intrapartidários e defesa de seus ideais políticos. MELO, Camilla de Sousa; SANTOS, Jéssica Catarine; REGO, Ana Regina. *A Phalange: voz e discurso do jornalista piauiense Simplício Coelho de Rezende*. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 13., 2011, Maceió. Anais [...]. Maceió: Intercom, 2011. p. 1-15.

²²⁴ Miguel de Paiva Rosa (1876–1929). Político piauiense. Foi presidente do Estado do Piauí entre 1912 e 1916, assumindo o cargo no contexto da “Política das Salvações”. A sua administração foi marcada pelos esforços de pacificação política e pela reorganização administrativa e financeira do estado após um período de intensa instabilidade. ROSA, Miguel de Paiva. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889–1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROSA,%20Miguel%20de%20Paiva.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2026.

Imagem 3 - Fotografia de Higino Cunha



Fonte: Academia Piauiense de Letras²²⁵

Higino Cunha (1858–1939) ocupa um lugar de destaque e, ao mesmo tempo, de tensão na historiografia política e intelectual do Piauí. Sua trajetória é representativa de uma geração que, entre os decênios de 1870 e 1930, atuou como “construtora consciente” das transformações que marcaram a passagem do Império para a República. Para além das narrativas biográficas que buscam fixá-lo em origens familiares específicas, Higino define-se, primordialmente, pelo seu trânsito entre diferentes espaços geográficos e simbólicos: do Maranhão natal para os estudos secundários em São Luís, culminando na sua formação jurídica na Faculdade de Direito do Recife.

Ao graduar-se em 1883, Cunha trazia consigo a efervescência da Escola do Recife. Sua formação não foi um processo de absorção passiva de dogmas, mas uma imersão nas controvérsias de seu tempo. Sob o impacto de figuras como Tobias Barreto, Higino envolveu-se com o monismo, o evolucionismo e o germanismo filosófico, correntes que desafiavam as velhas estruturas do pensamento luso-brasileiro. Essa bagagem intelectual conferiu-lhe um vocabulário que mesclava o rigor jurídico com uma curiosidade científica aguçada, permitindo-lhe transitar por temas que iam da história das religiões à evolução

²²⁵ A utilização da iconografia nesta dissertação não visa estabelecer uma “verdade biológica” ou fixar a identidade racial dos sujeitos sob uma ótica essencialista. A imagem é mobilizada aqui como documento histórico. A relevância do registro visual reside, portanto, na capacidade de evidenciar a tensão entre a representação oficial de autoridade projetada pelo sujeito e o esforço de deslegitimação operado por seus oponentes. Ao confrontar o retrato com a virulência dos ataques nos periódicos, a imagem permite visualizar o alvo exato da racialização.

biológica. Como observa Teresinha Queiroz, Higino habitava essa “teia inconsútil” da história, onde a ciência não era um sistema fechado, mas uma ferramenta para interpretar uma modernidade que se anunciava turbulenta.²²⁶

A chegada de Higino Cunha ao Piauí e sua subsequente ascensão na vida pública ocorreram pela via do bacharelismo. Em uma sociedade onde o título acadêmico e o domínio da palavra escrita eram passaportes para o poder, ele ocupou postos estratégicos no aparato estatal: foi promotor público, juiz de direito e secretário de governo. Sua inserção política, contudo, não se limitava aos gabinetes; ela ganhava corpo e visibilidade nas páginas da imprensa.

Através de periódicos como o *Diário do Piauí*, o *Correio de Teresina* e *A Imprensa*, Higino atuou como um mediador cultural e um polemista incansável. Ele não era um político de bases oligárquicas tradicionais, mas um organizador de cultura que utilizava a autoridade do saber para validar sua presença no “Olimpo” da elite local. Sua atuação na cena pública era marcada por uma dualidade: ao mesmo tempo em que era o funcionário do Estado, encarregado da ordem e da aplicação da lei, era também o intelectual que buscava educar a sensibilidade da elite piauiense por meio da arte e da ciência.

Essa posição de prestígio, contudo, não era homogênea nem desprovida de atritos. Sua autoridade baseada no mérito intelectual e na competência administrativa frequentemente colidia com as estruturas de poder que valorizavam a linhagem e a tradição. A inserção política de Higino Cunha no Piauí era, portanto, um exercício de equilíbrio precário: seu capital simbólico era o saber jurídico de Recife, mas sua legitimidade seria testada nos embates personalistas da política teresinense, onde a “ciência” que ele defendia seria, ironicamente, voltada contra ele em forma de ferramentas de escrutínio racial e genealógico.

A autoridade de Higino Cunha, construída sobre o verniz da Escola do Recife e sua sólida carreira na magistratura, não o imunizou contra o caráter virulento das disputas políticas piauienses, que frequentemente transbordavam do debate administrativo para o campo da honra pessoal. Um dos episódios mais emblemáticos desse embate deu-se na polêmica travada contra Simplicio Coelho de Resende, tendo como pano de fundo a chamada Questão Militar. Esse conflito, que marcou os estertores do Império na década de 1880, opunha a elite civil, os chamados “casacas”, ao oficialato do Exército, em uma contenda sobre o direito de expressão dos militares e a autonomia da honra fardada ante o poder ministerial.

²²⁶ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Sobre política, Ciência e Arte: Higino Cunha e as Controvérsias de seu Tempo. in: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: ANPUH, 2011.

Como observa André Fertig,²²⁷ a Questão Militar foi, essencialmente, uma disputa de sensibilidades, em que o Exército passou a exigir o reconhecimento de sua importância institucional após a Guerra do Paraguai. Um dos pontos culminantes desse processo foi o caso do Coronel Cunha Mattos, punido por responder a críticas feitas no Parlamento.

De acordo com a perspectiva de Teresinha Queiroz, o rastilho de pólvora que alimentou a Questão Militar, um dos pilares da erosão do Segundo Reinado, foi aceso originalmente em solo piauiense²²⁸. O incidente brotou de uma fiscalização de rotina conduzida pelo coronel Cunha Matos em uma companhia de infantaria em Teresina, cujos apontamentos críticos atingiram diretamente o capitão Pedro Lima. A rede de sociabilidades da época, contudo, conectava o capitão ao deputado Simplício Coelho de Resende, que utilizou a tribuna da Câmara Federal para converter uma questão de caserna em um embate político de alta voltagem. Ao defender o aliado, Simplício desferiu ataques frontais à integridade de Cunha Matos, rotulando-o publicamente como traidor e covarde.

O desagravo buscado pelo coronel através da imprensa resultou em sua punição e prisão por ordens do Ministério da Guerra, mas o ato disciplinar acabou por inflamar o brio da oficialidade. O episódio, gestado no Piauí, transmutou-se em um emblema da indignação do Exército contra a tutela dos casacas, precipitando o divórcio entre os militares e a Monarquia.

Em meio a esse contexto, Higino Cunha resgatou esse episódio de tensão nacional para alvejar a coragem moral de Simplício, que havia sido o deputado agressor de Cunha Mattos na Câmara. Em um artigo publicado no jornal *A Imprensa*, Higino relembrou o fato construindo uma narrativa expositória contra o desafio:

O articulista sabe muito bem que o Dr. Souza Lima saiu triunfante daquela intriga tramada nas sombras. Nós não caluniamos nem inventamos fatos. A história da fuga está no domínio de todos, com todos os indícios da verdade. O deputado pelo 2º distrito ultraja um militar eminente no seio da representação nacional. Os militares se levantam, fazem reuniões e protestam veementemente. No Senado, o Sr. Visconde de Pelotas diz que a afronta recebida pelo coronel Cunha Mattos deveria ser lavada com sangue; o Sr. Ávila afirma que faria saltar os miolos do deputado agressor. Na Rua do Ouvidor, nas reuniões de amigos, circulam versões comprometedoras para o deputado. Este se retira de repente, às escondidas, alegando à Câmara um motivo falso. Diversos jornais falam na fuga.²²⁹

²²⁷ FERTIG, André. Militares na política: o Visconde de Pelotas e a questão militar nos anos finais do Império do Brasil. *Estudios Históricos*, Uruguay, v. 9, n. 18, jul./dez. 2017.

²²⁸ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Sobre política, Ciência e Arte: Higino Cunha e as Controvérsias de seu Tempo. in: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo:ANPUH, 2011.

²²⁹ CUNHA, Higino. Turvam-se os horizontes. *A imprensa*. Teresina, ano XXII, n. 939, p. 1. 16 out. 1886.

Ao evocar as vozes do Visconde de Pelotas e do Sr. Ávila, Higino Cunha posicionava Simplício fora do círculo da honra masculina e militar, expondo-o como um homem que, diante da ameaça de ter os “miolos saltados” ou a honra “lavada com sangue”, teria optado pela fuga desonrosa sob um pretexto falso. Para um político da elite imperial e republicana, ser acusado de fugir “às escondidas” da Rua do Ouvidor, o epicentro da opinião pública da Corte, era um ferimento quase letal à sua imagem pública.

Entretanto, a reação de Simplício Coelho de Resende a esse ataque moral não se deu pela via da retificação histórica ou da defesa de sua coragem política. Simplício operou um deslocamento específico: para anular a fala de Higino, ele decidiu aniquilar o próprio sujeito que falava. Diante da acusação de covardia, Simplício retaliou com a calúnia racial, acionando o que chamamos de “defeito de origem”. Foi nesse momento que as dúvidas sobre a legitimidade da certidão de nascimento de Higino e o passado supostamente escravizado de sua mãe foram lançados ao debate público como ferramentas de interdito²³⁰.

Nesse movimento de réplica, a ferramenta racial foi utilizada para despojar Higino Cunha de sua autoridade bacharelesca. Ao ser confrontado com o fantasma da “fuga”, Simplício tentou devolver ao biológico o corpo de seu agressor, nos termos propostos por Frantz Fanon. A acusação racial visava “desancar e demolir” a imagem de Higino, sugerindo que um homem de “origem impura” não possuía a dignidade necessária para julgar a honra de um par da elite branca.

Além disso, como destaca Clóvis Moura²³¹, a brancura operava aqui como uma categoria sociológica defensiva: Simplício, sentindo sua posição de prestígio ameaçada pela narrativa de covardia, recorreu à visão simbólica da superioridade de sangue para expulsar Higino da arena dos iguais. A calúnia racial se dava como uma estratégia de poder que visava provar que, por trás do magistrado instruído no Recife, escondia-se uma linhagem que a elite piauiense, em sua neurose hierárquica, ainda associava ao “ambiente maldito das senzalas”.

A transição da polêmica com Simplício Rezende para o embate com Miguel Rosa revela que o recurso ao estigma racial não era um incidente isolado, mas uma tática estruturante de manutenção de poder na política piauiense. Se Higino Cunha utilizava sua erudição como uma armadura, muitas vezes desferindo ataques através de artigos densos e multilíngues, Miguel Rosa, então governador, buscava dismantlar essa autoridade intelectual

²³⁰ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Sobre política, Ciência e Arte: Higino Cunha e as Controvérsias de seu Tempo. in: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História — ANPUH. São Paulo: ANPUH, 2011.

²³¹ MOURA, Clóvis Steiger de Assis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Dandara Editora, 2021.

ridicularizando-a como um adereço postiço. Para Rosa, o refinamento de Higino não passava de uma impostura:

O Dr. Higino Cunha escreveu um artigo com citações em três línguas, para dizer duas simples coisas: que a nossa discussão não está à altura em que a quisera colocar e que ainda tem garras aduncas para ferir. [...] Se, portanto, há sujidade, imundície, nas nossas escritas a culpa não é nossa e sim do nosso contendor, que não pauta os seus atos pela moral e pela decência [...] O que dói no truão Passa-bem é a demonstração cabal de que ele não sabe coisa alguma, vive do alarde de conhecimentos que não possui, da pose de onisciência, é um literato de retalhos e um jurista de fancaria. [...] uma gralha enfeitada com penas de pavão.²³²

Ao rotulá-lo como uma “galha enfeitada com penas de pavão”, Miguel Rosa tentava despir Higino de sua legitimidade intelectual, sugerindo que sua cultura era um “retalho” que ocultava uma natureza inferior. Essa estratégia de desumanização intelectual preparava o terreno para o ataque biológico definitivo.

Assim como Simplício Rezende fizera décadas antes, Rosa utilizou a investigação da vida privada como arma de interdição, anunciando publicamente o escrutínio da origem de seu adversário: “Fomos forçados a publicar hoje [25-11-1915], o artigo com que costumamos desancar o Dr. Higino Cunha, às quintas-feiras. É que pedimos para São José dos Matões a sua certidão de batismo, que pretendemos publicar, e o portador não regressou até a última hora”²³³.

A ameaça da certidão de batismo era a tentativa de formalizar burocraticamente o “defeito de origem”. Ao buscar o documento em São José dos Matões, o governador pretendia expor a condição de “filho natural” de Higino e, mais do que isso, sinalizar uma ancestralidade que o vinculava ao passado escravizado. Diante dessa ofensiva que visava feri-lo em sua filiação, Higino Cunha reagiu defendendo a clareza de sua linhagem e, significativamente, a cor de sua ascendência:

Não satisfeito com os desatinos já praticados, supõe ferir-me na minha filiação, como se eu fosse algum fidalgo desconhecido, descendente de pais desconhecidos. [...] Como consta de vários atos de minha vida, na minha certidão de batismo S.S. encontrará o nome de um menino ao lado do nome de sua mãe branca; nada mais.²³⁴

A ênfase na “mãe branca” no discurso de Higino é reveladora. Em uma sociedade onde a brancura era, como define Clóvis Moura, uma categoria sociológica de privilégio e proteção, a afirmação de Higino era uma tentativa de manter-se dentro do círculo da elite

²³² ROSA apud PASSOS, Artur. Abdias Neves: homens e eventos da sua época. Teresina: [s.n.], 1966. p. 22-23.

²³³ ROSA apud PASSOS, 1966. p. 23.

²³⁴ ROSA apud PASSOS, 1966. p. 23.

“limpa”. No entanto, a fragilidade dessa “brancura de convenção” ficava exposta quando o poder político decidia revogá-la. O olhar de Miguel Rosa sobre Higino operava a redução descrita por Frantz Fanon: ao ser confrontado pela crítica do intelectual, o detentor do poder político buscava rebaixar o sujeito ao “biológico”, fixando-o no estigma da certidão duvidosa para silenciar sua voz política.

O desfecho dessa contenda, contudo, não ficou restrito ao campo das letras. Como explica Teresinha Queiroz²³⁵, os “desatinos” de Miguel Rosa culminaram em uma retaliação administrativa severa: a demissão de Higino Cunha de seus cargos como Procurador dos Feitos da Fazenda e lente do Liceu e da Escola Normal. Ao atacar a origem e, simultaneamente, atacar o prestígio público de Higino, o governador operava uma espécie de morte civil.

A estratégia de Miguel Rosa reafirmava o padrão estabelecido em 1886, evidenciando que a racialização não operava como um mero recurso subsidiário para quando a retórica política se esgotava, mas sim como um componente estrutural que se somava a uma gama de ferramentas de desmoralização. Para parte da elite piauiense, o ataque à ascendência de Higino Cunha funcionava em simbiose com a ridicularização de sua erudição e o exercício arbitrário do poder estatal, materializado em suas demissões sumárias.

Nesse cenário, o “defeito de origem” era mobilizado como um agravante letal em uma estratégia de cerco: enquanto a crítica intelectual visava desqualificar sua competência técnica, a investigação genealógica e o uso da máquina pública pretendiam anular sua própria existência social e política. Esse conjunto de manobras buscava provar que, para alguns sujeitos a ascensão ao topo da hierarquia não era um direito garantido pelo diploma de Recife, mas uma concessão precária, constantemente vigiada e passível de revogação.

A inserção de Higino Cunha nos espaços de poder era, portanto, permanentemente mediada por uma elite que utilizava as “neuroses de sangue” como uma ferramenta de controle flexível, capaz de ser acionada em conjunto com as sanções institucionais para reafirmar quem, de fato, detinha o direito de pertencer ao corpo governante do Estado.

Higino Cunha era um homem erudito. Fortemente ligado ao pensamento científico e debatedor de teses filosóficas. Ao abraçar o evolucionismo e o monismo de Tobias Barreto, Higino adotava uma linguagem que, ironicamente, servia tanto para fundamentar o progresso civilizatório que ele defendia quanto para questionar as pretensões aristocráticas da elite que o cercava.

²³⁵ QUEIROZ, 2011.

Como destaca Teresinha Queiroz²³⁶, Higino utilizava metáforas científicas para desferir críticas sutis à vaidade das linhagens tradicionais. Em seus escritos, ele frequentemente recorria à figura do *Pithecanthropus*, o predecessor do homem, para lembrar que a primazia humana sobre os outros animais não decorria de um direito divino ou de sangue, mas de uma conquista evolutiva baseada na posição vertical e pela palavra articulada. Para Higino, o homem moderno agia como um “fidalgo parvenu” (nobre emergente) que, ao atingir o topo, buscava esquecer sua origem e arvorava-se em rei da criação por um suposto direito de nascimento.

Essa perspectiva científica conferia a Higino uma arma de mão dupla. Por um lado, permitia-lhe ridicularizar o que considerava a ignorância técnica de seus oponentes, como na crítica a Miguel Rosa, a quem chamou de “jurista de fancaria” e “literato de retalhos”. Por outro, sua própria defesa do evolucionismo criava um campo de batalha perigoso: ao admitir a origem da espécie, ele oferecia, involuntariamente, flancos para que seus inimigos operassem a redução ao biológico.

Se para Higino a evolução era uma prova de mérito e esforço próprio, para seus detratores, como Simpício Rezende e Miguel Rosa, qualquer mancha na certidão de nascimento era prova de uma involução social que o desqualificava para o convívio entre os “iguais”.

Assim, a “teia inconsútil” da história invocada por Higino Cunha revela-se muitas vezes como o palco de um desencontro intelectual. Enquanto ele costumava tentar usar a ciência para elevar o debate político ao nível da razão e do progresso, outros membros da elite piauiense capturavam esses mesmos preceitos evolucionistas para dar um verniz moderno ao velho preconceito de cor. O que Higino via como “conquista pela palavra”, seus oponentes viam como uma “gralha enfeitada com penas de pavão”.

Nesse contexto, o recurso à “mãe branca” na certidão de batismo não era apenas uma defesa burocrática, mas a tentativa desesperada de um intelectual evolucionista de não ser tragado pela própria origem que ele, teoricamente, reconhecia na ciência, mas que a política local transformava em uma sentença de exclusão racial e social. O embate com as elites, portanto, não era apenas político; era uma disputa sobre quem possuía o direito de definir o que era civilizado, em uma sociedade que aceitava o progresso científico nas palavras, mas permanecia ancorada nas hierarquias de sangue do passado.

²³⁶QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

Entretanto, a inserção de Higino Cunha na elite piauiense não deve ser compreendida como a de um intruso ou de um sujeito em oposição aos seus pares, mas como a de um protagonista que compartilhava plenamente do horizonte mental e dos códigos de prestígio de sua classe. Sua autoridade, forjada nos bancos da Faculdade de Direito do Recife, sustentava-se na apropriação de ideias que definiam o senso de modernidade da época.

Assim, o caso de Higino Cunha exemplifica o que Clóvis Moura identifica como a neurose de uma elite que utilizava a raça como um filtro de poder flexível. O prestígio bacharelesco podia branquear o sujeito para o convívio social, mas o trunfo racial permanecia guardado, pronto para ser sacado sempre que as disputas por espaço e mando exigissem a expulsão de um par indesejado do círculo dos iguais.

Ao percorrer as trajetórias e os embates analisados neste capítulo, desde as disputas por superioridade moral em Barras até o escrutínio inquisitorial das origens de Higino Cunha, torna-se evidente que a racialização e o simbolismo da escravidão funcionaram como dispositivos de poder centrais na manutenção das hierarquias da elite piauiense. O que unifica esses episódios, aparentemente díspares, não é uma convicção ideológica profunda sobre a raça, mas o uso plástico e estratégico de seu repertório para a promoção de uns e o esmagamento de outros.

Observamos que, no crepúsculo do Império, em 1884, a elite envolvida no caso de Barras utilizou a causa abolicionista como um palco de distinção. Ali, a “brancura” em disputa era, antes de tudo, uma alvura moral: ser abolicionista (ou fingir sê-lo através do emancipacionismo gradualista) era o passaporte para a civilidade, permitindo que sujeitos elevassem suas biografias e carimbassem seus adversários com o ferro da infâmia do “carrasco”.

Nos casos de Antonino Freire, Campos Sales e Higino Cunha, a raça emergiu como o trunfo final para a deslegitimação política. Vimos que a imagem oficial desses sujeitos, marcada pelo prestígio do cargo, pela erudição do saber ou pela pose de autoridade, era constantemente fustigada por uma retórica que buscava devolvê-los à subalternidade. Seja através da animalização operada por Clodoaldo Freitas, seja pela investigação obsessiva de certidões de batismo, o objetivo era sempre o mesmo: provar que o oponente, por mais culto ou poderoso que fosse, permanecia sob o jugo da Maldição de Cam, sendo um intruso em um círculo social que se pretendia puramente branco e fidalgo.

Em última análise, este capítulo demonstrou que a abolição jurídica em 1888 não extirpou o simbolismo do cativo das relações de poder na elite. Pelo contrário, a escravidão permaneceu como uma fonte inesgotável de signos de inferioridade, pronta para ser acionada

contra qualquer um que desafiasse as fronteiras da honra. A “mãe branca” defendida por Higino Cunha ou a sombra atribuída a Antonino Freire revelam que, para a elite piauiense da Primeira República, a raça era uma determinação flutuante, manejada conforme as conveniências do embate político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrarmos esta trajetória de análise sobre o Piauí entre 1870 e 1930, a principal conclusão que emerge é que a desigualdade racial no estado não foi um resíduo fortuito do passado colonial ou uma herança passiva do regime escravista. Pelo contrário, o que esta pesquisa demonstrou é que tal assimetria foi um projeto intelectualmente articulado, gestado e mantido por uma elite letrada que utilizou o saber como ferramenta de demarcação social.

O título desta dissertação, “Aquém da Humanidade”, busca precisamente diagnosticar o lugar para o qual o sujeito racializado foi empurrado: uma zona de incompletude civilizatória, onde a cidadania era mediada e a humanidade plena era um privilégio reservado àqueles que habitavam a “alvura”, fosse ela fenotípica ou sociológica.

Nesse período de profundas transformações, a elite intelectual piauiense não atuava apenas como observadora dos novos tempos; ela foi a arquiteta de uma “gramática da exclusão”. Através de seus escritos em periódicos e obras literárias, esses intelectuais operaram uma sofisticação do preconceito. O que antes era justificado por dogmas ou tradições, passou a ser sustentado por uma pretensa objetividade científica. Ao traduzirem e adaptarem o evolucionismo, o darwinismo social e as teorias criminológicas para a realidade piauiense, esses homens construíram os alicerces de uma desigualdade que se pretendia moderna, racional e, por isso mesmo, inquestionável.

Portanto, a construção do “Aquém” revela que a elite piauiense não apenas excluiu o “outro” racializado, mas o despojou de sua agência intelectual e histórica. A desigualdade racial foi erguida sobre o silenciamento das massas e o monitoramento constante dos corpos negros, estabelecendo que o progresso do Piauí dependia da tutela exercida por uma minoria supostamente evoluída sobre uma maioria considerada atrasada.

Esta pesquisa confirma que a raça foi a tecnologia de poder fundamental para garantir que, mesmo com a mudança dos regimes políticos e o fim jurídico da escravidão, o topo da pirâmide social permanecesse um espaço fechado, protegido por uma sofisticada rede de discursos que definia quem era digno de pertencer à civilização e quem deveria permanecer à sua margem, aquém da plena humanidade.

Um dos eixos fundamentais desta investigação foi a análise de como a elite letrada piauiense operou a transição dos fundamentos da desigualdade: se outrora a exclusão encontrava eco em justificativas de ordem moral ou teológica, o final do século XIX e as primeiras décadas do XX assistiram à entronização da ciência como o novo tribunal da verdade. No entanto, o que os capítulos iniciais demonstraram é que sujeitos como Abdias

Neves, Higino Cunha e Clodoaldo Freitas não foram meros receptores passivos das teorias europeias. Pelo contrário, houve uma astuta adaptação desses saberes, muitas vezes contraditórios entre si, para que servissem à manutenção das hierarquias locais.

O embate entre as correntes do monogenismo, do poligenismo e, posteriormente, do darwinismo social, foi reconfigurado no Piauí para dar conta de uma realidade onde a elite precisava de se afirmar como “civilizada” num território que o discurso nacional frequentemente descrevia como “bárbaro” ou “atrasado”. A apropriação do pensamento evolucionista permitiu que esses intelectuais criassem uma escala de humanidade onde o topo era ocupado por uma minoria branca e “evolutiva”, enquanto o restante da população, marcadamente negra e mestiça, era mantida sob uma condição de eterna tutela. A ciência, portanto, não surgiu para libertar, mas para fornecer o vocabulário moderno necessário para justificar a hegemonia política e social de um grupo restrito.

Dessa forma, a erudição demonstrada em obras e artigos de jornais não era um fim em si mesma, mas um instrumento de distinção. Ao dominarem o léxico da antropologia e da biologia da época, os intelectuais piauienses estabeleceram que o governo da *res publica* deveria ser exercido por aqueles que possuíam a “luz da razão”, reservando às massas racializadas o lugar da força de trabalho bruta ou da patologia social.

Esta investigação resgatou, assim, a importância de perceber a ciência no Piauí deste período como um alicerce ideológico: uma “verdade” construída para provar que a desigualdade não era fruto de uma escolha política, mas de uma determinação da natureza que condenava a maioria da população a permanecer estacionada numa fase inferior do desenvolvimento humano.

A análise do período subsequente a 1888 revelou que a abolição jurídica da escravidão no Piauí não significou, de forma alguma, a ruptura com as lógicas de subalternidade que sustentavam a estrutura social da província. Como demonstrado no Capítulo 2, a liberdade foi uma concessão estrategicamente esvaziada de direitos, operando antes como uma transição para um regime de liberdade vigiada.

O ponto central desta dinâmica foi a manutenção do estigma sobre o trabalho manual, que continuou a ser percebido pela elite como uma extensão natural da condição escrava. Ao associar o labor físico ao corpo negro, o discurso letrado garantiu que o fim do cativo não resultasse em mobilidade social, mas na fixação do liberto num lugar de permanente precariedade.

Nesta engrenagem de controle, a imprensa piauiense desempenhou um papel pedagógico e repressivo. Através da análise de periódicos como *A Pátria*, *Gazeta* e *O Artista*,

percebemos como se construiu uma narrativa de criminalização do cotidiano da população negra. As manifestações culturais, os espaços de lazer e o simples circular pelas ruas de Teresina eram considerados “vadiagem” ou “desordem”.

A Lei da Vadiagem, nesse contexto, não era apenas um dispositivo jurídico, mas uma tecnologia de gestão racial: servia para disciplinar o corpo do trabalhador e punir aqueles que não se submetiam aos termos ditados pelos novos contratantes, mantendo-os sob o espectro de uma “escravidão sem senhor” mediada pelo braço forte do Estado.

É preciso pontuar, contudo, que essa vigilância incidia sobre uma realidade espacial que a elite tentava, a todo custo, rotular. Embora na prática os espaços de sociabilidade e as festas populares fossem marcados pela mistura e pela presença de múltiplos sujeitos raciais, a crônica da época empenhava-se em operar uma racialização desses lugares. Termos como “lugar de negro” ou “coisa de negro” aparecem nas fontes não como descrição de uma segregação física absoluta, que não existia na fluidez das ruas piauienses, mas como etiquetas simbólicas de desqualificação.

A preocupação demonstrada por certos setores com a presença de brancos nesses espaços tidos como “negros” revela o medo da elite com a perda de distinção social. Ao racializar o espaço, a elite não estava apenas descrevendo quem ali estava, mas tentando interditar a convivência e marcar o perigo da “contaminação” por práticas consideradas inferiores, reforçando as fronteiras de uma humanidade que a mestiçagem cotidiana insistia em borrar. Ao racializar um logradouro ou uma manifestação cultural, como o batuque ou o bumba meu boi, a elite buscava isolar simbolicamente essas práticas, definindo-as como resquícios de um “atraso” que a modernidade republicana deveria extirpar.

Dessa forma, as fontes analisadas evidenciam que a “modernidade” do trabalho livre no Piauí nasceu profundamente marcada pelo signo da exclusão. A elite não buscava a integração do cidadão negro, mas a sua contenção social e econômica. Ao transformar o trabalho manual num símbolo de inferioridade e ao acionar mecanismos policiais para monitorizar a população egressa do cativo, os intelectuais e políticos piauienses asseguraram que a desigualdade racial permanecesse como o alicerce da ordem republicana. O sujeito negro, embora livre por lei, permanecia confinado ao “aquém”: um espaço onde a sua força de trabalho era necessária, mas a sua presença enquanto sujeito de direitos era sistematicamente negada e vigiada.

Por fim, a investigação revelou que a racialização no Piauí operou como uma “tecnologia de poder” extremamente plástica, capaz de ser mobilizada para diferentes fins estratégicos, inclusive dentro dos círculos da própria elite. Como discutido no Capítulo 3, a

raça não era um dado biológico fixo, mas uma arma de arremesso utilizada para validar o prestígio de uns e promover o esmagamento de outros.

No cenário de Barras (1884), vimos como a causa abolicionista foi instrumentalizada: ser “libertador” tornou-se um marcador de superioridade moral e civilizatória, permitindo que setores da elite promovessem as suas biografias e carimbassem os seus oponentes com a infâmia do “carrasco”. O escravizado, nesse contexto, surgia como um troféu simbólico de quem detinha a “alvura” da alma.

Com o advento da República, essa gramática de exclusão permaneceu e continuou a ser utilizada para policiar as fronteiras do poder político e do prestígio social. Os ataques dirigidos a Antonino Freire e Campos Sales demonstram que, quando a hegemonia estava em jogo, a elite não hesitava em recorrer à animalização e à racialização dos seus pares para desestabilizá-los.

O caso de Higino Cunha é, talvez, o mais sintomático desse processo: o intelectual que dominava as teorias evolucionistas e buscava a distinção através da erudição foi confrontado com a investigação obsessiva de suas origens. A devassa na sua certidão de batismo e o deboche sobre a sua ascendência provam que, no Piauí, a “brancura” era um capital político volátil: ela podia ser questionada ou revogada através da evocação estratégica de uma ancestralidade escrava.

Esta dinâmica de “gestão da mancha” revela que a elite piauiense utilizava a raça para decidir quem era digno de habitar o topo da pirâmide social. Pouco importava a coerência dos discursos científicos ou a sinceridade das convicções humanitárias; o que estava em causa era o controle sobre quem detinha o monopólio da honra e da razão. Ao transformar o fenótipo e a genealogia em critérios de deslegitimação, os intelectuais e políticos deste período garantiram que o acesso ao poder permanecesse condicionado a uma suposta pureza simbólica.

A raça funcionou, portanto, como o trunfo para transformar o oponente em “intruso”, reafirmando que, para aqueles marcados pela sombra do cativeiro, o lugar de prestígio seria sempre uma posição precária e sob constante escrutínio, mantendo-os, no limite, vinculados ao “aquém da humanidade”.

Ao fim desta investigação, as evidências colhidas nas mais diversas fontes, desde os tratados científicos de intelectuais até as notas policiais nos jornais, permitem-nos afirmar que o Piauí da transição para a República não foi um espaço de harmonia racial ou de ausência de conflitos. A principal contribuição historiográfica deste trabalho reside, portanto, no rompimento com o mito de uma democracia racial que silenciou a violência do racismo no

Brasil e, por consequência, no Piauí. Demonstrou-se que a elite piauiense não foi apenas espectadora do racismo científico europeu, mas sim uma produtora ativa de uma gramática de exclusão própria, adaptada às necessidades de manutenção do poder regional.

A pesquisa revelou que a “modernidade” piauiense foi erguida sobre alicerces profundamente discriminatórios. O esforço de sujeitos como Abdias Neves, Higino Cunha e Clodoaldo Freitas em projetar uma imagem de Piauí “civilizado” dependia, invariavelmente, da negação da humanidade plena daqueles que carregavam a marca do cativo ou do trabalho manual.

Esta “gestão da mancha”, que operava tanto na criminalização do cotidiano das massas quanto no escrutínio da honra da própria elite, consolidou um modelo de sociedade onde a cidadania era um privilégio vigiado. Os pilares lançados entre 1870 e 1930, a desqualificação do trabalho, a racialização dos espaços e a instrumentalização da ciência não se desfizeram com o tempo; eles se cristalizaram como as bases do racismo estrutural que ainda hoje organiza as hierarquias no estado.

Concluimos, assim, que o “aquém da humanidade” não é apenas um conceito referente ao passado, mas uma categoria de análise necessária para compreender os limites da inclusão social no Brasil contemporâneo. A história dos alicerces da desigualdade no Piauí ensina-nos que a raça foi, e continua a ser, uma das tecnologias de poder mais persistentes da nossa formação social.

Ao desvelar os mecanismos intelectuais que transformaram seres humanos em sujeitos de “segunda classe”, esta dissertação espera ter contribuído para que o silêncio não seja mais a norma e para que possamos, finalmente, confrontar as sombras que a “Sombra de Cam” ainda projeta em nossa ideia de nação. A escrita da história, aqui, cumpre o seu papel de denúncia e de resgate, reafirmando que a luta por uma humanidade plena passa, necessariamente, pelo desmonte das verdades construídas por aqueles que, um dia, detiveram o monopólio da palavra.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidades*. São Paulo: Pólen, 2018.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1890)*. 2004. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMENDRA, Fernando Antônio Aguiar. A pobreza com honra é preferível a riqueza com desonra. *Estafeta*, Teresina, ano 1, n. 24, p. 4, 24 maio 1898.

ARAÚJO, Romão Moura de. “*Saúde, uma das nossas reais necessidades!*”: o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910 a 1930). 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitzer. 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

BATISTA, Jonatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

BATISTA, Jonatas. Terra da Luz. In: BATISTA, Jonatas. *Poesia e Prosa*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015a.

BATISTA, Jonatas. Uma noite aziaga. In: BATISTA, Jonatas. *Poesia e Prosa*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015b.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Joaquim Nabuco*: biografia. Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/1114/biografia>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. *Lei de 16 dezembro de 1830*. Código Criminal do Império do Brasil Parte Primeira. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 21 jun. 2025.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). *Escravidão e abolição no Brasil*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Cláudio da Silva. *João Batista de Lacerda*: “redução étnica” na Primeira República do Brasil (1889-1930). 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2021.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DIAS, Rodrigo Thadeu Paiva. O pragmatismo literário de Abdias Neves: naturalismo e utilitarismo intelectual em *Um manicaca* (1909). *Humana Res*, Teresina, v. 5, n. 8, p. 113-132, ago./dez. 2023.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FOÉ, Nkolo. A questão negra no mundo moderno. *Sanboja: Revista de História da África e de Estados da Diáspora Africana*, v. 4, n. 8, p. 59-82, dez. 2011.

FREITAS, Clodoaldo. O negro como fator do direito. *Sciencias e Letras*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4,

GALTON, Francis. A theory of heredity. *Contemporary Review*, v. 27, p. 80-95, 1875. Disponível em: www.galton.org. Acesso em: 21 out. 2008.

GATO, Matheus. *O massacre dos libertos: sobre república e raça no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

GOBINEAU, Comte de. *Essai sur l'inégalité des Races Humaines*. Paris: Firmin-Didot & Cie., 1940.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcio Paulo de Oliveira. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAACK, Susan. *Seis sinais de cientificismo*. Porto Alegre: Liga Humanista Secular do Brasil, 2012. Disponível em: <http://ilhs.org.br/cientificismo>. Acesso em: 8 ago. 2025.

HOUAISS. *Ismo*. São Paulo: UOL, 2023. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#2. Acesso em: 17 jun. 2025.

KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*: ensaio sobre as doenças mentais. São Paulo: Editora Clandestina, 2018.

LACERDA, João Batista de. *Sur le métis au Brésil*. Paris: [S. n.], 1911. p. 30-31. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/35>. Acesso em: 19 jul. 2025.

LASMA, Lando (org.). *História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. São Paulo: Contrato, 2007.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Martins Fontes, 1944.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2010.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2010.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MÉRIDA, Cristiane Brandão Augusto. *O cérebro criminógeno na antropologia criminal do século XIX*: um estudo sobre a etiologia do crime a partir da medicalização da sociedade. 2009. 175 f. Tese (Doutorado em Medicina Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MICHAELIS. *Abolir*. São Paulo: Editora Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/abolir>. Acesso em: 17 jun. 2025.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes de Bolso, 2012.

NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *As diversões civilizadas em Teresina: 1880-1930*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Popular, 1894.

ROMERO, Allejandro Gomes. No país dos ventos alísios: leituras sobre Henry Thomas Buckle no Brasil republicano (1880-1900). *Revista Vernáculo*, [S. l.], n. 38, 2016. DOI: 10.5380/rv.v0i38.39823. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/39823>. Acesso em: 10 ago. 2025.

ROMERO, Silvio. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1931)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 175-203, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6581>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na Rua dos Negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2013.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. Natureza e sensibilidade na história oitocentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH, 2013.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. TEM FUGIDO MAIS DE UMA VEZ E MUDA SEMPRE O NOME: OS ANÚNCIOS DE FUGA DOS JORNAIS PIAUIENSES DO SÉCULO XIX. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão, v. 10, n. 24, p. 1–20, 2024.

SPENCER, Herbert. *Do progresso: sua lei e sua causa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillip. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1844.

JORNAIS

A PEDIDO. *O Semanário*, Teresina, 28 out. 1877.

A VERBA “Colonização”. *Estado do Piahy*, Teresina, ano 1, n. 16, p. 1, 19 fev. 1890.

A VERBA colonização. *Estado do Piahy*, Teresina, ano 1, n. 19, p. 1, 22 fev. 1890.

BUMBA meu boi. *Gazeta*, Teresina, ano 1, n. 24, p. 1, 7 jun. 1905.

CONVÉM acabar com a escravidão. *O Abolicionista*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 3, 16 out. 1884.

CORREIO da moda. *Alvorada*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 14. 15 jul. 1909.

FESTA de S. João. *Pátria*, Teresina, ano 1, n. 35, p. 1, 29 jun. 1903.

H. C. 14 de Julho. *Alvorada*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 4. 15 jul. 1909.

LEMOS. B. A Capitôa. *O Artista*, Teresina, ano 1, n. 17, p. 3, 15 jun. 1902.

NEVES, Abdias. Bemtevi e Mandapolão. *O Artista*, Teresina, ano 1, n. 18, p. 2, 22 jun. 1902.

NOTICIÁRIO. *O Abolicionista*, Teresina, ano 1, n. 4, p. 4, 5 nov. 1884.

O ABOLICIONISTA. *O Abolicionista*, Teresina, ano 1, n. 3, p. 1, 24 out. 1884.

O BOI. *O Monitor*, Teresina, ano 2, n. 60, p. 2, 19 dez. 1907.

O NOSSO futuro. *Estado do Piahy*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 1, 16 jan. 1890.

O PEDIDO de demissão do conselheiro Rébouças, por parte dos estudantes. *Estado do Piahy*, Teresina, ano 1, n. 22, p. 1, 3 mar. 1890.

FREITAS, Clodoaldo. O negro como fator do direito. *Sciencias e Letras*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 62, jun. 1912. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=342688&pasta=ano%20191&pesq=clodoaldo&pagfis=65>. Acesso em: 23 ago. 2025.

TIPOS da rua. *Estafeta*, Teresina, ano 1, n. 6, p. 4, 7 jun. 1898.

TIPOS de rua. *O Artista*, Teresina, ano 1, n. 14, p. 3, 25 mai. 1902.

UM APELO. *Estado do Piahy*, Teresina, ano 1, n. 4, p. 1, 22 jan. 1890.